UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

EDUARDO DUARTE DO NASCIMENTO

**Análise da produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de
1987 a 2016.**

São Paulo
2018

EDUARDO DUARTE DO NASCIMENTO

**Análise da produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de
1987 a 2016.**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 02 de abril de 2018. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH-USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:
Turismo: conhecimento e tendências

Orientador:
Prof. Dr. Luiz Octávio de Lima Camargo

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Nascimento, Eduardo Duarte do

Análise da produção teórica brasileira sobre o turismo e
acessibilidade de 1987 a 2016 / Eduardo Duarte do Nascimento ;
orientador, Luiz Octávio de Lima Camargo. – 2018

166 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Turismo - Pesquisa - Brasil -1987-2016. 2.
Acessibilidade. 3. Deficientes. 4. Produção científica. I.
Camargo, Luiz Octávio de Lima, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 910.981

Autorizo a reprodução e

Nome: NASCIMENTO, Eduardo Duarte do

Título: Análise da produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de 1987 a 2016.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Área de concentração:

Turismo: conhecimento e tendências

Aprovado em: 02 de abril de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Airton José Cavenaghi

Universidade Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Roseane Barcellos Marques

Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Dr. Thiago Allis

Universidade de São Paulo (EACH – USP)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro momento, a oportunidade concedida por Deus para estar aqui. Agradeço a vida e as possibilidades ofertadas a cada dia, para que eu possa aprender, errar, acertar, crescer e evoluir.

Ao meu orientador prof. Luiz Octávio de Lima Camargo, que demonstrou os conceitos de hospitalidade transcendem a teoria, sendo estes colocados em prática em todos os momentos de sua orientação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo– EACH – USP, em especial, aqueles com os quais tive contato direto durante as disciplinas cursadas: Prof. Alexandre Panosso Netto, profa. Cynthia Harumy Watanabe, profa. Débora Cordeiro Braga, prof. Edegar Luís Tomazzoni, profa. Karina Toledo Solha, prof. Luiz Gonzaga Godoi Trigo e prof. Ricardo Ricci Uvinha. Agradeço a todos pela acessibilidade, sensibilidade e humanização em todos os momentos do curso.

Ao prof. Edmur Antonio Stoppa e ao prof. Airton José Cavenaghi pelas valiosas contribuições dadas durante o exame de qualificação.

Um agradecimento ao grupo de pesquisa sobre tendências do Turismo Rural: Andreia Roque, Karina Solha, Isabela Sette e Sandro Cobello pelo aprendizado e troca de experiências.

Aos colegas de mestrado: Amanda Cabral, Daniela Tineo, Eriberto Souza, Roberta Ribeiro, Fillipe Romano, Fabio Ortiz e Valéria Andrade de Thomaz, muito sucesso em suas caminhadas!

Agradeço a todos meus familiares, em especial, meu pai (Pedro), minha mãezinha (Alzenir) e meus irmãos Pedro, Tonico, Itamar, Zilda, Cido e Claudia, que apesar da simplicidade, fomos agraciados por valiosos ensinamentos acerca da fé, bondade, humildade, respeito e firmeza moral, que tanto me sustentam.

Aos amigos: Déa, Café e Dona Cândida por estarem sempre por perto. Ao meu amigo - irmão Kira, pelo arrimo nas horas de fraqueza.

Ao meu querido Alex, por ser ombro e apoio!

Ao pessoal da Secretaria da Pós-Graduação e da Biblioteca EACH- USP pela sempre pronta disposição em ajudar. Um agradecimento em particular para a Sandra pelas valiosas dicas de último momento.

A todos que de alguma forma vibraram por mim durante este período, deixo meu abraço fraterno.

Cada dia que amanhece assemelha-se a uma página em branco, na qual gravamos os nossos pensamentos, ações e atitudes. Na essência, cada dia é a preparação de nosso próprio amanhã.

Chico Xavier

RESUMO

NASCIMENTO, Eduardo Duarte do. **Análise da produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de 1987 a 2016**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão corrigida.

A atividade turística desenvolve-se, na contemporaneidade, como um fenômeno que desloca um grande volume de pessoas que saem de sua rotina diária, em busca de novas experiências, cumprindo o turismo um papel na qualidade de vida do indivíduo. Diferente de um pensamento de outrora, algumas políticas do turismo do nosso tempo procuram assumir uma postura de maior inclusão, oportunizando grupos omitidos a participarem de atividades ligadas ao turismo, em destaque as pessoas com deficiência (PcDs). Enquanto circunstância essencial para a inclusão das PcDs, a acessibilidade e suas dimensões, em conjunto com o Desenho Universal e a Tecnologia Assistiva, permitem a todos e também às pessoas com deficiência alcançar, adentrar e usufruir espaços, produtos e serviços com autonomia e segurança. Esta realidade carece de estudos que venham averiguar a relação turismo e acessibilidade, por meio do conhecimento produzido nas academias de ensino. Desta forma, esta dissertação tem como objetivo principal, elaborar uma análise teórica sobre o turismo e acessibilidade nos cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) no Brasil, entre os anos de 1987 a 2016, com foco na produção de teses e dissertações neste período. Para alcançar os objetivos propostos, esta investigação valeu-se de um levantamento e de revisão bibliográfica acerca das temáticas propostas e análise das produções acadêmicas (Teses e Dissertações). Como resultados, levantou-se e inventariou-se 98 teses e dissertações produzidas em IES no Brasil, que demonstraram uma similaridade entre acessibilidade e turismo, no que tange à multidisciplinaridade e à interdisciplinaridade com as outras áreas de conhecimento. A acessibilidade associada ao conteúdo de turismo somente é estudada após os anos 2000, denotando certa jovialidade no desenvolvimento deste tema na produção do conhecimento. Por fim, percebeu-se que a acessibilidade é apoiada por uma ampla legislação, entretanto, em grande parte, estas leis são ignoradas ou desconhecidas pelos diversos *stakeholders* envolvidos, resultando em

exclusão e preconceitos contra as pessoas com deficiência em diversos âmbitos da sociedade, assim como na atividade turística.

Palavras-chave: Turismo. Acessibilidade. Pessoas com deficiência. Produção teórica. Turismo acessível.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Eduardo Duarte do. **Analysis of Brazilian theoretical production on tourism and accessibility from 1987 to 2016**. 2018. 166 f. Dissertation (Master degree in Science) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Corrected version.

The tourist activity develops in the contemporaneity as a phenomenon that displaces a great volume of people who leave their daily routine, in search of new experiences, fulfilling a role in the quality of life to the human being. Different from a thinking of a recent past, the tourism policy of nowadays strives to assume a posture of greater inclusion, giving opportunity of omitted groups to participate in activities associated to tourism, in particular the disabled people. As an essential circumstance for the inclusion of people with disabilities (PwD), the accessibility and its dimensions, together with universal design and assistive technology, allow everyone, as well, people with disabilities to reach, enter and enjoy spaces, products and services with autonomy and security. This reality lacks studies that come to ascertain the relation between tourism and accessibility through the knowledge produced in the postgraduate courses. Thus, this dissertation has as main objective, to elaborate a theoretical analysis on tourism and accessibility in postgraduate courses in Brazil between 1987 and 2016, encompassing the production of theses and dissertations in this period. In order to reach the proposed objectives, this investigation is supported by a bibliographic research of literature available, revision about the proposed themes and analysis of postgraduate productions (Theses and Dissertations). As a result, were analyzed 98 theses and dissertations produced in Postgraduate Education Institutions in Brazil that showed a similarity on study topics between accessibility and tourism in terms of multidisciplinary and interdisciplinarity with other areas of knowledge. Studies on accessibility and tourism arises only after the 2000's, denoting a certain joviality in the development of this theme in the production of knowledge. Finally, it's realized that accessibility is supported by broad legislation, but so far extent these laws are ignored or unknown by the various stakeholders involved, resulting in exclusion and prejudices against people with disabilities in various spheres of society, as well as in tourism.

Keywords: Tourism. Accessibility. People with disabilities. Theoretical production.

Accessible tourism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipos e características de deficiência.....	29
Quadro 2 - Iniciativas em favor da pessoa com deficiência	31
Quadro 3 - Histórico das instituições auxiliares para PcDs no Brasil	33
Quadro 4 - Principais legislações brasileiras em prol da pessoa com deficiência	37
Quadro 5 – Abordagens históricas acerca do turismo.....	53
Quadro 6 – Desenvolvimento do turismo acessível ao longo do tempo.....	70
Quadro 7 – Ações voltadas ao turismo acessível no Brasil.....	73
Quadro 8 – Comparativo dos motivadores de viagem	76
Quadro 9 - Fatores de acessibilidade na escolha do local de vista pelo PcD	77
Quadro 10 – Dimensões para atendimento as pessoas com deficiência	78
Quadro 11- Súmula das pesquisas de 1987 a 2016.	93
Quadro 12 – Pesquisas levantadas relacionadas na categoria Espaços Urbanos	103
Quadro 13 – Pesquisas relacionadas com a categoria legislação e direitos.....	112
Quadro 14 – Pesquisas relacionadas com a categoria: infraestruturas turísticas	116
Quadro 15 - Pesquisas relacionadas a categoria: transportes.....	124
Quadro 16 – Relação de trabalhos da categoria de análise: outros.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia de trabalhos acadêmicos produzidos de 1987 a 2016.....	94
Figura 2 – Número de teses e dissertações defendidas por grupo de anos	95
Figura 3 - Gênero dos pesquisadores	96
Figura 4 - Volume de dissertações e teses por IES	97
Figura 5 – Âmbito das IES das dissertações defendidas.	98
Figura 6 - Produção de teses e dissertações de 1987 a 2016 por estado	99
Figura 7 – Região dos trabalhos pesquisados	100
Figura 8 – Abrangência da pesquisa por área de conhecimento	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Movimentações turísticas ao longo do tempo	51
Tabela 2 – Incidência das principais palavras-chave nos trabalhos pesquisados	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Americans with Disabilities Act
ABNT/NBR	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNTur	Confederação Nacional do Turismo
ESCAP	Economic and Social Commission for Asia and the Pacific
EUA	Estados Unidos da América
IES	Instituição de Ensino Superior
ILPI	Instituição de Longa Permanência Para Idosos
NR	Norma Regulamentadora
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD(s)	Pessoa(s) com Deficiência
PIB	Produto Interno Bruto
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
SESC	Serviço Social do Comércio
UNWTO	World Tourism Organization
UN	United Nations
USA	Unites States of America
WW3C	World Wide Web Consortium
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE.....	22
2.1	Pessoas com deficiência: um breve panorama.....	22
2.2	A pessoa com deficiência no Brasil.....	33
2.3	Recomendações e legislações em prol da pessoa com deficiência.....	35
2.4	A acessibilidade e a inclusão.....	40
2.5	Inclusão financeira: a pessoa com deficiência como consumidor de produtos e serviços.....	45
3	CONCEITOS ACERCA DO TURISMO E TURISMO ACESSÍVEL.....	49
3.1	Abordagens sobre turismo.....	49
3.2	Razões para se participar do turismo.....	58
3.3	Um outro olhar sobre o turismo.....	60
3.4	Possibilidades acerca de um turismo inclusivo.....	63
3.5	Por um turismo acessível.....	65
3.6	O turismo como objeto de estudo.....	80
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
4.1	Estruturação do corpus da pesquisa.....	89
4.2	Construção dos dados.....	90
4.3	Apresentação dos resultados sobre a produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de 1987 a 2016.....	94
	PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA SOBRE O TURISMO E	
5	ACESSIBILIDADE DE 1987 A 2016: ANÁLISE TEMÁTICA POR CATEGORIAS.....	103
5.1	Categoria de análise: espaços urbanos.....	103
5.2	Categoria de análise: legislação e direitos.....	112
5.3	Categoria de análise: infraestruturas turísticas.....	116
5.4	Categoria de análise: transportes.....	124
5.5	Categoria de análise: outros.....	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICE	157

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte das inquietações do pesquisador que durante suas atuações nas áreas de turismo, hotelaria e aviação, presenciou em recorrentes momentos uma grande dificuldade das pessoas com deficiência (PcDs) e mobilidade reduzida (PMR) de participar em atividades relacionadas as estas áreas citadas com autonomia devido ao demasiado número de barreiras físicas e atitudinais. Esta realidade também foi evidenciada durante sua pesquisa de graduação em Instituições de Longa Permanência para Idosos, as ILPIs, ao tratar do tema deslocamentos de idosos PcDs e PMRs, que padeciam das mesmas adversidades relacionadas a acessibilidade. Finalmente, este trabalho vai de encontro com aspiração do pesquisador em aprofundar conhecimentos sobre as temáticas mencionadas (turismo e acessibilidade), movido por um desossosgo pessoal sobre inclusão no turismo, tendo vista o seu envelhecimento inevitável, condição inerente do ser humano.

“Um turismo para todos: promover a acessibilidade universal¹” (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016a, s/p, tradução nossa). Com estes dizeres, a World Tourism Organization (UNWTO) ou Organização Mundial do Turismo (OMT) propõe uma atividade turística em que todos possam participar, em destaque os grupos com dificuldade de acesso e, em especial, as pessoas com deficiência (PcD) e pessoas com mobilidade reduzida (PMR), terminologias que estão esclarecidas no Capítulo 2 deste trabalho.

Conceituada por suas ações de inclusão ao grupo de deficientes e mobilidade reduzida, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da OMT, vem elaborando importantes recomendações sobre a acessibilidade e turismo acessível. Estas ações com foco no turismo têm início com o *Código de Ética no Turismo* de 1999, na defesa do turismo como direito de todos, assim como a retirada das barreiras que podem inviabilizar a prática do turismo pelos indivíduos. As recomendações posteriores prosseguem no desenvolvimento da atividade turística de forma inclusiva por intermédio das seguintes publicações:

- *Recomendações sobre turismo acessível para todos (2005);*
- *Declaração sobre a facilitação das viagens de turismo (2009);*

¹ Tourism for all: promoting universal accessibility.

- *Relatório sobre o Comitê Mundial de Ética do Turismo: turismo acessível para todos (2011);*
- *Relatório sobre o Comitê Mundial de Ética do Turismo: recomendações sobre turismo acessível (2013);*
- *Turismo acessível: princípios e ferramentas para boas práticas (2014, 2015 e 2016);*
- *Turismo acessível: uma oportunidade ao nosso alcance (2016);*
- *Dia Mundial do Turismo 2016: "Turismo para Todos - promover a acessibilidade universal 2016 entre outros (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016b).*

A atividade turística, observada por um viés econômico, é uma ampla integradora de produtos e serviços que atua como um grande movimentador de pessoas e divisas financeiras. Segundo dados da OMT, há um recorde no fluxo de turistas com números cada vez mais crescente, alcançando altas movimentações financeiras com cifras significativas no ano de 2015. (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016c). Este número também é refletido no Brasil, em que dados de pesquisas recentes há um considerado número da população que tem como intenção a participação do turismo no seu tempo livre, apesar que a ausência de acessibilidade financeira pode ser avistada como um entrave para que a maioria possa viajar (STOPPA, TRIGO E ISAYAMA, 2017; BRASIL, 2017a).

Apesar de não haver ainda um consenso o sobre o turismo e suas múltiplas representatividades sociais, pela percepção de alguns autores (TRIGO, 2000; IGNARRA, 2002; MOESCH, 2002; BARRETO, 2003; PANOSSO NETTO 2010; 2011; LOHAMMAN; PANOSSO NETTO, 2012;), evidenciam que o ser humano realiza deslocamentos entre regiões desde sua existência, porém em relação a locomoção atrelado ao termo turismo o mesmo tem seus estudos intensificados somente nos últimos dois séculos. Sob esta análise os autores mencionam o ser humano como parte essencial para que exista o turismo, sendo que este abrange conceitos relacionados ao contexto socioeconômico e cultural das partes envolvidas.

Examinando o turismo pelo aspecto social na contemporaneidade, Panosso Netto (2010, p. 13) menciona que o turismo pode “[...] ser a liberação do estresse cotidiano, a busca por um sentido para a vida, o encontro de novas pessoas e de novos conhecimentos”. Encorpando esta abordagem autores como (TRIGO, 2000; FERNANDES, 2002; CABRAL; MOURA, 2017) relacionam o turismo com a melhoria de qualidade de vida, atuando como fator de descanso, saída da rotina e busca de novos locais e culturas, alinhando desta forma a atividade turística a um fenômeno

que ultrapassa a visão mercadológica e age como dispositivo que contribui de algum modo para a melhoria de vida do indivíduo, em especial nos grandes centros urbanos.

Lohmann e Panosso Netto (2012) analisam os fatores motivacionais, referindo-se às razões que levam o indivíduo a viajar: a necessidade de descanso, a busca de novas culturas, ter novas relações interpessoais, prestígio e status social e novas emoções.

Posto desta forma, inquietações permeiam o escopo desta pesquisa em relação a pessoas com deficiência e às atividades turísticas no contexto de vida atual, a saber: Quem são e quais os anseios do grupo de turistas com deficiência no Brasil? Poderiam estes grupos serem vistos pelo mercado como potenciais consumidores de produtos e serviços turísticos? As estruturas físicas, serviços, governo e as pessoas estão preparadas para atender o grupo de turistas com deficiência? Estas e outras questões poderiam ser enumeradas ao infinito, porém neste trabalho a pergunta que amolda-se ao escopo desta dissertação pode ser elaborada com a seguinte argumentação: Quais são os estudos elaborados que agregam estes conceitos e como a academia pode contribuir para enriquecer as pesquisas sobre acessibilidade e o turismo?

Incrementando este discurso sobre o turismo acessível, a OMT menciona em documento voltado para desenvolvimento do turismo para PcD e PMR, a participação destes grupos como consumidores de serviços e produtos turísticos de forma que:

Entre os mais de um bilhão de turistas internacionais que viajam a cada ano, uma alta porcentagem é composta por famílias com crianças pequenas e/ou idosos e pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais[...]para que estes milhões de pessoas serem capazes de participar no turismo em igualdade de condições, é crucial que destinos desenvolvam medidas universal de acessibilidade² (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016a, p. 4, tradução nossa).

Percebe-se com a menção exposta que, na atualidade, os grupos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participam similarmente das atividades turísticas, juntamente com o grupo de não deficientes, demandando sob este aspecto, produtos e serviços voltados para este primeiro grupo.

² Among the more than one billion international tourists that travel each year, a high percentage consists of families with young children and/or seniors, and persons with disabilities or other special needs[...]For these millions of people to be able to participate in tourism on equal terms, it is crucial that destinations develop universal accessibility measures

Este cenário faz parte de uma nova realidade, uma vez que nem sempre havia a inclusão de PcD na prática do turismo. Sassaki (2003a) retrata que até pouco tempo, não era comum a preocupação do turismo em incluir o público com deficiência em atividades turísticas, sendo que, quando isso ocorria, era de forma isolada com grupos pertencentes a uma categoria de deficiência, como excursões dos cegos, dos cadeirantes, dos idosos, entre outros promovidos por instituições de cuidados aos mesmos. Para o autor, essas atividades davam pouca autonomia ao participante com deficiência e promovia o seu afastamento do convívio com o coletivo. Finalmente Sassaki (2003a) argumenta que ainda há carência de estruturas turísticas voltadas a inclusão da PcD na prática do turismo.

Procurando entender melhor o segmento PcD como consumidor de produtos turísticos, uma pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, que tinha como objetivo exatamente traçar o perfil dos turistas com deficiência, comprovou que estes buscam maior independência, autonomia e aventura na prática do turismo. Constatou-se também, que os grupos com deficiência planejam fazer viagens com amigos familiares ou sozinhos nos próximos anos (BRASIL, 2013).

Historicamente, a oferta turística era facultada somente a grupos distintos como pessoas abastadas economicamente, grupos de trabalhadores entre outros, excluindo indivíduos em desigualdades sociais (gênero, racial, etária), populações de regiões afastadas etc. Todavia, há, na contemporaneidade, um cenário com propostas de um turismo mais inclusivo, este último se faz por meio de políticas e ações que corroboram para a inserção de grupos antes não participantes, como pessoas com deficiência, velhos, crianças, pessoas pobres entre outros a serem inclusos na atividade turística de forma igualitária e humanizada, carecendo de estruturas e serviços para acolher estes grupos (PANOSSO NETTO, 2010).

As pessoas com deficiência, mencionadas aqui pelos autores (SILVA, 1986; ADAMS; BELL; GRIFFIN, 2007; FIGUEIRA, 2008; LARAIA, 2009; DI NASSO, 2011), eram conhecidas historicamente como pessoas excluídas do contexto socioeconômico e cultural. Esta conjuntura passa a se modificar aos poucos e as PcDs, por intermédio de conquistas de direitos, estão hoje mais atuantes na vida social e no mercado de trabalho, convertendo-se em potenciais consumidores de produtos e serviços, apesar de ser um mercado ainda em ascensão e com pouco reconhecimento pelos fornecedores, como menciona Westcott (2004).

Autores como (SASSAKI, 2003a; WESTCOTT, 2004; SÍLVIA; BOIA, 2006; COMISSÃO, 2006; ALMEIDA, 2009; DARCY; DICKSON, 2009; PITA, 2009; SOUCA, 2010; NUNES, 2011; BUHALIS; DARCY, 2011; CORONEL; PANOSSO NETTO, 2016; WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016a; 2016b; 2016d; BRASIL, 2014) mencionam sobre o cenário inclusivo do turismo, tendo as pessoas com deficiência como protagonistas da atividade turística. Denominado como turismo acessível e já realizado em outros países, esta prática torna-se um segmento do mercado turístico e agora desponta no cenário brasileiro como proposta de oferta de produtos e serviços, ainda que de forma bem acanhada e com ausência de volume de estruturas preparadas.

Percebe-se que o turista com deficiência possui os mesmos anseios para o turismo do que os outros grupos de turistas, porém com maiores necessidades de equipamentos, estruturas e pessoas preparadas para a sua inserção na atividade (LOI; KONG, 2015; BRASIL, 2013).

Com relação ao público de pessoas deficientes, estima-se que no mundo 15% da população do planeta possui algum tipo de deficiência e este número tende a aumentar com o envelhecimento populacional mundial (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). No Brasil, o último Censo revelou que 23,9% da população declaram possuir alguma deficiência com aumento destes números devido entrada de pessoas em fase de envelhecimento (BRASIL, 2012).

A acessibilidade com o Desenho Universal e a Tecnologia Assistiva³ possibilitam o alcance, a entrada e o usufruto nos espaços, serviços e produtos por todos os indivíduos. Ao se tratar de pessoa com deficiência, a acessibilidade atua diminuindo a desvantagem, proporcionando a integração e a independência da PcD (BRASIL, 2015).

Com o intuito de delimitar sua área de investigação, cabe ressaltar que esta pesquisa não envolve a terminologia de pessoa com mobilidade reduzida (PMR), que abrange os idosos, crianças, obesos entre outros. Por se tratar de um tema de ampla abrangência, preferiu-se delimitar os estudos sobre o tema pessoa com deficiência.

Com relação aos estudos sobre o turismo no Brasil, apesar dos grandes avanços dos últimos anos, o mesmo ainda é considerado recente para alguns autores,

³ Tecnologia Assistiva “é termo utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão. (BERSCH, 2013).

o que se deve a vários fatores como: ser uma área de conhecimento recente, ter estudos multifacetados de forma multidisciplinar com outras áreas, dificuldades em mapear os estudos acerca do turismo, constantes mudanças de cenário mundiais, estudos fragmentados, desinteresse ou preconceitos de estudiosos de outras áreas entre outros (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009; PANOSSO NETTO, 2010).

Não obstante a realidade das pesquisas acerca do turismo, Loi e Kong (2015) mencionam que o estudo de pessoas com deficiência e a atividade turística, apesar de haver um interesse acadêmico nos últimos anos, ainda é considerado reduzido, cabendo aprofundamento sobre este tema, especialmente, sobre o PcD como consumidor de produtos voltados ao turismo e suas necessidades específicas quando em uma atividade turística.

Neste cenário de estudos sobre turismo, acessibilidade, pessoas com deficiência emergem inquietações sobre a produção acadêmica brasileira, realizada em determinado período de tempo sobre estes assuntos. Face ao exposto, esta pesquisa tem como **objetivo geral** elaborar análise da produção teórica brasileira dos cursos de pós-graduação (stricto sensu) sobre o turismo e acessibilidade de 1987 a 2016 com foco em teses e dissertações defendidas.

Este objetivo geral pode ser desdobrado para outros **três objetivos específicos**, sendo estes:

- 1) Identificar e sistematizar o volume de dissertações e teses produzidas na academia brasileira sob a temática turismo e acessibilidade;
- 2) Descrever a relação espaço-temporal das dissertações e teses defendidas no período de 29 anos;
- 3) Inventariar as publicações analisadas relacionando com as diversas áreas de conhecimentos.

Em consonância com o levantamento bibliográfico e leituras iniciais realizadas, formula-se a seguinte **pressuposto de pesquisa** a ser verificado: nos últimos anos houve um aumento de produção acadêmica sobre o tema turismo e acessibilidade, simultaneamente, com a conquistas das pessoas com deficiência, estando as Instituições de Ensino Superior IES), acompanhando, desta forma, os avanços neste campo.

Estudos utilizando análise da produção no turismo foram realizados por diversos autores no mundo, em destaque o trabalho inicial de Jafari e Asser (1988), que apontava a necessidade de aprofundamento acerca do estudo no turismo,

elaborando, neste trabalho, uma análise de 157 trabalhos de doutorado sobre a temática turismo produzidos entre os anos de 1951 a 1987.

No Brasil, Rejowski foi a precursora sobre este modelo de pesquisa, analisando a produção do turismo na academia brasileira nos anos de 1975 a 1992 e outros trabalhos desenvolvidos, posteriormente, ligados a este método (REJOWSKI, 1993; 1997; 2003; 2010a; 2010b).

Esta dissertação está dividida em capítulos conceituais que abordam o histórico das pessoas com deficiência no mundo e na realidade brasileira, expõe as conquistas de direitos por meio das recomendações e ações propostas por instituições, possibilitando o processo de inclusão das PcDs na sociedade. Trata-se da acessibilidade e suas dimensões como fator essencial para a inclusão do grupo com deficiência na sociedade e finaliza o Capítulo 2 observando a PcD como consumidora de produtos e serviços.

Posteriormente, no Capítulo 3, as concepções são voltadas ao turismo associado à representatividade do mesmo na sociedade contemporânea e acrescenta apontamentos sobre a prática do turismo de modo inclusivo. Encerra-se, então, esta parte, com menções do turismo como objeto de estudo nas IES do Brasil

O percurso metodológico é apresentado no Capítulo 4 deste trabalho, que descreve os procedimentos para levantamento de material bibliográfico, o caminho percorrido para pesquisas e análise das teses e dissertações, elaboração do *corpus* da pesquisa e apresentação do material apurado.

Este processo decorreu-se pelo desenvolvimento de uma revisão bibliográfica, seguindo recomendações de Dencker (2007 e Veal (2011). Posteriormente, utilizando conceitos de Bardin (2016), realizou-se uma análise documental das teses e dissertações obtidas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dos últimos 29 anos, afim de localizar, organizar e separar o amplo material extraído do banco de dados. Optou-se em estudar as teses e dissertações pela sua relevância na formação do conhecimento nos cursos de pós-graduação

Para a identificação e seleção do material, foram analisados por meio de leitura: o título do trabalho, as palavras-chave e os resumos que posteriormente foram arranjados em uma planilha para melhor visualização e compreensão dos trabalhos. Em seguida foram sistematizados em forma de relatórios com apresentação dos

possíveis resultados, para melhor entender o conhecimento produzido acerca das temáticas utilizando como base as falas de Ferreira (2002) e Romanowski (2002).

O Capítulo 5, desenvolve-se por uma análise das categorias construídas, por meio de trabalhos selecionados. A investigação é finalizada com considerações finais (Capítulo 6), dificuldades percebidas na pesquisa e direcionamentos para futuros estudos.

CAPÍTULO 2 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

Este capítulo aborda os conceitos teóricos sobre a pessoa com deficiência (PcD), faz uma releitura sobre o material de pesquisa disponível, com a proposta de atualizar os dados sobre o indivíduo com deficiência, particularmente, no que refere às legislações e às conquistas, a exemplo da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e do recente Estatuto da Pessoa com Deficiência que preconizam entre outras diretrizes, uma maior inclusão da PcD na sociedade. Em seguida, trata-se acerca de concepções sobre acessibilidade e Desenho Universal, instrumentos que atuam em conjunto ao processo de garantia de direitos do grupo com deficiência.

Projeta-se com esta escrita inicial, uma base com conhecimentos consistentes para compreender melhor as circunstâncias da PcD na atualidade, elaborando parâmetros para discussões entre pessoas com deficiência, acessibilidade e estudos do turismo, escopo desta pesquisa.

2.1 Pessoas com deficiência: um breve panorama

Para Silva (1986) em dado tempo da sua vida, o homem terá algum tipo de deficiência, sendo esta temporária ou definitiva, considerado os fatores como deficiências de nascimento, acidentes, doenças degenerativas, envelhecimento humano entre outros.

Vislumbrando sob um cenário histórico, o homem primitivo considerado como uma pessoa nômade, quando em busca do alimento, em suas locomoções na procura de novos locais para morar ou caçar, assim como em combates, estava exposto às casualidades da vida primitiva hostil, fazendo com que padecesse de sofrer acidentes, que quando não recuperados, torná-lo-ia incapacitado de suas funções, como descrito por Silva (1986):

Anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade [...] Isso nos indica que desde épocas as mais remotas as deficiências e mesmo as deformidades de nascimento ou adquiridas por traumatismos e doenças já eram um verdadeiro flagelo da humanidade (p.12 e 23).

Silva (1986) ainda menciona que no período primitivo, havia dois destinos para as pessoas com deficiência: o primeiro e incomum era o acolhimento e respeito às PcDs pelos seus povos; o segundo e mais frequente era o descarte e abandono do indivíduo nestas condições. Os elementos de tomada de decisão para ambas as atitudes mencionadas estavam relacionados à evolução do grupo ao qual pertencia o indivíduo deficiente, as superstições e a ignorância do meio, assim como aos desafios relacionados à escassez de alimentos e mudanças de territórios que estabeleciam a necessidade de livrar-se do peso dos considerados incapazes. Sendo assim, “a maioria dos povos primitivos, no entanto, indicava o extermínio como solução para o problema de crianças ou adultos com deficiências físicas ou mentais” (SILVA, 1986, p. 26). O autor completa que havia ainda as “pessoas imperfeitas”, que optavam pelo próprio afastamento ou a suicídio pelo sentimento de ônus que causava ao restante do grupo.

Bagliere e Shapiro (2012) acrescentam que na situação de deficiente, na sociedade primitiva, sendo estes incapacitados pelos acidentes e conflitos, os velhos, as crianças deformadas, os fracos, os diferentes, e outros estavam sujeitos às eliminações do meio de convívio em grupo, por serem considerados improdutivos e um empecilho ao restante dos integrantes da comunidade, sendo esta atitude “[...] não somente permitida, mas também esperada” (BAGLIERE; SHAPIRO, 2012 p. 54, tradução nossa). Em se tratando do Antigo Egito, quando nos estudos em múmias, depararam-se com enfermidades causadoras de incapacidades como a artrite, as lesões na coluna, as fraturas e as amputações e uma grande quantidade de infecção nos olhos, causador de cegueira o que levou a nação Egípcia a ser denominada como terra dos cegos (SILVA, 1986). Há ainda as deficiências causadas por intermédio dos castigos comuns na época como o trabalho forçado e as mutilações como corretivo, observado por Silva (1986):

Em geral a mutilação atingia os membros ou a parte do corpo com os quais o condenado havia cometido seu crime [...] Era costumeiro no Egito Antigo mandar-se cortar o nariz da mulher adúltera, enquanto que seu cúmplice recebia mil golpes de vara. Cortava-se também a língua do espião delator, especialmente quando revelava segredos de Estado (p. 43).

Percebe-se na afirmação anterior que as deficiências nas pessoas eram resultantes dos nascimentos com doenças congênitas e das enfermidades adquiridas dos conflitos, do modo de vida e decorrentes de castigos impostos pela legislação da

época. No decorrer desta investigação, durante a leitura de diversos materiais, foi evidenciada uma ampla rejeição em relação às pessoas com deficiência pelos integrantes dos grupos de convívio.

Transpondo a temática deficiência para a conjuntura religiosa, no tempo dos Hebreus, hoje conhecidos como Israelitas ou Judeus, o livro de Levítico destinado ao povo Levitas, traz a seguinte abordagem:

Dize a Arão: O homem de qualquer das famílias da tua linhagem, que tiver deformidade (corporal), não oferecerá pães ao seu Deus, nem se aproximará do seu ministério; se for cego, se coxo, se tiver nariz pequeno, ou grande, ou torcido se tiver um pé quebrado ou mão, se for corcovado, se remeloso, se tiver belida na vista, se sarna pertinaz, se tiver herpes pelo corpo, ou uma hérnia. Todo o homem da estirpe do sacerdote Arão, que tiver qualquer deformidade (corporal), não se aproximará a oferecer hóstias ao Senhor, nem pães ao seu Deus; comerá, todavia, dos pães que se oferecem no santuário, contanto, porém, que não entre do véu para dentro, nem chegue ao altar, porque tem defeito, e não deve contaminar o meu santuário (LEVÍTICO, 21:21-23).

Neste tempo era muito comum a atribuição da deficiência de uma pessoa como sendo fruto de um pecado aos que nasciam com doenças congênitas. Às pessoas que se tornavam deficientes, por decorrência de alguma moléstia ou acidente, atribuíam-se a circunstância ao castigo divino como punições para suas faltas. No Antigo Egito havia a amputação de membros tais como pernas, mãos, braços e nariz como forma de se aplicar a justiça, o que tornava deficientes um grande número de pessoas neste tempo.

Entre os gregos, na Antiguidade, a deficiência possuía como causa os ferimentos de guerras, atividades do cotidiano, mutilações dos castigos ou penas judiciais, as epidemias graves e as doenças congênitas. Um outro ponto observado por Di Nasso (2011), em relação ao povo grego é que na Grécia as belezas esculpidas nos deuses mostravam a perfeição do corpo humano, tornando, portanto, excluídos e banidos os que estivessem fora deste padrão.

Para os romanos, a deficiência era uma punição divina e as crianças que apresentavam alguma anormalidade no nascimento eram consideradas monstros, sendo estas afogadas ou deixadas a esmo nas correntezas do Rio Tibre, de acordo com a lei da época. Os cegos, surdos, deficientes físicos e intelectuais eram atrativos bizarros em circos romanos, tavernas e bordéis, sendo comum a ocupação de escravos dos mesmos nestes locais (BERGER, 2013).

A perspectiva de mudança quanto ao tratamento às PcDs, tomam novos rumos com o advento do cristianismo que teve como premissa o amor ao próximo e a humanização das relações como todas as criaturas como filhos de Deus, como destacado por Laraia (2009, p. 26):

A doutrina cristã, fundada no sentimento do amor ao próximo, humildade e caridade, veio beneficiar pessoas que possuíam doenças crônicas, bem como deficiência física e mental. Para o cristianismo, cada indivíduo é um ser criado por Deus, ressaltando a importância do homem. Destacam-se nesse período, a fundação de vários hospitais pela Igreja Católica.

Silva (1986) estende este ponto de vista dizendo que o surgimento do Cristianismo resultou em uma melhoria no tratamento de alguns grupos de excluídos:

[...]muito beneficiou os escravos e todos os grupos de pessoas sempre colocadas de lado e menosprezadas na sociedade romana, tais como os portadores de deficiências físicas e mentais, antes considerados como meros pecadores ou pagadores de malefícios feitos em vidas passadas, inúteis, possuídos por maus espíritos, ou simplesmente como seres que, em muitos casos, deveriam continuar sendo eliminados ao nascer, segundo as leis e costumes de Roma recomendavam há séculos (SILVA, 1986, p. 107).

Todavia para o último autor este processo não ocorreu de forma amena, uma vez que o Cristianismo e seus convertidos sofreram perseguições como é de conhecimento comum da história.

Na Idade Média, a causa de deficiência era entendida de um modo parecido com o demonstrado até agora. Acrescentam-se, neste período, as grandes jornadas, guerras e conquistas e as inúmeras epidemias comuns naquele período e que produziam um alto número de óbitos e de pessoas incapacitadas.

Di Nasso (2011) reporta que na Europa Medieval os indivíduos com deficiência possuíam grande rejeição social, causavam medo por serem considerados possuídos por demônios. Acusados de bruxarias, eram perseguidos e confinados em locais isolados. Esta situação muda-se sucintamente com o avanço do Cristianismo que propõe uma nova vista à PcD, que deixa de ser comparada como possessos passando a ser vista como criaturas infelizes, dignas da misericórdia de Deus, impondo como condição o acolhimento à conversão na religião e o arrependimento dos seus pecados.

Comumente, a esta nova compaixão divina com a deficiência, surge o mercado das esmolas de modo que as pessoas com deficiência são utilizadas como pedintes e na impossibilidade de se ter uma PcD em um grupo, torna-se comum a prática de mutilação de pessoas sadias para que pudessem participar da mercancia da caridade (DI NASSO, 2011).

Ainda sobre a Europa Medieval, surgem as instituições de acolhimento, que abrigam não somente as pessoas com deficiência, mas também os indesejados da sociedade como os velhos, enfermos, viciados, desabrigados entre outros, cabendo à igreja os cuidados aos asilados nestas instituições (BOIS, PUIJALON e TRINCAZ, 2011).

Avançando no contexto histórico, durante a Revolução Industrial, Laraia (2009) menciona que a modernização do trabalho neste período traz uma nova necessidade de mão de obra para trabalhar em fábricas e com isso um aumento de pessoas acidentadas, expandido com isso o número de deficiências já existentes:

A partir da Revolução Industrial, as guerras, epidemias e anomalias genéticas deixaram de ser as únicas causas motivadoras das deficiências. O trabalho em condições precárias, o excesso das jornadas de trabalho, as atividades em locais insalubres, a alimentação precária e as condições inadequadas para o trabalho passaram a ocasionar acidentes mutiladores e doenças profissionais (p. 29).

Para ampliar este debate, Adams, Bell e Griffin (2007) traçam um breve panorama sobre a PcD em um percurso histórico de forma que eram considerados possuídos por demônios, pecadores, castigados por Deus, defeituosos e inferiores, sendo estes torturados, queimados vivos ou deixados à sorte. Era comum que este grupo de pessoas se encontrasse nas ruas como pedintes ou ainda mostrados em *show* de horrores em troca de comida. No período entre 1930 a 1940, o grupo de deficientes passou a ser segregado, esterilizado e institucionalizado com intuito de evitar a miscigenação com raças consideradas normais. No período que compreende 1940 a 1970, foram considerados pessoas desafortunadas sendo objeto de caridade e pena, assistidos em instituições, em especial, as religiosas e com ações voltadas meramente à reabilitação. Somente a partir dos anos 1970, as pessoas com deficiência passam a conquistar direitos civis e, conseqüentemente, uma maior inclusão no contexto socioeconômico na atualidade (ADAMS; BELL; GRIFFIN, 2007).

A realidade da deficiência toma novas direções na contemporaneidade, de forma que além das deficiências congênitas, há o grupo das deficiências adquiridas, estas ligadas ao novo estilo de vida das pessoas, as violências decorrentes dos grandes centros e dos países em conflitos, sucedendo principalmente nos países em desenvolvimento, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (WHO)⁴. A instituição ressalta, ainda, que este número de deficientes tende a aumentar, dado ao alto número de pessoas ingressando na fase de envelhecimento nos próximos anos, assim como aumento da população com doenças crônicas como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, entre outras. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Encorpendo esta discussão e transpondo para a realidade brasileira, o Ministério da Saúde do Brasil, por intermédio de material elaborado para orientações voltadas à saúde da PcD, menciona as constantes deficiências já existentes, porém indica as modernas formas causadoras de deficiência que estão atreladas aos hábitos da sociedade atual:

As principais causas das deficiências são os transtornos congênitos e perinatais, decorrentes da falta de assistência ou assistência inadequada às mulheres na fase reprodutiva; doenças transmissíveis e crônicas não-transmissíveis; perturbações psiquiátricas; abuso de álcool e de drogas; desnutrição; traumas e lesões, principalmente nos centros urbanos mais desenvolvidos, onde são crescentes os índices de violências e de acidentes de trânsito (BRASIL, 2008, p. 13).

Com um pensamento correspondente, Lanna Júnior (2010) traz novas informações sobre as mudanças no perfil da PcD ao longo dos anos, tendo como panorama as alterações geográficas e econômicas do país:

O perfil dos usuários dos centros de reabilitação modificou significativamente, no Brasil, a partir da década de 1960. A consolidação da urbanização e da industrialização da sociedade e o êxito das campanhas nacionais de vacinação provocaram dois efeitos: diminuíram os casos de sequelas por poliomielite e aumentaram os casos de deficiência associados a causas violentas, principalmente acidentes automobilísticos (carro e moto), de mergulho e ferimentos ocasionados por armas de fogo (p.28).

Ainda em se tratando das causas da deficiência, com o aumento de pessoas em fase de envelhecimento, há uma relação entre a perspectiva de vida atual e a possibilidade do indivíduo vir a possuir alguma deficiência:

⁴ Tradução de World Health Organization.

O aumento da expectativa de vida da população brasileira nas últimas décadas tem feito com que as causas da deficiência estejam cada vez mais relacionadas a males crônico-degenerativos, como a hipertensão arterial, a diabetes, o infarto, os acidentes vascular-encefálicos, a doença de Alzheimer, o câncer, a osteoporose e outros (BRASIL, 2008, p. 13).

Entende-se desta forma, pela ótica dos autores, que a deficiência percorre como um elemento inerente da vida humana, outrora como parte de uma vida primitiva e suas adversidades e na contemporaneidade agrega a outros fatores, tendo como pressupostos as mazelas atribuído em partes pelo modo de vida da sociedade atual.

Apresentando dados quantitativos sobre a deficiência, as PcDs constituem um montante de 15% da população do planeta, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). O levantamento constatou que 80% desta população estão estabelecidos em países em desenvolvimento (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Nos Estados Unidos, menciona-se que cerca de 56,7 milhões de pessoas ou 19% da população possui alguma deficiência (UNITED STATES OF AMERICA, 2010), enquanto um comunicado voltado aos dados estatísticos para a Comissão Europeia reporta que uma a cada seis pessoas na Zona do Euro possui alguma deficiência entre leve, moderada e grave, constituindo um grupo que gira em torno de 80 milhões de pessoas com algum tipo de impedimento para que possa participar da sociedade de forma plena, sendo observado um maior número de deficientes impossibilitados em regiões mais pobres e entre o público de velhos (EUROPEAN COMMISSION, 2010).

Dados do Brasil, do último Censo realizado em 2010, demonstram que 23,9% (acima de 45 milhões), da população declara possuir algum tipo de deficiência. As deficiências apresentadas estão distribuídas entre visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, sendo que 84% deste grupo são residentes nas áreas urbanas e 16% em zonas rurais do país. O estudo acrescenta que há um aumento do grupo de deficiência no mercado de trabalho e com acesso à renda, mas por outro lado informa que a maior parte de PcD tem uma baixa renda e depende de ajuda dos seus familiares (BRASIL, 2012).

É importante acrescentar que o governo federal pretende revisar, até o fim do ano de 2018, 1,2 milhão de perícias em benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pessoas aposentadas por invalidez ou com recebimento de auxílio-doença, sendo que esta medida foi anunciada no ano de 2016. Do “pente-

fino” nas 249.878 perícias realizadas até o final do ano de 2017, 226.273 foram negadas e tiveram seu benefício cortado pelo governo (MAZUI, 2018).

Postas esta concisa referência histórica e indicações numéricas, parte-se então para a definição dos termos deficiência, pessoas com deficiência (PcD) e pessoas com mobilidade reduzida (PMR) para progredir este debate.

Embora para estudos voltados à saúde, Amiralian *et al.* (2000) utilizam como base um documento do Secretariado Nacional de Reabilitação da Organização Mundial da Saúde, que delineiam conceitos sobre a deficiência como a “[...] perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente” (p. 98). Para os autores as deficiências estão dispostas pelo déficit em relação à fala, à audição, à visão, à física e o intelectual como consequência há uma incapacidade ao indivíduo, para que o mesmo possa desenvolver atividades corriqueiras em relação às pessoas sem deficiência, acarretando em desvantagens às pessoas com deficiência, como descrito no quadro 1:

Quadro 1- Tipos e características de deficiência

Deficiência	Incapacidade/Limitações	Desvantagem
Fala Auditiva Visual	De falar De ouvir De ver	Orientação
Física	De se locomover Executar tarefas diárias	Independência total Locomobildade
Intelectual	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar De relacionar-se (comportamento) De ter consciência	Na capacidade ocupacional Na integração social

Fonte - Adaptado de Amiralian *et al.* (2000, p.98), por Nascimento, 2018

Cabe aqui a necessidade de destacar um ponto importante sobre como é vista a PcD por meio de dois olhares distintos. Pelo modelo médico, observa-se a deficiência pela ótica da melhora salutar do organismo indivíduo, deste ponto de vista, quanto melhor o funcionamento das áreas com deficiência com o tratamento, a pessoa passa a ser sentir melhor e, conseqüentemente, readaptada na sociedade.

Não ocorrendo um cenário de melhora, torna-se viável a segregação do mesmo. Pelo prisma do modelo social, que se desenvolveu no Reino Unido na década de 1960, a deficiência transcende a ausência de um bom funcionamento de alguma

área do corpo, e é observada pelas barreiras físicas e sociais o qual está inserido, tentando eliminar estas barreiras por meio da acessibilidade a estruturas e espaços, possibilidade de comunicação, acesso à escola, ao trabalho e à renda por todos os indivíduos: com ou sem deficiência (BERGER, 2013).

Para compreensão da terminologia sobre as pessoas com deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, declara no seu artigo segundo como PcD:

Art.2 Considera-se Pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL 2015, s/p).

Em se tratando da pessoa com mobilidade reduzida, o Estatuto define as mesmas como:

Pessoa com mobilidade reduzida: aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou percepção (BRASIL, 2015, s/p).

No que concerne à mobilidade reduzida, amplia-se o grupo para além das pessoas com deficiência como gestantes, pessoas obesas, crianças, anãs, doentes, acamados, pessoas em fase de envelhecimento, entre outras. Como mencionado, anteriormente, ao longo desta pesquisa, optou-se em trabalhar com material voltado ao grupo de pessoas com deficiência, todavia considera-se que estes estudos abrangem similarmente os indivíduos com mobilidade reduzida, pela semelhança nas necessidades de integração e inclusão.

Sassaki (2003b) menciona que as diversas nomenclaturas atribuídas ao indivíduo com deficiência, sofreram várias mudanças ao longo dos anos até ao termo atual, pessoas com deficiência. O autor esclarece que as pessoas com deficiência em determinado período da história eram denominadas de aleijados, ceguinhos, inválidos, incapacitados, defeituosos, pessoas deficientes, pessoas especiais, pessoas com necessidades especiais, pessoas portadoras de deficiências, entre outros. Estas designações são empregadas de acordo com os valores de uma sociedade em

determinado período, de modo que quanto maior o nosso discernimento sobre a deficiência e o ser humano, uma nomenclatura mais acolhedora será utilizada.

O nome atual, adotado pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2006, amplamente, utilizado pelas organizações governamentais e não governamentais e com grande aceitação entre grupos de PcDs, possui como princípios de não esconder a deficiência, rechaçar o eufemismo, aceitar a deficiência e as diferenças com dignidade na busca da igualdade sem torná-la em algo extraordinário (UNITED NATIONS, 2007a).

Sassaki ainda menciona que este novo termo é contraste com o anterior, pessoas portadoras de deficiências, que fazia alusão à deficiência como algo que pode ser removível e que o indivíduo pode deixar de portar quando lhe for conveniente (SASSAKI, 2003b). Ressalta-se aqui, que durante o levantamento bibliográfico, percebeu-se um amplo número de pesquisas utilizando o termo pessoas portadoras de deficiência ou com necessidades especiais, particularmente, em investigações com datas mais antigas.

Switzer (2003) discorre sobre a história de inclusão das pessoas com deficiência em território americano, inicia-se com ações isoladas, principalmente, após o aumento de pessoas mutiladas pela segunda guerra mundial, todavia estes feitos eram voltados somente ao assistencialismo e à reabilitação da saúde do indivíduo, como a leitura em Braille e aprendizado para surdos, esquivando-se de práticas inclusivas para as PcDs. Com o passar dos anos as condutas de inserções para o público com deficiência começaram a despontar.

Observa-se, por meio da literatura apresentada, que a trajetória das pessoas com deficiência no mundo esteve sempre relacionada à exclusão e aos preconceitos. Este cenário começa a se transformar pelas iniciativas que ocorreram de forma compassada e que perduram até os dias atuais.

O quadro abaixo ilustra de forma temporal as principais iniciativas em prol da pessoa com deficiência:

Quadro 2 - Iniciativas em favor da pessoa com deficiência.

Ano	Ação
1616	Tratado para se discutir uma linguagem de sinais para comunicação.

Século XVI	<p>Início de escolas para “submeter” o ensino a crianças com a deficiência da surdez.</p> <p>Primeira escola oral para os surdos no mundo - Alemanha.</p> <p>Primeira escola gratuita para os surdos no mundo – França.</p> <p>Primeira academia para o surdo e mudo estabelecida na Escócia.</p> <p>A primeira escola para surdos na Inglaterra.</p>
Século XVII	<p>Ciência passa a observar a deficiência não mais como um déficit espiritual e sim com um olhar alopático.</p> <p>Proliferação de asilos e criação dos hospitais psiquiátricos, com tímidas metas de humanização no atendimento.</p> <p>Primeira escola para surdos em os EUA.</p> <p>Louis Braille inventou o alfabeto ponto levantado que veio a ser conhecido como Braille.</p> <p>Primeira escola para cegos em Boston.</p> <p>Primeira instituição residencial para pessoas com retardo mental.</p> <p>O sistema Braille foi introduzido na América.</p> <p>Bell inventa o telefone na tentativa de ajudar os surdos.</p>
1902	Helen Keller, a primeira pessoa surda-cega a matricular na faculdade
1918	Programa de reabilitação e regresso ao trabalho das pessoas com deficiência voltado para o exército norte-americano, dado o alto número de deficientes da primeira guerra mundial.
1935	Lei da Segurança Social, instituído institui benefícios e verbas para a assistência de cegos, indivíduos e crianças com deficiência e reabilitação dos mesmos nos Estados Unidos.
1935	A Liga do deficiente físico é formada em Nova York para protestar contra a discriminação das PcDs
1940	Formada a Federação Nacional dos Cegos e a Federação Americana do Deficiente Físico – Estados Unidos
Anos 1960	<p>Ocorre os primeiros Jogos Paraolímpicos.</p> <p>Primeira norma com padrões de acessibilidade publicada nos Estados Unidos.</p> <p>Nos Estados Unidos proibição da discriminação contra a PcD em instituições públicas.</p> <p>Invenção do teclado-teletipo.</p>
Anos 1970	<p>Oferta de legendas em programas de televisão pública americana;</p> <p>Leis que proíbem a exclusão de PcD em atividades escolares, locais e serviços públicos em alguns estados americanos;</p> <p>Instaura o primeiro centro de defesa legal para as pessoas com deficiência nos Estados Unidos;</p> <p>Elaboração da Lei de acessibilidade e inclusão americana;</p> <p>Educação para todas as PcDs;</p>
Anos 1980	<p>Maior participação de ativistas com deficiência em passeatas e protestos com a finalidade de exigir direitos e revogação de leis contrárias ao indivíduo com deficiência nos Estados Unidos.</p> <p>1981- Ano Internacional da Pessoa com Deficiência.</p> <p>Legislação proibindo a empresas aéreas americanas de se recusar a transportar PcD.</p> <p>Fundação da Sociedade para Estudos sobre a Deficiência.</p> <p>Criação do Conselho Nacional sobre Deficiência Americano.</p>
Anos 1990	<p>Promulgação da <i>Americans with Disabilities Act</i> (ADA) que dentre outras medidas, promove a inclusão e proíbe a discriminação de pessoas em razão a sua deficiência, assegurando lhes direitos e oportunidades de emprego, a compra de bens e serviços, e de participar em programas e serviços governamentais. Em 1995 Inglaterra aprova legislação semelhante.</p>

	No Tratado de Amsterdã (1997) a União Europeia se compromete com ações para facilitar a inserção de PcD no mercado de trabalho.
Anos 2000	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Organização das Nações Unidas.

Fonte - Traduzido e adaptado de (ADAMS, BELL E GRIFFIN, 2007), (BERGER, 2013) e (UNITED NATIONS, 2007a), por Nascimento, 2018

Percebe-se, portanto, um avanço em relação à conquista de direitos pelas pessoas com deficiência ao longo dos anos, que começa a despontar de forma mais frequente após os anos 1960 e 70, com o início dos movimentos dos direitos civis, das mulheres, negros, gays e lésbicas, entre outros, que se iniciaram nos Estados Unidos e tomaram outras partes do mundo, inspirando também o grupo com deficiência a reivindicarem ações contra a discriminação, a falta de acesso e a desigualdade (BERGER, 2013).

2.2 A pessoa com deficiência no Brasil

A realidade brasileira no que concerne às pessoas com deficiência não se diferencia do panorama traçado até o momento nesta pesquisa. Deste modo, o país possui nos relatos acerca dos indivíduos com deficiência a visão de grupos que eram afastados da sociedade, internados em instituições asilares, padecendo da caridade alheia. Autores como Silva (1986), Figueira (2008) destacam-se na literatura disponível por traçar uma abordagem histórica sobre as PcDs no país.

Na narrativa de Figueira, a exclusão de pessoas com deficiência brasileira é demonstrada por estudos da rotina da nação indígena, constatando a ausência de pessoas fracas e desvalidas nas aldeias, que por sua vez valorizava os guerreiros fortes e sadios concebendo uma ideia de exclusão daqueles que estivessem fora deste padrão:

Quando nascia uma criança com deformidades físicas eram imediatamente rejeitadas, acreditando que traria maldição para a tribo, ou coisas desta natureza. Uma das formas de se livrar delas era abandonar os recém-nascidos nas matas, ou atirá-las de montanhas e, nas mais radicais atitudes, até sacrificá-las em chamados rituais de purificação [...] nossos indígenas, possuíam uma robusta constituição física, fortes e sadios, e por isso poderiam ter sido um dos fatores que reforçava a política de exclusão, eliminando todos aqueles que nascessem ou viessem a apresentar algum tipo de deficiência visível, fora dos padrões modelos pré-estabelecidos pela tribo. (FIGUEIRA, 2008, p. 22-23).

Importa lembrar que este relato anterior diz respeito ao período de descobrimento do Brasil e que, posteriormente, o autor aborda a tentativa de trabalho escravo impostas aos índios. As muitas moléstias trazidas pelos colonizadores avolumaram o número de incapacidades entre a população indígena. Seguindo o percurso histórico, a deficiência acompanhou também outras populações brasileiras como os escravos, que padeciam das deficiências provocadas pelos maus tratos ou doenças da época, assim como as pessoas acometidas por surtos de doenças, como a paralisia, enfermidade muito comum no passado histórico brasileiro (FIGUEIRA, 2008).

Silva (1986) escreve que, historicamente, os grupos com deficiência no Brasil são considerados parte da categoria dos comiserados, pobres e miseráveis, pela sua exposição nas ruas e oneração social que estes causam. Não que na sociedade de elevado poder aquisitivo inexistam indivíduos com deficiência, menciona o autor. Entretanto, os deficientes de famílias abastadas não produzem tanto impacto social por estarem acobertados por parentes, com pouca exposição ao público, tornando um fardo somente para suas famílias e invisíveis à sociedade.

Os avanços de ações em benefício à PcD dentro da realidade brasileira transcorreram em um formato próximo do que em outros países desenvolvidos, porém de forma mais compassada, uma vez que o modelo brasileiro era voltado até pouco tempo ao assistencialismo e à caridade.

Silva (1986) e Figueira (2008), Lanna Junior (2010), Sassaki (2003b), Sassaki (2010) apresentam as principais instituições que auxiliavam e que ainda fazem parte da conquista de auxílios e direitos para as PcDs no Brasil, ilustrada no quadro a seguir:

Quadro 3 - Histórico das instituições auxiliares para PcDs no Brasil.

Ano	Ação
1543	Assistencialismo da medicina Jesuíta; Início da instalação das Santas Casas.
1585	Rodas dos expostos - acolhimento de crianças rejeitadas e com deficiência.
1727	Hospital Real Militar – instituição asilar para os “inválidos” das guerras.
1741	Hospital dos Lázaros – isolamento das pessoas com Hanseníase.
1841	Hospício Dom Pedro I.
1850	Hospitais dos imigrantes.
1854	Instituto dos Meninos Cegos – atual Instituto Benjamin Constant, o primeiro da América Latina a atender PcDs.
1856	Imperial Instituto dos Meninos Surdos – asilo para meninos rejeitados.
1940	Hospitais escolas/ USP/ UFRJ.
1943	Serviço de Reeducação e Readaptação para militares incapacitados da 2ª guerra e civis com deficiência, evitando-se com isso onerosidade ao Estado.

1954	Associação de Assistência à Criança Defeituosa - hoje “Criança com Deficiência” (AACD). Surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), NO RJ e posteriormente por diversos locais do Brasil. Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação – iniciativa privada para combater a epidemia de poliomielite.
1956	Instituto Nacional de reabilitação- recuperar trabalhadores acidentados.

Fonte - Adaptado de Silva (1986) e Figueira (2008), Lanna Junior (2010) e Sassaki (2003b; 2010) por Nascimento, 2018.

O quadro apresentado mostra poucas intervenções do Estado, com ações isoladas para grupos específicos de deficiência (a cegueira e a surdez eram únicas deficiências reconhecidas pelo Estado brasileiro), com inclinações à compaixão, ao assistencialismo, à reabilitação e à educação, carecendo de expedientes voltados à inclusão da PcD na sociedade. Um outro ponto observado na literatura apresentado pelos autores mencionados no quadro acima é que, apesar de que algumas destas ações serem consideradas pioneiras, ofertavam uma quantidade restritas de vagas, sem atender a população de forma integral, o que pode ser observado ainda em estudos nos dias atuais.

Por outro lado, apesar de isoladas as ações dos institutos mencionados, foram essenciais no que tange a prestar atendimento, a proporcionar reflexões sobre a condição das pessoas com deficiência ao longo de um período histórico do Brasil, no qual a deficiência das pessoas tratava-se de um campo revestido de preconceitos.

2.3 Recomendações e legislações em prol da pessoa com deficiência

Parte fundamental no avanço da conquista de direitos da pessoa com deficiência, a Organização das Nações Unidas posiciona-se como uma instituição que, por meio de normas e de recomendações, promove a igualdade e a inclusão do grupo com deficiência no contexto sócio econômico e cultural. A primeira ação proposta pela instituição foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que, em seu artigo 25, menciona que “[...] cada pessoa tem "o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros ⁵[...]” (UNITED NATIONS, 2007b, s/p, tradução nossa).

⁵ Everyone has the right to security in the event of unemployment, sickness, disability, widowhood, old age or other.

Estas ações passaram a ser recomendadas ao longo dos anos. Apesar disso, em seu princípio, as mesmas eram focadas na reabilitação da PcD e com escassas intervenções de inclusão do grupo de deficientes na sociedade, tanto no emprego como em outros campos. Em 1976, a ONU sinaliza querer que o ano de 1981 seja o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, como forma de estímulo e de evidenciar o cenário da PcD, assim como a necessidade de assegurar seus direitos.

Posteriormente, indica-se que os anos de 1983 a 1992 seriam considerados a Década das Nações Unidas das Pessoas com Deficiência, de modo a se instituir programas com o foco em pesquisas, na reabilitação, no respeito, inclusão, igualdade, integração e autonomia dos PcDs na sociedade. Em 1992, foi estabelecido o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Em 1994, na Declaração de Salamanca tratou de elaborar diretrizes para a educação especial para PcDs. Em 1999, foi determinada, por meio da Convenção Interamericana, diretivas para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra pessoas com deficiência (UNITED NATIONS, 2007b).

Uma ação de grande importância realizada pela ONU foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2006, na cidade de Nova Iorque, que ratificou as recomendações anteriores e elaborou novas diretrizes para que os Estados Partes pudessem implementar legislações de acessibilidade específicas para a garantia de direitos e inclusão das PcDs, tendo como premissa o respeito, igualdade de oportunidades, conscientização, saúde, educação proteção, não discriminação, independência, acessibilidade e participação de forma plena na comunidade entre outras:

A fim de oportunizar às pessoas com deficiência conviver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras⁶ (UNITED NATIONS, 2007a, s/p, tradução nossa).

⁶ To enable persons with disabilities to live independently and participate fully in all aspects of life, States Parties shall take appropriate measures to ensure to persons with disabilities access, on an equal basis with others, to the physical environment, to transportation, to information and communications, including information and communications technologies and systems, and to other facilities and services open or provided to the public, both in urban and in rural areas. These measures, which shall include the identification and elimination of obstacles and barriers to accessibility.

A convenção relembra valores celebrados pela ONU em relação ao ser humano e às PcDs, reconhece a diversidade e requisitos exigidos por cada deficiência, trazendo a responsabilidade da família, da sociedade, do Estado e das instituições no que tange à promoção de igualdade, independência, oferta de oportunidade e inclusão da pessoas e crianças com deficiência e mobilidade reduzida (UNITED NATIONS, 2007a).

Estas diretrizes foram adotadas pelos Estados Membros das Nações Unidas, do qual o Brasil faz parte e, em 2008, por meio do Decreto Legislativo Nº 186, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo incorporando o texto do protocolo na Constituição Brasileira (BRASIL, 2009).

No Brasil, os direitos do indivíduo com deficiência surgem por meio de um conjunto de leis que buscam a inclusão da PcD no contexto socioeconômico e cultural como disposto no quadro abaixo:

Quadro 4 - Principais legislações brasileiras em prol da pessoa com deficiência.

Legislação	Ano	Principais benefícios a PcD
Lei Nº 4.169	1962	Braille nas escritas para cegos.
Lei Nº 7.070	1982	Direito a pensão.
Lei Nº 7.405	1985	Obrigatoriedade da utilização do símbolo internacional de acesso aos locais.
Constituição Federal	1988	Direito a igualdade a proteção, educação, assistência e inserção ao trabalho e a renda, a adequação de espaços e vias coibindo a discriminação de Pessoas com deficiência. Confere e ir e vir das pessoas, construção e adequação de vias de forma acessível, criando alusão à acessibilidade.
Lei Nº 7.853	1989	Integração social, definição de crimes contra PcD.
Lei Nº 8.160	1991	Obrigaçao do símbolo surdez nos estabelecimentos com acesso a este público.
Lei Nº 8.213	1991	Cotas para PcD no mercado de trabalho.
Lei Nº 8.899	1994	Concessão de gratuidade no transporte público interestadual.
Lei Nº 8.989	1995	Isenção de impostos para PcD na compra de transporte adaptado.
Lei Nº 10.048	2000	Prioridade de atendimento.
Lei Nº 10.050	2000	Estende o recebimento de benefício pelos filhos PcD.
Lei Nº 10.098 Decreto lei 5296	2000	- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Lei Nº 11.126	2005	Direito de ingressar e permanecer em locais de uso coletivo com cão guia.
Lei Nº 11.133	2005	Institui o Dia Nacional de Luta da PcD
Decreto Nº 6.949	2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Lei Nº 11.982	2009	Adaptação de equipamentos em parques de diversão
Lei Nº 12.319	2010	Regulamenta a Lei de Tradutor e Interprete de LIBRAS
Decreto Nº 7.612	2011	Ações de fomento ao crédito para adaptação das estruturas, transporte para acessibilidade. Plano de ofertas de serviços e produtos ao PcD. Incentivo a educação.
Lei Nº 12.587	2012	Cria diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Lei Nº 12.613	2012	Crédito para adquirir bens e serviços de Tecnologia Assistiva.
Lei Nº 12.715	2012	Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.
Lei Nº 12.933	2013	Benefício de meia-entrada
Lei Nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte - Adaptado de Brasil (2016) por Nascimento, 2018

Como mencionado ao longo desta pesquisa, a legislação exposta no quadro exposto, segue o mesmo trajeto de outros países, inicialmente com ações isoladas contemplando um grupo limitado de indivíduos com deficiência. Entretanto, nos últimos anos, percebe-se um maior número de leis que enfocam outros grupos de deficientes.

Parte importante da legislação brasileira para melhoria das PcDs, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que possui como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tem como principal argumento a atuação do Estado, das instituições, da sociedade e da família em busca de maior inserção deste grupo na sociedade com atos que visam “[...] a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, s/p).

Em um segundo momento, o Estatuto menciona o papel de cada parte atuante, que deve exercer em prol da PcD:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015, s/p).

O estatuto mencionado ainda traz importantes aspectos de garantia de direitos das pessoas com deficiência como enunciado no seu artigo 4º: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, s/p).

Entre os principais direitos descritos destacam-se: direito à constituição de família e de reprodução, direito a votar e ser votado, direito à educação, ao acesso à comunicação, à acessibilidade, entre outros. Cabe destaque neste conjunto de direito, a participação da PcD no mercado de trabalho, por meio cotas de contratação nas empresas, uma vez que as instituições devem destinar um percentual de vagas que variam entre 2% a 5% do total do quadro de funcionários.

A legislação também menciona o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, que os meios de hospedagem são responsáveis pela recepção da PcD promovendo acessibilidade. Como parte integrante da atividade turística, o direito ao transporte é apresentado no estatuto, no sentido de assegurar a oferta para que a pessoa com deficiência possa participar de forma igualitária dos serviços de transporte coletivo em vias terrestres, marítimas, férreas e aéreas, sendo parte do conjunto destes serviços aos veículos transportadores, aos terminais das transportadoras e à prestação dos serviços agregados (BRASIL, 2015). É importante mencionar que os conceitos sobre turismo para pessoas com deficiência serão abordados, posteriormente, no terceiro capítulo deste trabalho.

Com esta menção, denota-se uma atuação da legislação em busca de inserção da PcD no cenário socioeconômico e cultural. Um fator relevante é a participação do indivíduo com deficiência no mercado de trabalho, que pode ser entendido como um processo de inclusão que atua em duas direções de integração: uma pela sociabilização da PcD por meio da interação com outras pessoas e do outro lado por uma maior autonomia financeira oriunda dos ganhos do seu trabalho.

2.4 A acessibilidade e a inclusão

O Estatuto da Pessoa com Deficiência menciona que para cumprir-se suas premissas é necessário que sejam aplicados os conceitos de acessibilidade, que tem em sua essência a proposta e inclusão para todo o público, em especial, às PcDs, com acesso e o usufruto dos locais, as estruturas e os serviços de forma irrestrita:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, s/p).

Para a Organização das Nações Unidas, o conceito de acessibilidade traz as seguintes implicações:

A acessibilidade é melhor definida como a provisão de flexibilidade para acomodar as necessidades e preferências de cada usuário, quando usado com referência às Pessoas com Deficiência, em qualquer lugar, espaço, produto ou serviço, seja física ou virtual, que possa ser facilmente alcançado, adentrado, entendido, evacuado, que possa interagir e ser usados por todos com diferentes deficiências ou não [...] Acessibilidade no contexto das Nações Unidas não é somente um direito inerente a pessoas com deficiência, mas um meio de assegurar que as pessoas com deficiência são capazes de exercer todos os direitos e liberdades fundamentais e têm o poder de participar plenamente na sociedade em condições de igualdade com todos os outros⁷ (UNITED NATIONS, 2013, p. 3, tradução nossa).

Os apontamentos sobre acessibilidade pela ONU, são colocados de forma mais abrangente, trazendo a percepção sobre uma maior autonomia, plenitude e individualidade da pessoa quando em uso estruturas acessíveis reconhecendo seus anseios e predileções. Traz um olhar sobre o conceito de acessibilidade de forma estendida para todos os indivíduos, os com ou sem deficiência e mobilidade reduzida, e por fim menciona os conceitos atuais de acessibilidade no mundo virtual. Em se tratando do conceito apresentado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, um ponto

⁷ Accessibility is best defined as the provision of flexibility to accommodate each user's needs and preferences; when used with reference to persons with disabilities, any place, space, item or service, whether physical or virtual. [...] Accessibility in the context of the United Nations is not only an inherent right of persons with disabilities, but also a means of security, which, as persons with disabilities, are capable of exercising all fundamental rights and freedoms and have the power to participate fully in society on an equal footing with everyone else.

a ser observado é a menção sobre a acessibilidade em espaços rurais, e desta forma fomenta considerações em relação a estas importantes áreas deslocamento de pessoas, pensando em turismo rural acessível.

Um elemento da sociedade atual que deve ser tratado com relevância é a acessibilidade por meio da internet. A *World Wide Web Consortium* (W3C) é uma comunidade que desenvolve padrões para a internet mundial em elaboração de meios para que a rede mundial de computadores seja acessível a todos e define a acessibilidade na internet da seguinte forma:

Acessibilidade na internet significa que as pessoas com deficiência podem usar os recursos da internet. Mais especificamente, a acessibilidade na internet significa que as pessoas com deficiência possam perceber, compreender, navegar e interagir com os serviços de internet. Acessibilidade na internet também beneficia outras pessoas, incluindo as pessoas mais velhas com a mudança de habilidades devido ao envelhecimento⁸ (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2005, s/p., tradução nossa).

A instituição menciona que, na atualidade, há uma gama de serviços oferecidos a sociedade pela internet e que é essencial que estes serviços sejam acessíveis a todos de forma igualitária, proporcionado com isso uma maior interação e participação mais ativa da PcD na sociedade por meio de serviços de buscas e compras de produtos e serviços, localização, informações sobre condições climáticas, entre muitos outros. Faz ainda uma menção sobre a necessidade do Desenho Universal nos programas desenvolvidos e também nos equipamentos físicos como computadores, telefones celulares de última geração, entre outros para melhores resultados no que tange à facilidade de acesso (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2005).

Por outro lado, o manifesto lançado pelo movimento Web para Todos menciona que apenas 5% das páginas na internet dos sites brasileiros dispõe de tecnologia acessível, inovação esta, que elimina as barreiras de utilização das pessoas com deficiência, contrariando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 2015) que prevê sites acessíveis em todos os canais de internet. O movimento menciona a PcD como consumidora potencial de compras realizadas pela internet, caso a internet forneça acessibilidade aos sites de vendas, uma vez que a

⁸ Web accessibility means that people with disabilities can perceive, understand, navigate, and interact with the Web, and that they can contribute to the Web. Web accessibility also benefits others, including older people with changing abilities due to aging.

maioria das pessoas com deficiência possui alguma dificuldade para se locomover (WEB PARA TODOS, 2017).

Entende-se desta forma, que acessibilidade transpõe a oferta de estruturas físicas passa a ser concebida também nos serviços tecnológicos e virtuais, uma vez que com os avanços tecnológicos da atualidade é comum a disposição de produtos em várias esferas como serviços bancários de localização interação entre pessoas, pesquisas de serviços e produtos, compras e muitos outros serviços que surgirão com o avanço tecnológico. Transpondo esta realidade para o turismo, observa-se que nos serviços turísticos da atualidade há uma gama de facilidades tecnológicas para que as pessoas possam pesquisar, avaliar e comprar, tornando necessário a extensão deste processo os usuários com deficiência.

Para a padronização dos serviços e produtos em geral e com foco na acessibilidade, um importante órgão privado sem fins lucrativos voltado à normalização técnica no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atua com o governo brasileiro e a sociedade auxiliando na implementação de políticas públicas⁹, otimização dos mercados, amparo a consumidores e segurança de estruturas, produtos e serviços, por meio de avaliação de conformidade, certificações, elaboração de normas, treinamentos, entre outros. No que se refere à acessibilidade, a Norma 9050 de 2015, dispõe sobre acessibilidade nas estruturas, mobiliários e em espaços urbanos e rural, desde a concepção, construção instalação e adaptação destas estruturas, com a finalidade de:

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, s/p).

A instituição acrescenta sobre a utilização dos ambientes acessíveis:

[...]espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 1).

⁹ Entende-se como Políticas Públicas o planejamento e solução dos problemas da sociedade pelo Estado em todas as suas esferas (BENEDITO; MENEZES, 2013).

Um ponto a ser considerado é a importância de estruturas e serviços acessíveis que abarquem diversas áreas, com ações que possibilitem acolher um grande número de usufrutuários.

Dificultador da acessibilidade, as barreiras são consideradas “[...]qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa [...]” (BRASIL, 2015, p. 9) de forma plena. Estas barreiras são classificadas de: Barreiras urbanísticas– refere-se às vias públicas e privadas; Barreiras arquitetônicas- nas edificações públicas e privadas; Barreiras nos transportes- refere-se aos entraves nos meios de transportes privados e públicos; Barreiras nas comunicações - dificuldade ou impossibilidade de se comunicar nas formas: face a face, escrita e virtual; Barreiras atitudinais- associadas às atitudes e comportamentos que impossibilite a PcD a participação de forma plena e igualitária na sociedade; Barreiras tecnológicas- relativas às dificuldades ou impedimentos de acesso à tecnologia pelas PcDs (BRASIL, 2015).

Sassaki (2010) menciona sobre as barreiras na acessibilidade, denominando estas de “dimensões da acessibilidade” e acrescenta ao rol citado anteriormente, as barreiras metodológicas- ligadas aos métodos e técnicas das atividades laborais de lazer e educação; as instrumentais- referindo-se aos utensílios e equipamentos e às programáticas – pertencentes às Políticas Públicas e legislações, entre outras. Em um segundo momento, o autor exemplifica as dimensões da acessibilidade configurando modelos de acesso, os quais serão demonstrados sob a ótica do turismo no Capítulo 3 desta pesquisa.

Uma ferramenta em destaque para tornar a acessibilidade possível é o Desenho Universal, que tem como a proposição a oferta de ambientes e serviços preparados para receber a todos de forma inclusiva desde a concepção do projeto até sua aplicação. Tem como conceito básico que os serviços e produtos venham a ser alcançados, manipulados e utilizados de forma simples e intuitiva, adaptável, com segurança, mínimo esforço por todos os indivíduos de forma igualitária (UNITED NATIONS, 2013).

O Desenho Universal é regularmente desenvolvido emparelhado com a Tecnologia Assistiva, que parte do princípio de produzir produtos e serviços com recursos que possam ser usados por pessoas com deficiência e que venham facilitar a vida de indivíduos sem deficiência (BERSCH, 2013).

O consultor sobre inclusão social Romeu Sasaki completa a discussão sobre a conciliação entre a acessibilidade e o Desenho Universal como facilitador das atividades dos indivíduos, de forma que “[...] se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do Desenho Universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência me maior número possível” (SASSAKI, 2009, p. 2).

Para que um projeto seja considerado acessível o mesmo deve seguir as premissas dos sete princípios do Desenho Universal, sendo estes segundo Cambiaghi (2007):

- Uso equitativo – atender de forma igualitária, quando utilizado por qualquer indivíduo;
- Ter flexibilidade de uso – atender a várias demandas;
- Ser intuitivo – de fácil entendimento na sua utilização;
- Ter informação perceptível – percebidas pelos usuários, independente das habilidades sensoriais de cada pessoa;
- Tolerância ao erro - eliminação ou minimização dos elementos que oferecem riscos em potencial de adversidades ou acidentes;
- Baixo esforço físico – exige-se o mínimo de energia dos usuários sendo eficiente e confortável;
- Tamanho e espaço para acesso e uso – dimensões apropriadas para acesso e uso de todos independente do porte e condições físicas.

É importante mencionar que há estruturas concebidas em determinada época passada as quais não obedeciam aos critérios de Desenho Universal, entretanto estes projetos podem ser modificados para se tornarem acessíveis. Segundo a ABNT, os espaços, podem ser ajustáveis, referindo-se a estruturas que permitam sofrer alterações na sua construção original para que torne acessível; os adaptáveis, fazendo alusão às estruturas que já se mudaram o seu projeto original tornando-o adaptado e finalmente as estruturas adequadas que já foram projetadas originalmente para serem acessíveis (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Coronel e Panosso Netto (2016) contribuem para o debate sobre acessibilidade e Desenho Universal discorrendo que além dos conceitos materiais relacionados ao tema acessibilidade, existem as concepções espaço temporal – relativos ao transporte

e a comunicação aptos para romper as barreiras das distâncias e velocidade; as relações sociais acessíveis, sem desigualdades excludentes, os aspectos materiais por meio do Desenho Universal e o acesso à renda para a inclusão das pessoas na sociedade.

Quando ofertadas estruturas e serviços acessíveis para as pessoas é importante perceber se a acessibilidade possui todas as dimensões mencionadas anteriormente, uma vez que é comum encontrar projetos que sinalizam como sendo acessíveis, mas não atende aos anseios dos seus usuários. A *Accessibility for Ontarians with Disabilities Act*, legislação do governo canadense, voltada para melhoria da acessibilidade nas empresas, faz uma menção que acessibilidade não pode se resumir somente a rampas e portas acessíveis, devendo o Estado, as instituições e a sociedade atuarem em conjunto na promoção da inclusão das PcDs nas estruturas e serviços da cidade (CANADÁ, 2005).

O mesmo pensamento é divulgado por Westcott (2004) em um relatório sobre turismo acessível na Europa. O documento traz a definição de acesso não somente como a oferta de uma cadeira de rodas, mas como um conjunto que venha fazer com que o turista se sinta acolhido e possa utilizar de todas as estruturas e serviços de forma independente.

2.5 Inclusão financeira: a pessoa com deficiência como consumidor de produtos e serviços

Como visto anteriormente, as pessoas com deficiência em um conceito histórico transpõem-se de uma situação de abandono, institucionalização e privação de direitos para um cenário, ainda que em progresso, de conquistas em destaque acesso ao trabalho e, conseqüente, a participação no meio social e econômico. Com o avanço destas conquistas, as PcDs passam a ser vistas como usuárias e potenciais consumidores de produtos e serviços, como pode observa, Donovan (2013):

Os últimos trinta anos viram mudanças dramáticas em todo o mundo com relação as pessoas com deficiência. Essas mudanças resultaram em uma criação de valores perceptíveis para uma população até então marginalizada pela sociedade e que agora se manifesta pela conquista de direitos civil em nível global. Embora essas leis tenham dado uma base para projetar um poder econômico para o PcD, ainda existem grandes lacunas entre aspiração e realidade. O próximo passo é ir além reconhecimento legal, para o

reconhecimento do mercado de negócios (DONOVAN, 2013, p. 3, tradução nossa)¹⁰.

No que diz respeito ao poder de compra das pessoas com deficiência, o autor traz à tona os seguintes números:

Pessoas com deficiência são um grande mercado de consumo global. Com uma estimativa de uma população de 1,3 bilhão de PcDs, este é um mercado emergente do tamanho da China. Amigos e familiares adicionam mais 2,2 bilhões de consumidores potenciais que atuam em sua conexão emocional com a PcD. Juntos, eles controlam mais de US\$ 8 trilhões da renda anual disponível do mundo. Empresas que procuram novas formas criar valor para as partes interessadas (*stakeholders*) tem um forte interesse em atrair o poder de compra deste grupo cada vez mais poderoso (DONOVAN, 2013, s/p, tradução nossa)¹¹.

Confirma-se, então, pelos dizeres do autor que as pessoas com deficiência ao longo da história passam a ter uma gama de direitos adquiridos e na atualidade pode ser considerada um potencial de consumo de produtos e serviços.

A Organização Não Governamental (ONG) Disability Rights UK, que estuda e faz projetos sobre pessoas com deficiência mostra, por meio de pesquisa que no Reino Unido há um grupo de 10 milhões de PcDs e que este conjunto de pessoas possui um poder aquisitivo acerca de £ 221 bilhões. Deste montante de pessoas com deficiência 75%, declaram que em algum momento desistiram de adquirir produtos e serviços por ausência de estruturas e pessoas preparadas para atendê-los (DISABILITY RIGHTS UK, 2016).

Similar conjuntura é observada nos Estados Unidos com apontamentos da *Americans with Disabilities Act* (ADA), uma organização que atua na conquista de direitos das pessoas com deficiência e que por meio de pesquisas, apresenta que há atualmente 50 milhões de americanos com deficiência com poder aquisitivo de 175

¹⁰ The last thirty years have seen dramatic changes around the globe for people with disabilities (PWD). These changes have resulted in the creation of identifiable value in a population previously marginalized by society, manifested in global civil rights legislation. While these laws have given PWD a platform from which to project economic power, large gaps still exist between aspiration and reality. The next step is to go beyond legal recognition, into market recognition.

¹¹ People with disabilities (PWD) are a large global market. With an estimated population of 1.3 billion PWD are an emerging market the size of China. Their Friends and Family add another 2.2 billion potential consumers that act on their emotional connection to PWD. Together, they control over \$8 trillion in annual disposable income globally. Companies seeking new ways to create value for stakeholders have a strong interest in attracting the spending of this increasingly powerful cohort.

bilhões de dólares. A Instituição acrescenta que esta é uma camada da sociedade que sofrerá constante acréscimo de possíveis membros e consumidores, haja vista a previsão de aumento de pessoas em fase de envelhecimento nos próximos anos (UNITED STATES OF AMERICA, 2005; 2012).

No Brasil, as empresas que observam a PcD como consumidores ainda são consideradas reduzidas, principalmente pela ausência de oferta de estruturas preparadas para atender este público específico, denotando uma carência de visão estratégica das instituições para este nicho de mercado¹² (FARIA e SILVA, 2011).

Observando este cenário, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), faz uma abordagem sobre o público com deficiência como potenciais consumidores da seguinte forma:

O fato é que as pessoas com deficiência são um grande mercado consumidor. Porém, boa parte dos estabelecimentos comerciais do país não está preparada para receber tal público. Mas promover a inclusão desse grupo não se limita ao interesse mercadológico; é uma obrigação social e demonstração de respeito pelo próximo. [...] Adequações assim só trazem benefícios. Mostram tino comercial, responsabilidade social e valorizam a imagem da empresa (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2013, s/p).

Os apontamentos expostos denotam uma carência na oferta de infraestruturas preparadas para atender o grupo com deficiência, contudo há um cenário de mudança incipiente no modo em que as empresas observam a PcD e que passa a observar os mesmos como consumidores potenciais. Estas transformações na oferta de produtos e serviços para o público com deficiência, ocorrem também na oferta da atividade turística, com proposta de turismo para pessoas com deficiência, inclusivo, turismo adaptado, turismo sem barreiras entre outras nomenclaturas utilizadas.

Nesse capítulo, tratou-se sobre percepções históricas das pessoas com deficiência, caracterizado por um passado de opressão e exclusão da sociedade, fato que se modifica ao longo dos anos especificamente da segunda parte do século XX, com políticas voltadas à inclusão da PcD no contexto socioeconômico. Argumentou-se através dos principais autores, recomendações e legislações contemporâneas atualizações de conceitos, especialmente os que tangem à legislação brasileira, em destaque o recente Estatuto da Pessoa com Deficiência que busca inserir a pessoa

¹² Kotler (2000) caracteriza como nicho de mercado os mercados que ainda são poucos explorados pelas instituições.

com deficiência no contexto socioeconômico. Neste cenário, a acessibilidade e Desenho Universal, tornam-se elementos importantes no processo de integração do indivíduo com deficiência em atividades consideradas improváveis de se realizar em até pouco tempo, a exemplo o turismo acessível, tema proposto para o próximo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO 3 - CONCEITOS ACERCA DO TURISMO E TURISMO ACESSÍVEL

Nesta parte da pesquisa, serão abordados conceitos relacionados à atividade turística ao longo do tempo para evidenciar o deslocamento de pessoas como um fenômeno que ocorre desde a existência do homem. Posteriormente, trata de conceitos sobre o turismo na contemporaneidade, apresentando um cenário de como o desenvolvimento tecnológico e hábitos atuais da sociedade impacta na forma como o turismo é ofertado e caracteriza a atividade turística pelos os aspectos econômicos.

Em um outro momento deste capítulo observa-se o turismo de modo mais social e inclusivo, partindo das premissas de acessibilidade, Desenho Universal estudados no capítulo anterior para a constituição do turismo acessível a todos e por fim busca entender de modo sucinto, o turismo como objeto de estudos nos cursos de pós-graduação em instituições de ensino brasileiras.

3.1 Abordagens sobre o turismo

A locomoção entre territórios é uma característica que acompanha o ser humano durante sua existência, quer seja por necessidade de alimentação, conquistas, fugas ou a busca pelo novo, o inexplorado. Acrescenta-se ainda outras movimentações como as para conhecer novas localidades, as de cunho mercantil, de saúde, esportivas e religiosas. Este processo de deslocamento impulsionou o desenvolvimento de estruturas para atender esta demanda¹³, como estradas, meios de hospedagem, locais com chamativos turísticos entre outros. (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002). Entretanto, no que diz respeito ao conceito de turismo e como este é ofertado na contemporaneidade, o mesmo teve o seu princípio no final do século XVIII e início do século XIX resultantes de um conjunto de elementos socioeconômico-cultural, que provocam um aumento na locomoção das pessoas, despertando o interesse de investigações sobre a pesquisa da atividade turística como um fenômeno que envolve diversos campos do conhecimento (PANOSSO NETTO, 2011).

Noguero (2010) descreve sobre o turismo como uma atividade realizada há séculos pelo ser humano, consumada normalmente em grupos de pessoas de modo

¹³ O conceito de demanda é definido por Dias e Aguiar como “ [...]a procura por determinado produto ou serviço” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 78).

organizado ou sem estruturas planejadas, sob ou não alguma remuneração com períodos longos, médios e curtos de viagem. Estas viagens são realizadas com intuito do lazer, saúde e negócios.

Importa-se dizer que a atividade turística nos modelos apresentados atualmente decorre do advento do econômico e condições de trabalho melhores, de modo que a população passou a ter maior tempo livre com as férias em conjunto com evolução dos meios transportes, os trens e navios a vapor, que passam a comportar um grande volume de pessoas e com maior velocidade.

Posteriormente, desenvolve-se o transporte de maiores proporções como os aviões a jato que possibilita deslocar um número maior de pessoas em um menor período de tempo de viagem, originando assim, o turismo de massas. Estes conceitos são apresentados em literatura de diversos autores entre estes: (DIAS; AGUIAR, 2002; YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002; PANOSSO NETTO, 2010).

Hans Magnus Enzensberger em material intitulado *Eine Theorie des Tourismus*¹⁴ de 1958, corrobora com os autores mencionados anteriormente quando cita que turismo dentro de um contexto histórico que, segundo o autor atividade nasce em conjunto com a revolução burguesa com o conceito de trabalho industrial. Estes apontamentos iniciais passam por transformações ao longo do tempo, com a evolução tecnológica da época, em específico a inserção de linhas de trem e navios a vapor, que foram responsáveis em transportar um volume maior de pessoas as quais queriam distanciar-se da rotina dos seus locais de moradias e atividade de trabalho (ENZENSBERGER, 1958).

Nesta linha de pensamento, além do advento da tecnologia que proporciona facilidade no transporte das pessoas, a sociedade da contemporaneidade passa a ter seu modo de vida alterado e busca novas formas de se relacionar com outros grupos, uma vez que dispõe de maior tempo livre, em relação ao período de revolução industrial e com isso, dedica-se a novas atividades, destacando as relacionadas ao lazer, como descrito por Fernandes (2002, p. 9 -10):

Assiste-se, em simultâneo, ao aumento generalizado dos tempos livres, com a socialização da prática das férias entendida como exigência de cidadania. [...]. As sociedades actuais tendem a preocupar-se tanto com o lazer como com o trabalho. Na busca de novas modalidades de ocupação do tempo livre, surge uma forte indústria do lazer, apoiada em redes nacionais e internacionais de informação e de comunicação, em resultado do

¹⁴ Tradução: Uma teoria do turismo.

desenvolvimento tecnológico dos transportes. [...] No passado vivia-se sob o signo da privação relativa. O seu principal objectivo residia na obtenção dos meios económicos indispensáveis à sobrevivência dos indivíduos. As sociedades actuais buscam particularmente a cultura, os valores e a qualidade de vida. Desenvolve-se e alarga-se, por outro lado, a prática da participação social e cultural, considerada como inerente à vida democrática.

Encorpendo a discussão sobre dados do turismo, a Organização Mundial de Turismo (OMT), agência da ONU organizadora do turismo internacional, em seu último relatório de 2016, demonstra que o turismo vem crescendo de modo interrupto ao longo dos anos, o que determina a força e resistência do setor perante a inúmeras ocorrências como crises financeiras, guerras e atentados nos últimos anos como evidenciado de modo comparativo nos dados abaixo:

Tabela 1 - Movimentações turísticas ao longo do tempo

Indicadores mundiais	Ano 1950	Ano 1980	Ano 2000	Ano 2016	Previsão 2030
Chegadas internacionais/turistas	25 milhões	278 milhões	674 milhões	1,2 bilhão	1,8 bilhão

Fonte – World Tourism Organization (2017), adaptado por Nascimento, 2018.

As informações divulgadas no relatório destacam ainda que a atividade turística impacta em 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de forma direta, indireta ou induzida (efeito renda). A instituição ainda menciona que 1 em cada 11 empregos são gerados pelo turismo no mundo e que o mesmo contribui com cerca de US\$ 1,5 trilhão (7%) das importações mundiais (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2017).

É importante ressaltar que o crescimento em um contexto histórico do turismo mundial pode ser atribuído pelo planejamento e desenvolvimento de meios transporte e estruturas eficazes, aliados a tecnologias, atuações de empresas de marketing e que nos dias atuais, contribuem para um maior interesse de produtos turísticos pelas pessoas (PANOSSO NETTO, 2010).

Destaca-se aqui como novos facilitadores que engrossam estes fatores de expansão do turismo como a constante evolução tecnológica, as agências de turismo virtuais, as redes sociais, os *tours* virtuais pelos locais de visitaço, comparao de preos de forma rpida e segura por meio de sites de vendas, locao de hospedagem

e transporte. Como exemplos destas mudanças, destacam-se o TripAdvisor¹⁵, o Airbnb¹⁶, Uber¹⁷ e os sites de internet das empresas aéreas, locadoras de veículos, hotéis que ofertam serviços de reservas, *check in*, *check out* entre outros. Este novo cenário tecnológico pode ser pensando como possibilidades positivas de acessibilidade, pela facilidade de interação e uso, resgatando os conceitos de Desenho Universal e Tecnologia Assistiva debatidos no capítulo anterior.

Sobre o crescimento do turismo no percurso histórico, a atividade turística, desenvolve-se a partir “ [...]da criação de uma sensibilidade orientada para isso ou, como se poderia chamar, “sensibilidade turística” (PANOSSO NETTO, 2011, p. 55), pelo homem, quando este sentiu-se motivado para realizar visitaçaõ a locais de lazer, busca por saúde e pela natureza.

Originalmente o turismo foi desenvolvido para usufruto das classes mais abastadas da sociedade e com o decorrer do tempo com os adventos tecnológicos, maior capacidade e rapidez no transporte de pessoas e a facilidade de se comunicar, produziu-se um amplo quadro de oportunidades para a viagem, o que torna a atividade turística na contemporaneidade uma prática mais comum e de maior inserção das pessoas. Apesar disso Panosso Netto (2011) relata que uma grande parcela da população mundial ainda não vivencia a prática deste fenômeno, por falta de acessibilidade financeira ou outros fatores como dificuldade de acesso aos locais.

Para prosseguir neste debate é importante apontar conceituaçaõ acerca do termo turismo e consequente do turista, para melhor compreender o papel destes no fenômeno turístico. Entretanto Panosso Netto (2010) alerta sobre as dificuldades para se elaborar um conceito sobre turismo devido à abrangência com diversas áreas de conhecimento, dadas as formações e atuações dos profissionais que trabalham do campo do turismo. Deste modo um grupo de autores expõe as diversas e principais visões relacionadas ao turismo por pesquisadores, em diferentes momentos ao longo do tempo como ilustrado no quadro a seguir:

¹⁵ Considerado o maior site de viagens do mundo com fotos, indicações, comparações (todas realizadas pelos visitantes/usuários) e vendas de locais turísticos, serviços de empresas aéreas e hospedagem. Sua rede já administra e opera outros 22 sites coligados, sendo todos relacionados a viagens. Fonte: <<https://www.tripadvisor.com.br/>> Acesso em: 18 mai. 2017.

¹⁶ Site e/ou aplicativo que agrega anuncio de acomodações residenciais, pesquisas, avaliações e reservas de hospedagem de modo comunitário em diversas partes do mundo. Fonte: <<https://www.airbnb.com.br/about/about-us>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

¹⁷ Serviço transporte equivalente ao taxi, porém oferta serviços de carona remunerada via internet. Fonte: <<https://www.uber.com.br>>. Acesso em 18 mai. 2017.

Quadro 5 – Abordagens históricas acerca do turismo.

Autor	Ano	Abordagem
The shorter Oxford English dictionary	1800	Turista: aquele que faz o um tour ou tours. Que o faz por recreação, viaja por prazer ou cultura por locais interessantes.
	1811	Conceitos e atividades de ir e voltar de uma viagem instigada por prazer.
Eduard Guyer-Freuler	1905	Um fenômeno explicado pela necessidade de descanso, conhecer novos locais apreciar paisagens e natureza. Aumento e conhecimento de novos povos e culturas diferentes.
	Final do sec. XIX até 1940	Visão sociológica: voltada para os deslocamentos das pessoas e os impactos causados pelos trânsitos dos “forasteiros”. Visão econômica: estudos voltados no fluxo de pessoas considerando aumento do mesmo, como um olhar mercadológico.
Norwal	1936	Acrescenta o turista como protagonista dos deslocamentos, todavia mantém uma visão econômica da atividade.
Walter Hunzinger e Kurt Krapft	1942	Conectam tanto a visão sociológica quanto econômica do turismo pois trata das relações e fenômenos das viagens que abrangem diversas áreas de estudos, não podendo ter seus estudos atrelados pela visão de duas áreas distintas somente. Observa-se o homem como ator principal da atividade turística, mencionando o turismo como prática de atividade relacionada ao prazer, sem cunho econômico
Cierva	1962	Turismo pensado por três ângulos: Fenômeno relacionado à viagem do indivíduo em busca do prazer sem objetivos financeiros; pela ciência compreendendo como se dá o fenômeno turístico e as ações entre pessoas; e pelo prisma da arte combina diversos valores que agregam a atividade turística que além de analisar a forma econômica, observa o do turismo como uma atividade humanizada.
Raymundo Cuervo	1967	Conceituam o turismo como sendo um conjunto de relações, infraestruturas e serviços ofertados a partir da necessidade de locomoção de pessoas desdobrando em subconjuntos ligados a viagem como: transportes, meios de comunicação, agências e guias de turismo, meio de hospedagem, alimentação, entre outros.
Fuster	1971	Observa do aumento do volume de turistas e do fenômeno e relações provocados em consequência da viagem. Menciona sobre o equipamento que integra o turismo: estruturas, instituições, impactos e pessoas. Estudos do turismo como ciência coligadas com os demais campos de estudos.

Wahab	1977	Descreve o turismo como a intenção dos indivíduos em viajar, criando relações entre as pessoas. A locomoção não remunerada tem como objetivo o prazer dos viajantes que proporciona ao local receptor a criação, venda e exportação de produtos turísticos.
Leiper	1979	Conjunto que envolve a saída do indivíduo de seu local de moradia habitual por um período superior a uma noite a passeio de modo não remunerado.
Jafar Jafari Brent Richie	1981	Estudo do indivíduo quando em viagem em local diferente do seu de origem, a oferta de estruturas turísticas denominada de “indústria” quer atende as necessidades do viajante e o local receptor com suas características socioeconômica e cultural em se tratando dos impactos causados pelo turismo. Os autores propõem estudos sobre o turismo de forma interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.
Oscar de La Torre	1992	Descreve a atividade turística como sendo de cunho social, envolvendo a saída de uma pessoa ou conjuntos de pessoas em busca de atividades de lazer, repouso cultura e saúde.
Luiz Renato Ignarra	2003	Turismo como uma gama de atividades, produtos e serviços ofertados durante a viagem por meio de transportes, hospedagens e variados serviços de alimentação, compras, estruturas de recreação, entre outros.
Luiz Renato Ignarra	2003	Discerne sobre a viagem deslocamentos dos indivíduos para fora do seu local de moradia; o turismo como termo semelhante ao ato de viajar; recreação como a utilização do tempo livre para atividades produtivas e agradáveis.
Marutschka Moeach	2002	Fenômeno, sobre a necessidade de saída do cotidiano, busca do repouso, apreciar paisagem, a natureza e desenvolver relações entre diferentes povos e culturas.
Margarita Barreto	2003	Dentro do turismo está inserida a viagem de forma parcial, uma vez que viagens a negócios, cuidados de saúde entre outros podem não ser considerados como turismo e sim como compromissos sociais.
Mario Beni	2006	Menciona a complexidade de se definir o turismo pelo processo de escolha do local e seus atrativos, os meios de transporte determinados e valores financeiros possíveis. O autor menciona os variados elementos que constitui a atividade turística entre expectativas, realizações experiências e impressões no decurso da participação numa atividade turística.
OMT	2008	O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico relacionado com a circulação de pessoas para fora do seu local habitual de moradia, tendo como motivação individual a busca do prazer, podendo esta visita ser ou não de cunho econômico. A atividade turística acarreta impactos sobre a economia, cultura, meio ambiente e pessoas nos locais visitados assim como nos visitantes.

OMT	2008	Caraterização de visitante como sendo o indivíduo que se ausenta do seu domicilio regular, para outros locais dentro ou fora do seu país para realizar uma atividade sem nenhuma gratificação, podendo ser estes classificados de turista, sendo aquele que permanece por mais de 24 horas e o excursionista que permanece menos que 24 horas no local visitado, sendo estes destinos nacionais ou internacionais.
Panosso Netto	2010	Três visões do turismo: a leiga, a empresarial e a visão acadêmico-científica.
Panosso Netto	2011	Turismo envolve o ser humano pelo conjunto de experiências obtidas antes, durante e pós atividade turística do mesmo, com estruturas turísticas preparadas para atender o “ser” turista, dado que historicamente atividade turística surge consequente a prática do homem.

Fonte – Extraído de Ignarra (2003); Moesch (2002); Barreto (2003); Panosso Netto (2010); (2011); Lohamman e Panosso Netto (2012); Pakman (2014); adaptado por Nascimento, 2018.

Em relação ao quadro disposto acima é importante salientar que estes são alguns conceitos sobre o turismo e suas particularidades, impossibilitando elencar nesta todas as contribuições dos inúmeros os pesquisadores da atualidade devido à extensa literatura disponível.

Trata-se, portanto, de concepções acerca da atividade turística e do turista, para que futuramente auxilie a compressão destes conceitos, quando relacionado com a temática turismo acessível. Nesta perspectiva, fatores do turismo apresentados como a busca pelo lazer, aproveitamento do tempo livre, descanso, saída de sua rotina, promoção de relações humanas, desenvolvimento econômico, cultural e social, servirão de arcabouço para procurar entender a demanda por estruturas acessíveis e inserção na atividade turísticas pelas pessoas com deficiência.

Finalmente, a intenção de abordagem sobre o turismo disposto no quadro anterior tem a intenção de auxiliar a percepção de leitores de outras áreas de conhecimentos que ainda não possuam discernimento acadêmico sobre o turismo e suas diversas nuances.

Na sequência desta discussão, uma visão que cabe destaque é a abordagem do turismo apresentada por Panosso Netto (2010) que destaca o turismo como formado por três olhares distintos: a visão leiga do turismo, que demonstra a atividade como repouso, procura pelo novo, fuga da vida rotineira, hospedagem, status social e férias. A visão empresarial aborda o turismo como desenvolvimento econômico e pôr fim à visão acadêmica-científica sendo esta, relacionada à produção do conhecimento

sobre os impactos positivos e negativos nas atividades do turismo no contexto socioeconômico.

Neste trabalho, essas três visões serão consideradas, dado que através da visão leiga pretende-se abordar a busca do indivíduo pela atividade turística acessível, por intermédio de estruturas providas de acessibilidade. Ao trazer a visão empresarial, atenta-se em debater as estruturas com acessibilidade e turismo acessível como uma oportunidade de mercado, pelo olhar acadêmico, reflexiona sobre os estudos da atividade de turismo para PcD, e os aspectos de inclusão, políticas públicas disponíveis e produção do conhecimento entre as temáticas relacionadas.

Um ponto a ser estimando é o do o turista considerado como parte essencial para que ocorra a atividade de turismo, uma vez que a mesma passa a existir quando o homem intenta em viajar, sendo assim “[...] imprescindível a existência do turista [...]” para que se fomente as práticas de turismo (PANOSSO NETTO, 2010, p. 69).

Com base no entendimento expressado acima, esquivando-se o olhar apenas pelo prisma econômico, o turismo emerge como uma atividade da atualidade de modo que o indivíduo aviste a prática do mesmo como forma de saída de sua rotina de vida, descanso das atividades corriqueiras e um posicionamento social (PANOSSO NETTO, 2010).

Trigo informa sobre a necessidade da prática do turismo como uma utilidade na sociedade, dada as atividades de trabalho e vida corriqueira que se leva no mundo pós-moderno “[...]as pessoas não apenas gostam, mas querem – precisam – sair por uns dias[...]” (TRIGO, 2000, p. 28).

Já para Krippendorf (2001), que embora teça uma crítica sobre a representatividade do turismo na contemporaneidade, propõe a prática da atividade turística como necessária para o homem pós-industrial, no sentido de as pessoas carecem da fuga do seu cotidiano, mesmo que por um breve período de tempo, funcionando assim como uma válvula de escape de sua vida costumeira e opressora da atualidade, vivenciada especialmente em grandes centros urbanos.

Um olhar aproximado traz Fernandes (2002, p. 24) quando menciona que “[...] o turismo promove a fuga ao cotidiano, possibilita a busca do diferente e proporciona o encontro com outros ambientes, estilos de vida e universos culturais”.

Ampliando este debate sobre a atividade turística dos dias atuais, Cabral e Moura configuram o turismo como uma atividade que causa impactos nas relações sociais entre as partes visitantes e visitados da seguinte forma:

Os benefícios da atividade turística são, portanto, evidentes e têm vindo a ser comprovados através de vários estudos, podendo incidir sobre as sociedades, os destinos e os seus visitantes. Neste âmbito, interessa sublinhar a importância dos benefícios para as sociedades ou comunidades locais e visitantes. Deste modo, benefícios como descanso do trabalho; novas experiências; alargamento de horizontes; oportunidade de aprendizagem; contato com outras culturas; promoção da tolerância intercultural; desenvolvimento pessoal e social; visita a familiares e amigos; promoção da saúde física e mental; e, finalmente, a melhoria global do bem-estar e da qualidade de vida. [...]O turismo assume-se, assim, como uma forma de supressão de constrangimentos sociais e como meio de estimulação do prazer da descoberta e do convívio, concretizando desejos, necessidades e expectativas. (CABRAL; MOURA, 2017 p.119).

Os apontamentos dos autores mencionados acima, leva a uma reflexão de que o turismo também se manifesta como uma atividade que transcende a lucratividade, movimentação de pessoas e desenvolvimento dos locais visitados e pode passar a assumir um importante papel da sociedade atual como colaborador no bem-estar do indivíduo nos dias atuais. Nesta altura, é importante enfatizar que as abordagens ilustradas nesta pesquisa, não tem como intenção a afirmação que a prática do turismo é considerada um elemento de suma necessidade para o indivíduo, e sim como dispositivo que possa contribuir em algum momento para o bem-estar das pessoas.

Corroborando com a discussão sobre o turismo mencionados anteriormente, há um constante aumento de interesse na prática do turismo, como citados anteriormente pelos dados da OMT, mostrando que apesar das recentes circunstâncias no cenário mundial, por meio de atentados, crises entre outros, o turismo caminha em sentido a um crescimento constante e acentuado (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016b).

Na realidade brasileira, pesquisa regularmente realizada pelo Ministério do Turismo sobre a intenção de consumo da população, mostrou que no mês de novembro de 2017 que 27,4% dos entrevistados têm a intenção de viajar nos próximos 6 meses. Porém as pessoas que não planejam viajar somam 69,5% na pesquisa. Estas viagens têm como principais destinos os locais dentro do Brasil em detrimento a locais internacionais, revelando a crise atual a qual passa o país e variações câmbio de moeda. Cabe informar que dentro do grupo que planeja fazer uma viagem, estão as pessoas que possui maior renda familiar, superior a R\$ 9.000,00 e representa 50,2% do total das pessoas propensas a viajar (BRASIL, 2017a).

Em estudo sobre atividades que o brasileiro vai realizar em seu tempo livre e/ou nas férias, realizado por Stoppa, Trigo e Isayama (2017), 27% responderam ter interesse turístico. Quando esta pergunta é modificada para o que as pessoas “gostariam” de fazer nas suas férias o número de respostas amplia-se para 78,8% do grupo de entrevistados. Fatores como falta de tempo e dificuldades financeiras apresentam-se como impedimentos para a realização de uma viagem.

A pesquisa faz um apontamento de que o turismo é visto como uma vontade de consumo pela maior parte da população e que por fatores econômico, cultural ou social dificultam a prática do turismo, como destacado por Stoppa, Trigo e Isayama (2017, p. 144):

[..]o turismo aparece na pesquisa, conforme apontado na apresentação e discussão dos dados, mais como um objeto de desejo. Na prática ele é menos vivenciado que sonhado, em parte devido aos custos econômicos e operacionais, pois exige deslocamento, convívio em locais estranhos, possibilidade de imprevisto e outras eventuais dificuldades, ao lado do prazer da aventura e das novas experiências. Acima de tudo exige capital para ser planejado, implantado, operacionalizado, comercializado e usufruído. Por ser pago (assim como o entretenimento) e ter custos, o turismo não é acessível a todos indiscriminadamente, fato que aparece nas estatísticas da pesquisa, desde o alto nível desejo até o consumo efetivo da atividade, uma razoável diferença para menor, pois nem todos podem realizar seus sonhos. Daí o destaque que deve ser dado às diferentes políticas públicas que poderiam minimizar a diferença entre o querer e o fazer das pessoas.

Com base nestes apontamentos é considerável narrar que há um amplo grupo de pessoas que ainda desconhecem a prática do turismo por falta de oportunidades e como principal fator a ausência de acessibilidade financeira. Inquieta-se em acrescentar nesta reflexão, um pensamento que há também ausência de oportunidades de inserção no turismo voltados a pessoas com deficiência, dada a carência de estruturas acessíveis, ponto que será discutido posteriormente nesta escrita.

3.2 Razões para participar do turismo

Nesta parte da dissertação, apresenta-se uma abordagem sobre conceitos básicos sobre como o mercado turístico, que tem como papel fomentar ideias sobre os anseios das pessoas em adquirir produtos e serviços turísticos. Estes conceitos

serão utilizados para entender a prática do turismo por pessoas com deficiência ao longo deste trabalho.

Entende-se como produtos turísticos como um composto de bens e serviços ofertado ao consumidor de turismo (RUSCHMANN, 2000). Um conceito aproximado é apresentado pelo Ministério do Turismo em material voltado para o desenvolvimento do turismo no Brasil revela que produto turístico é “[...] o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, 2010, p. 24).

Observa-se, portanto, que os produtos turísticos são formados através de recursos e atrativos que estruturam um destino turístico. Sobre atrativos turísticos, entende-se de modo conciso, como as motivações que impulsiona a escolha de determinado locais ou espaços pelo elemento diferenciado que atraia uma pessoa ou grupos de pessoas por fatores de afinidades, vivências anteriores ou por novas descobertas (IGNARRA, 2003).

Sob a ótica do turista, determinados elementos induz ao indivíduo a prática do turismo, que pelos apontamentos de Lohmann e Panosso Netto (2012), destaca-se, os fatores determinantes e os motivadores, sendo que o primeiro possui particularidades que estão ligadas a fatos extrínsecos do turista e aborda as ações acometidas externamente ao turista como as influências de marketing, apontamento de outros turistas, elementos políticos e financeiros dos locais a serem visitados. Relacionado ainda aos fatores determinantes, porém na esfera pessoal do turista, atribui-se desta forma, as percepções e anseios que o viajante possui como custo da viagem vinculando ao seu poder de aquisição, conhecimentos do local a ser visitado, e experiências de viagens anteriores. Com relação aos fatores motivadores, eles estão ligados à razão a qual o indivíduo necessita viajar, por motivações relacionadas, principalmente, às necessidades de descanso, cultural, interpessoal, status e prestígio, a emoção e ao crescimento pessoal.

Isso-Ahola (1982) propõe no modelo da Psicologia Social do Turismo uma abordagem dos estímulos para a prática do turismo, através de forças motivacionais que atuam e dimensões entre a fuga do ambiente cotidiano pessoal e interpessoal e a busca por recompensas singulares pessoais e interpessoais. Este conceito foi sondado novamente por Snepenger, King et al. (2006) que estabeleceu os elementos que caracterizam as dimensões motivacionais como sendo: a) Fuga por motivações

personais – Saída do seu ambiente habitual, intenção de mudar a vida cotidiana, recuperar o bom humor; b) Fuga por razões interpessoais – Para evitar pessoas antipáticas, afastar-se de ambientes estressores e evitar interagir com pessoas; c) Busca por razões pessoais – Para relatar a outros as vivências, para se sentir bem consigo mesmo e para experimentar novidades; d) Busca por razões interpessoais – Para estar com pessoas de preferência similares, assim como familiares e amigos, assim como interagir com novos grupos de pessoas .

O material exposto aponta para um abundante campo de conceitos sobre as razões as pessoas buscam participar do turismo, que serão alinhavados, para entendimento das razões pelas quais as pessoas com deficiência buscam a participação em atividades turísticas.

3.3 Um outro olhar sobre o turismo

É relevante abordar que esta pesquisa tem mencionado até aqui o turismo por um rumo mais otimista com apresentação de dados sobre quantidade de viajantes, volumes financeiros negociados.

Entretanto é elementar manifestar outras visões sobre o turismo, dado que há um amplo volume de estudos que apresentam situações sobre os impactos não tão fascinantes sobre a prática do turismo, no que tange à massificação do turismo e seus efeitos sobre os locais receptores, como identificado por Enzensberger que já em 1958, tece uma crítica por intermédio artigo “*Eine Theorie des Tourismus*” para a atividade turística como uma oferta que segue os padrões na sua concepção de um produto de fábrica que cumpre três fatores de elaboração: a padronização, montagem e produção em massa, que transforma o turismo num produto comercial ofertado como qualquer outro e que segue para um processo mercadológico, ausente de preocupação de um olhar da comunidade local, e que promove desta forma, já naquela época, possíveis impactos negativos no local de visitação (ENZENSBERGER, 1958).

Prosseguindo, neste debate sobre os olhares que circundam a atividade turística, o documentário *Bye Bye Barcelona*¹⁸ mostra como o turismo de massa pode

¹⁸ O documentário aborda a forma como o turismo de massa está presente na cidade de Barcelona e traz uma discussão sobre a difícil convivência entre os moradores da cidade com os grupos de turistas (FERNÁNDEZ, 2014).

ser apresentado de forma descontrolada e como efeito produz junto à população local sintomas de repulsa aos visitantes. Como consequência há uma parcela dos cidadãos locais que reivindicam ajustes na atividade turística pelas autoridades com maior controle na entrada de turistas na cidade, uma vez que elevando número de visitantes influenciam a qualidade de vida dos moradores, por ruídos e sobrecarga nos serviços locais. De um outro lado o turismo atua na economia fomentando as receitas na região.

Observa-se, neste cenário, um paradoxo entre os impactos negativos do turismo local e a subsistência financeira em uma determinada região. Em números, Barcelona recebeu 7,5 milhões de turistas em 2013, firmando-se, assim, como uma das cidades que mais recebem turistas no mundo (FERNÁNDEZ, 2014).

Jost Krippendorf, incrementa material a esta discussão, quando menciona o turismo e seus impactos junto à comunidade local:

Os habitantes das regiões visitadas começam a sentir também um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas (KRIPPENDORF, 2001, p.19).

As contribuições sobre os impactos positivos e negativos no turismo são apontadas por Ruschmann, que indica que estes são causados pelas diversificadas atividades turísticas realizadas em um local por meio “[...] de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores” (2000, p. 34) e que conforme a tipologia do turismo, a forma e a intensidade que este é proposto pode causar resultados positivos ou desfavoráveis para os grupos inseridos no contexto turístico, então, disponibilizados para determinada região (RUSCHMANN, 2000).

Contribuindo com um olhar sobre o turismo e a inserção do meio onde o mesmo é desenvolvido Panosso Netto e Castillo Nechar (2016, p. 19) comentam:

O turismo é um fenômeno socioeconômico de grande significado humano, ou seja, recreação, lazer e desenvolvimento pessoal são três aspectos que devem ser reinterpretados, no conjunto da prática, nos lugares onde ele se realiza. Não somente o visitante deve receber os “benefícios” que seu poder aquisitivo permite no desfrute dos atrativos, patrimônios e recursos, mas também o coletivo humano da sociedade que inclui os habitantes ou residentes locais.

Percebe-se neste relato que a idealização de atrativos turísticos de modo sustentável, o qual todas partes se sintam inclusas e respeitadas nos aspectos econômicos e sociais.

Na continuação, os autores mencionam que o cenário de um turismo mais justo ainda se encontra distante da realidade, uma vez que o principal interesse das partes envolvidas na elaboração e na administração do turismo está em grande parte voltada para o fator econômico.

Finaliza-se este aparte, acrescentando as contribuições de Panosso Netto e Castillo Nechar (2016) que esclarecem sobre o turismo não fazer parte da vida de grande parte da população pela inacessibilidade das pessoas a condições financeiras, aos locais tendo em vista as distâncias, os grupos sociais excluídos e a ausência de estruturas modeladas para receber a todos.

Com base nos dados apresentados ao longo desta escrita sobre o turismo, manifestam-se interpretações sobre, como este é uma atividade de vasto crescimento, apesar dos obstáculos dos últimos anos como terrorismo, epidemias, crises econômicas. A prática do turismo pode ser considerada como uma solicitação na vida do homem do mundo moderno, uma vez que nos dias atuais há uma procura em ausentar por um período de tempo do seu meio natural, formado de rotinas habituais, podendo ser o turismo imaginado uma das necessidades do homem moderno.

Firma-se desta forma, o indivíduo como peça fundamental para a existência da atividade turística, uma vez, que esta só existe pelo intento de uma pessoa viajar. Por fim, foi feita uma sucinta abordagem sobre a literatura que prática do turismo pode acarretar pontos negativos e positivos nos *stakeholders*¹⁹ envolvidos com a massificação do turismo e o olhar estritamente mercadológico sobre forma que o mesmo é disponibilizado.

Apesar do turismo ser visto como uma atividade que possui uma tendência voltada para a lucratividade, é possível observar e propor propostas de um turismo com maior inclusão das pessoas na contemporaneidade? A acessibilidade no turismo é uma pauta presente nos dias atuais? Observando pessoas com deficiência como

¹⁹ Entende-se como *stakeholders* “...os diversos grupos ou pessoas que geram influências ou podem ser influenciados por uma instituição” (FREEMAN, 1984, p.VI, tradução nossa).

potencial consumidor, há movimentos ao encontro de oferta de turismo acessível para esta demanda? Estes questionamentos que ilustram as próximas abordagens sobre o turismo acessível proposto a seguir.

3.4 Possibilidades acerca de um turismo inclusivo

Panosso Netto (2010) comenta sobre um turismo mais responsável como uma possibilidade de uma atividade turística que vá além da mercancia e que tenha um olhar voltado para a minimização dos impactos econômicos, sociais e ambientais provocados pela atividade, além de proporcionar o acesso às atividades turísticas para todos, integrando-se neste perfil às pessoas com deficiência.

No que tange ao turismo de inclusão, este possui as premissas de integrar as pessoas ou grupos outrora suprimidos, principalmente, por não possuir condições financeiras, deficiência, diferentes etnias, gêneros, raças em participar da atividade turística, o que em sua maioria é ofertada para grupos específicos da sociedade com maior poder aquisitivo (SILVA e BOIA, 2006).

Já para Nunes (2011), o turismo na atualidade deve adotar uma postura mais inclusiva que atenda solicitações do público com deficiência, também com um a proposta de turismo mais hospitaleiro com oferta de serviços apropriados com diminuição de barreiras e que proporcione a satisfação total dos anseios dos participantes. A mesma abordagem cabe a Duarte (2005), quando trata do turismo como uma atividade que reúne grupos distintos de forma acolhedora, deve-se ampliar esse olhar para o grupo com limitações físicas, promovendo desta forma o turismo com real inclusão.

Abordando recomendações para o turismo, Krippendorf (2001) propõe que a atividade turística precisa ser mais humanizada, com respeito o indivíduo, assim como procurar atendê-lo em todas as esferas sociais com espaços e equipes treinadas que sejam capazes de se adaptarem às necessidades das pessoas. Tais recomendações orientam os participantes para uma experiência turística de melhor qualidade e que pode, evidentemente, ser transportada para o contexto da atividade turística voltada à PcD, dado o conjunto de recursos que tal população requer quando numa atividade de turismo.

Ainda em torno de uma proposta de turismo inclusivo, Silva e Boia (2006) comentam sobre a necessidade de oferta de uma prática do turismo de forma

integrativa, que possa atender de forma mais ampla as minorias, (inclui-se neste quadro as PcDs), geralmente, afastadas dessa prática, desenvolvendo-se do turismo pela perspectiva somente econômica.

Neste pensamento, sobre a oferta de acessibilidade no turismo, Macedo (2017) lembra que há uma maior conscientização dos indivíduos pelos seus direitos na atualidade e que este cenário acarreta mudanças no perfil das pessoas, com maiores solicitações de produtos e serviços por grupos da sociedade, assim como a preocupação em atendê-los pelo setor econômico e gestão pública.

Historicamente é possível dizer que o pensamento de um turismo inclusivo despontou-se com o turismo social, que tem como principal objetivo a proposta de viagens acessíveis tanto quanto pela perspectiva financeira, como a inserção das pessoas no contexto turístico de forma plena, democrática, como qualidade de vida o que difere dos outros segmentos turísticos.

Pensa-se então, a priori, num turismo de forma em que pessoas sem condições financeiras possam ser incluídas em atividades de lazer as quais outrora eram ofertadas em maioria para grupos abastados financeiramente e que no cenário contemporâneo as propostas de turismo social, passa a incluir grupos distintos como pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (Falcão, 2006).

As primeiras ações em prol do turismo social advêm na Europa, em meados da primeira metade do século XX, com a elaboração de programas de incentivos e estruturas para que os trabalhadores de baixa renda pudessem participar do turismo em grupos. Esta realidade foi atestada com o tempo, por meio de ações que cabe destaque, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pela Assembleia Geral da ONU, que preconiza a garantia de direitos e igualdade de acesso a atividades de lazer (FALCÃO, 2006).

No Brasil, o turismo social tem como referência as ações do Serviço Social do Comércio (SESC) com projetos de serviços de educação, lazer, saúde e cultura e posteriormente inicia a oferta de turismo inclusivo, com disponibilização de hospedagem em colônias de férias para grupo de trabalhadores de comércio e serviços e familiares com valores acessíveis, com intuito que um grupo maior de pessoas e com menores condições financeiras possam participar. Estas ações perduram até hoje com programações turísticas voltadas a atender diversos públicos, promovendo a inclusão das classes trabalhadores, jovens e ações para pessoas idosas (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2017).

Nesta linha de pensamento Comissão (2006, p. 24) destaca a ação do turismo social como “[...] um mercado em rápido crescimento na América Latina e que permite um significativo aumento de oportunidades para setores da população que não possuíam possibilidade de viajar anteriormente”.

Mediante as considerações dos autores acima, verifica-se que o turismo social possibilita a abertura de novos paradigmas, em relação a propostas de turismo para que grupos suprimidos por privação financeira possa ser incluso em atividades no seu tempo livre. Por outro lado, contribuiu para mudanças de paradigmas que ao longo dos anos foram substanciais para a abertura de possibilidades de turismo de inclusão para outros grupos que anseiam viajar, possa fazê-lo. Inclui-se, neste cenário, as pessoas com deficiência.

3.5 Por um turismo acessível

A OMT aponta sobre o turismo para pessoas com deficiência como sendo uma realidade do cenário atual em alguns locais e que este fato é resultante do maior ingresso deste grupo no contexto econômico e social, por garantias e reivindicação de direitos; acesso à renda pelo resultado de maior empregabilidade; facilidades tecnológicas, Tecnologia Assistiva, entre outras que formam um conjunto de oportunidades e com isso uma maior intenção de participação das PcDs em atividades ligadas ao turismo. A agência chama atenção sobre a necessidade de infraestruturas dispostas de acessibilidade, dada a carência destas para este fim.

Para a OMT, o turismo acessível faz parte de uma realidade recente e por isso há um extenso caminho a ser percorrido, no que concerne à oferta de turismo de inclusão com base os parâmetros de Desenho Universal, isto é, acessível a todos (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016d).

Uma concepção acerca do turismo acessível é dada por Pita, que vem reforçar os conceitos praticados pela OMT de um turismo preparado para que todos possam participar, quando menciona que: “[...] o turismo acessível existe quando as formas de transporte, destinos e serviços que são oferecidos estão disponíveis e podem ser utilizados por todos os visitantes²⁰ (PITA, 2009, p. 159). Há outras concepções acerca do turismo como pode ser vislumbrado abaixo:

²⁰ “El turismo accesible” existe cuando las formas de transporte, los destinos y los servicios que son ofertados están disponibles y pueden ser utilizados por todos los visitantes.

Turismo acessível é o turismo e viagens acessíveis a todas as pessoas, com ou sem deficiência, incluindo aqueles com deficiência ou dificuldade de mobilidade, audição, visão, cognitivo ou intelectual e psicossocial, deficiências das pessoas idosas ou pessoas com deficiência temporária (ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC, 2009, s/p, tradução nossa).²¹

Darcy e Dickson (2009) traz uma visão complementar estendendo a oferta de um turismo de inclusão para outros grupos além dos com deficiência:

O turismo acessível permite que pessoas com necessidades de acesso, incluindo mobilidade, visão, audição e dificuldades cognitivas, usufruam de forma independente, com equidade e dignidade através da entrega de produtos, serviços e ambientes de turismo universalmente concebidos. Esta definição inclui todas as pessoas, inclusive as que viajam com crianças em carrinhos de bebê, pessoas com deficiência e idosos (DARCY e DICKSON, 2009, p. 34, tradução nossa)²².

O turismo acessível é uma política recente que vem tomando forma na atividade turística nos últimos anos e tem em sua concepção inicial propostas de turismo para a participação das pessoas com deficiência. Com o decorrer do tempo esses conceitos foram ampliados para abordar não somente a deficiência das pessoas e passa a observar o ambiente turístico como um elemento incapacitante, propondo desta forma, dispor de um ambiente físico mais acessível, com eliminação de barreiras e oportunizando com isso a possibilidade de turismo para todos (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016c).

Com isso, as ações contidas no plano Turismo para Todos (*Tourism for All*), traz a abordagem sobre o turismo acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e estende esses conceitos para a oferta de um turismo planejado no acolhimento de todas as pessoas, em maior volume possível dentro das possibilidades locais e com foco na qualidade, valendo-se das diretrizes

²¹ "Accessible Tourism" (also known as "Access Tourism", "Universal Tourism", "Inclusive Tourism" and in some countries such as in Japan "Barrier-free Tourism") is tourism and travel that is accessible to all people, with disabilities or not, including those with mobility, hearing, sight, cognitive, or intellectual and psychosocial disabilities, older persons and those with temporary disabilities;

²² Accessible tourism enables people with access requirements, including mobility, vision, hearing and cognitive dimensions of access, to function independently and with equity and dignity through the delivery of universally designed tourism products, services and environments. This definition is inclusive of all people including those travelling with children in prams, people with disabilities and seniors.

disponibilizadas pelo conceito do Desenho Universal (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016c).

Na abordagem em possibilitar o turismo acessível a todos, é importante recordar os entendimentos acerca de acessibilidade discutidos no capítulo anterior desta pesquisa (BRASIL, 2015; SASSAKI, 2010; CORONEL; PANOSSO NETTO, 2016), que apontam as diversas barreiras como sendo os principais impedimentos para o acesso das pessoas. Portanto, como em qualquer campo, no turismo, as barreiras são similares, como as arquitetônicas, que impossibilitam a entrada e o usufruto de locais com autonomia, a econômica que inviabiliza a viagem, as barreiras sociais que abrangem a atitude da sociedade em relação à deficiência (ausência de treinamento ou tato para atuar com o público PcD), barreira comunicativa em toda a cadeia da viagem, falta de equipamentos ajustados para lidar com a cada tipo de deficiência.

Em relação a acessibilidade como instrumento que transpõe as barreiras existentes, é possível declarar que, no turismo, a hospitalidade, representa uma relevante quebra de barreiras atitudinais, pois proporciona empatia pelo outro, dissolve o distanciamento entre as pessoas, concebe e amplia os relacionamentos, possibilitando o acolhimento e a inclusão do turismo entre pessoas com e sem deficiência.

Sobre a temática da hospitalidade, considerável trazer à tona os conceitos pertinentes ao tema, para melhor entendimento do papel desta, durante a visitação do indivíduo a determinado local. Autores como Camargo (2004); Lashley e Morrison (2004) apresentam conteúdos voltados ao tema e interpreta os estudos da hospitalidade em duas diferentes perspectivas. Por um olhar há o grupo de autores que apresentam a hospitalidade como uma dádiva em acolher de forma gratuita baseada na tríade do dar-receber-retribuir, o que pode ilustrado com o receber em sua casa ou em um espaço público, uma cidade por exemplo, nomeado neste caso de hospitalidade doméstica e pública (CAMARGO, 2004).

Na outra forma, apresenta-se o conjunto de autores que argumentam sobre a hospitalidade também como o bem receber, o forasteiro, porém mediante à remuneração financeira, esta denominada de hospitalidade comercial operada de forma ensaiada, formada pela ausência do depósito da soma financeira, há a impossibilidade de que a mesma aconteça (LASHLEY; MORRISON, 2004).

Na contemporaneidade, Camargo (2004) incorpora que com o advento da tecnologia a hospitalidade virtual, que se caracteriza a forma como os *sítes*, e-mails de empresas e órgãos do governo se dispõem de forma hospitaleira no ambiente virtual, utilizada de forma intensa na sociedade moderna. Acrescenta-se nesta fala do autor, a visão da acessibilidade em sites de vendas de produtos e serviços turísticos como uma realidade da atualidade. Importante ressaltar as concepções mencionadas no capítulo anterior afirmando que poucos sítios de internet dispõem de acessibilidade (WEB PARA TODOS, 2017), como característica da ausência de hospitalidade virtual neste cenário.

Sobre o acolhimento de forma gratuita ou remunerada, Lashley (2004) esclarece sobre a hospitalidade comercial, de modo, em que a mesma está relacionada à troca financeira, contudo traz os conceitos da hospitalidade doméstica, dada que a mesma intenta acolher o estranho de forma cordial, criando a alusão de que o mesmo se sinta em ambiente privado.

Assim, há uma interpretação de que a hospitalidade, independentemente de seu campo ou domínios de atuação, envolve o bem acolher às pessoas, por atitudes humanizadas do dia a dia, como a disposição para dar uma informação a um desconhecido, uma ajuda ou prioridade em uma fila no deslocamento urbano, o oferecimento para se tirar uma foto de um turista denota atitudes hospitaleiras genuínas. Esta forma de tratamento se estende até mesmo em locais os quais a hospitalidade é comercializada, pela gentileza e esforços dos funcionários para superar as expectativas dos clientes além do que foi contratado e que lhes rendem elogios impressionados pode ser caracterizado como atitudes de hospitalidade autêntica (CAMARGO, 2006).

Transferindo os conceitos de hospitalidade e os domínios doméstico, público, comercial pode-se associar estas concepções ao acolhimento durante a atividade do turismo. Com este pensamento, Lohmann e Panosso Netto (2012) fazem alusão a hospitalidade e turismo, destacando que as pessoas buscam atitudes hospitaleiras quando em uma viagem e desta forma a hospitalidade deve estar inserida em toda a cadeia em que se desdobra a atividade turística.

Baptista valida o texto dos autores citados, quando discorre que a hospitalidade vai além de somente receber o turista e sim, oferecer serviços que possam contribuir para o seu bem-estar durante a visita em determinada cidade de modo que se caracteriza o ato de acolher como “[...]um acontecimento ético por excelência,

devendo dizer respeito a todas as práticas de acolhimento e de civilidade que permitem tornar a cidade um lugar mais humano. (BAPTISTA, 2002, p. 159).

Não obstante ao ato de receber pelo indivíduo anfitrião, os espaços acolhedores podem ir ao encontro da atividade turística pela ótica do visitante, uma vez que as cidades podem ser consideradas hospitaleiras pela gama de serviços e espaços receptivos oferecidos de forma gratuita nos espaços urbanos públicos aos seus usufrutuários, como define Camargo (2008, p. 22):

O investimento estético – de qualquer natureza – em ruas, as praças, os monumentos e a sua infraestrutura de recepção e circulação, é uma manifestação regida pelo sistema da dádiva. A cidade se faz mais bonita e exibe sua beleza como dádiva aos que nela moram e aos que a visitam. Hospitalidade é um processo que envolve pessoas e espaços. A cidade se torna um espaço hospitaleiro para o ver-e-ser-visto das pessoas.

Com os conceitos abordados pelo autor para acessibilidade nos locais, é imaginável pensar em construções dos espaços urbanos públicos possuam em seus projetos concepções de Desenho Universal no seu “investimento estético”, para que possa receber todas as pessoas.

Grinover (2007) discorre sobre cidades hospitaleiras de forma que as mesmas devem possuir elementos e estruturas para que sejam consideradas acolhedoras. Estes espaços projetados devem cumprir a obrigação de receber sua população local e seus visitantes, com facilidade de acesso e locomoção para todos dentro de seu espaço interno com ruas calçadas, transporte, informações, acessibilidade, proximidade dos locais e sinalizações. Deve ter facilidade de alcance (bom posicionamento geográfico) em assim como para as estruturas de chegada como portos, rodoviárias, estradas, visualização virtual.

Outro ponto que é destacado pelo autor é a acessibilidade no contexto financeiro, uma vez que os custos em participar de determinados espaços podem inviabilizar o acesso (GRINOVER, 2007).

Essas concepções sobre hospitalidade e cidades hospitaleiras e acessíveis, reforçam conceitos sobre uma nova visão de modelos de cidades com pensamento de universalidade nos seus projetos que sob a ótica do turismo acessível, estendido até os seus atrativos. Esta pode ser uma realidade remota na realidade brasileira, uma vez que percebe-se no material estudado sobre acessibilidade, há muito o que ser planejado e concebido no que refere-se à acessibilidade das cidades e do turismo.

Providos dos conceitos sobre turismo acessível e acolhimento das pessoas, é importante trazer a este trabalho algumas intervenções que contribuíram no surgimento e no progresso do turismo acessível até os dias atuais. Para ilustrar a evolução de propostas de turismo de inclusão para todos, é possível observar os principais fatos que colaboraram com desenvolvimento do mesmo no quadro abaixo, que traça uma linha temporal com as principais ocorrências que colaboraram com a eclosão do turismo acessível:

Quadro 6 – Desenvolvimento do turismo acessível ao longo do tempo.

Ocorrências	Ano	Principais implicações ao escopo da pesquisa
ONU- Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	Princípios de igualdade entre as pessoas; Direito de liberdade ao trabalho, ao repouso e lazer;
OMT- Declaração de Manila sobre o turismo mundial	1980	Percepções humanização na pratica do turismo. Melhoria da qualidade de vida das pessoas em face a atividade turística.
OMT- Carta de direitos do turismo e código turístico	1985	Estados devem planejar atividades de turismo que estimulem a participação de todos como jovens, idosos e “inválidos” ²³ , orienta a não discriminação a todos os turistas.
ONU- Convenção sobre os direitos da criança	1989	Apesar de ser orientações voltadas à turista criança, há um apontamento sobre garantias de direitos as crianças com deficiência no turismo.
OMT- Turismo acessível para pessoas com deficiência nos anos 90.	1991	Traz uma definição para pessoa com deficiência, aborda o tema barreiras do turismo e necessidade de infraestruturas para PcDs e PMR.
ONU- Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e desenvolvimento.	1992	Visão de sustentabilidade ambiental e social. Geração de inclusão e oportunidade a todos.
OMT- Declaração de Manila sobre o impacto social do turismo.	1997	Estudos sobre os impactos que o turismo provocado nas sociedades, com recomendações positivas sobre o mesmo.
OMT- Código ético mundial para o turismo	1999	Menciona sobre a diversidade das pessoas e propõe a promoção de igualdade entre as pessoas, em destarte os grupos vulneráveis como crianças, idosos, PcD, assim como as minorias.
OMT- Para um turismo acessível a todos	2005	Este documento e aprofunda os requisitos sobre acessibilidade como prerrogativa de um destino turístico, atualizando a declaração apresentada em 1991

²³ O termo utilizado para denominar pessoas com deficiência neste período de tempo como abordado no Capítulo 2 dessa dissertação.

Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência	2006	Aborda reconhecimentos de direitos, e participação de atividades de cultura e lazer por PcDs. Retifica a acessibilidade como um direito legítimo para que o mesmo venha a participar de infraestruturas
OMT- Declaração sobre a facilitação das viagens de turismo	2009	Recomenda que haja a simplificação das viagens turísticas por meio de acesso às PcD nos equipamentos turísticos, bem como capacitação de pessoas para atender esta demanda. O documento menciona pela primeira vez o uso da tecnologia como ferramenta em prol da acessibilidade da pessoa com deficiência no turismo.
OMT- Recomendações sobre turismo acessível para todos	2013	Afirmação da necessidade de elaboração de estruturas, produtos e serviços acessíveis, projetos de ambientes de acesso universal para todos (pessoas com ou sem deficiência ou mobilizada reduzida), em todas as fases da atividade turística. Menciona sobre o turismo acessível como uma nova oportunidade de mercado.
Primeira Conferência da OMT sobre turismo acessível na Europa	2014	Discute ações estratégicas e sensibilização da indústria do turismo para desenvolvimento, promoção e divulgação do turismo acessível sob o ponto de vista das boas práticas e também como oportunidades econômicas para os setores envolvidos.
OMT- Manual sobre turismo acessível para todos: princípios, ferramentas e práticas I, II, III, IV, V	2014	Este material tem como objetivo prover diretrizes, intervenções, ferramentas e recursos necessários para a prestação de serviços e gestão do turismo acessível aos diversos setores públicos e privados de abrangência internacional, nacional, regional e local.
OMT- Manual sobre turismo acessível para todos – parcerias e boas práticas público-privadas	2015	Elabora ampla diretrizes para tornar destinos, instalações e serviços do turismo acessível para todas as pessoas por meio do Desenho Universal, mencionando exemplos de sucesso em diversas localidades do mundo.
OMT- Recomendações em acessível: informação em turismo	2015	Material de orientação para as empresas ligadas ao turismo possam dispor de estruturas de comunicação (mídia impressa, gráficos e formatos de comunicação digital) eficientes e confiáveis baseadas na concepção de acessibilidade universal como garantia para todos quando na prática do turismo.

OMT- Turismo para todos: promover a acessibilidade universal – Boas práticas na cadeia de valor do turismo acessível	2016	Reafirma o turismo acessível como uma oportunidade de comércio, mas para que seja possível é necessária uma mudança de mentalidade, em relação a oferta do produto turístico para que possuam acessibilidade por meio de estruturas concebidas por meio Desenho Universal com a finalidade de atender não somente ao público com deficiência ou mobilidade reduzida, mas a todos.
--	------	---

Fonte – (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2016b), adaptado por Nascimento, 2018

Em análise do quadro anterior, percebe-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa a abertura de ações que envolvem a inclusão de pessoas nas atividades de lazer e, conseqüentemente, turismo, porém recomendações acerca de uma atividade mais acolhedora emergem somente após a década de 1980.

Em relação ao início das atividades turísticas, deduz-se que há um atraso (somente em 1985) em programas de inserção das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no contexto turístico contrapondo com outras ações de inclusão. Entretanto, rememorando os estudos sobre pessoas com deficiência, esclarecidos no capítulo anterior, pode-se dizer que as conquistas mais significativas das PcDs na sociedade, bem como ações para um turismo acessível, só tiveram maiores estímulos no final do século passado.

Acrescenta-se nesta análise uma visão mais recente que observa o turismo acessível como uma oportunidade de negócio, assim como a oferta de estruturas turísticas com a concepção de Desenho Universal voltados para incluir a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida e facilitar a participação de todas as pessoas na atividade turística, denominado no quadro com ações em destaque a de promoção de um turismo de inclusão, denominado de turismo para todos.

A ações para tornar o turismo acessível no Brasil provém similarmente aos processos do turismo em geral, apresentado em sua totalidade pelo poder público (nas instâncias federal estadual e municipal), sendo este responsável pela elaboração de medidas para o desenvolvimento no país (LOHMANN; PANOSSO NETTO 2012), que são seguidas pelo setor privado. Com relação do empenho do poder público para formulação de políticas públicas, estas ocorrem “ [...] quando adquirem importância econômica ou quando começam a causar transtornos (SOLHA, 2006, P. 90). A autora

menção que as finalidades das políticas públicas do turismo são de estimular e monitorar diretamente a atividade do turismo considerando os direitos da população.

Sobre o mencionado acima, no que tange à realidade da pessoa com deficiência, as primeiras atuações voltadas para atender às pessoas com deficiência no turismo são formadas pela iniciativa privada, como comentadas por Sassaki (2003a), como excursões de grupos com deficiência a locais relativamente próximos, atividades esportivas e outras atividades de lazer, por curto período de tempo. Essas atividades eram, geralmente, realizadas por instituições de amparo e, posteriormente, por pequenas agências de viagens com agrupamentos de pessoas com deficiências similares e seus familiares, para facilitarem os cuidados.

Subsequentemente, o poder público federal inicia uma série de atos legislativos que, por conseguinte impactaria na atividade turística acessível, como disposto no quadro abaixo:

Quadro 7 – Ações voltadas ao turismo acessível no Brasil.

Lei	Ano	Ação
Decreto-Lei nº 406	1938	Dispõe sobre entrada de estrangeiros no país. Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo: Aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; maiores de 60 anos; afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional;
Deliberação nº 14/83	1983	Organização de desporto para cegos.
Lei nº 7.405	1985	Dispõe sobre o uso do símbolo internacional de acesso
Resolução Normativa CNTur nº 24	1987	Normas sobre condições facilitadas dos meios de hospedagem às PcDs
Constituição Federal	1988	Lazer como ferramenta de promoção social e inclusão. Legisla sobre acesso a locais públicos e transporte por pessoas com deficiência.
Lei nº 7.853	1989	Trata dos direitos a PcD ao Lazer
Decreto nº 3.298	1999	Elabora dentre outras diretrizes, as de inserção da PcD em atividades de desporto, turismo e lazer e capacitação de pessoas para o atendimento
Lei nº 10.998	2000	Acessibilidade de PcD e MR aos espaços públicos e privados
Guia Normativo	2001	Manual de Recepção e Acessibilidade de pessoas com deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos
Deliberação Normativa 429	2002	Embratur aprova regulamento dos meios de hospedagem com vista ao atendimento da PcD e MR.

Norma Brasileira 9050	2004	Prevê construção ou adaptação de estruturas de hospedagem e entornos.
Plano Nacional do Turismo 2007–2010	2007	Nominado de uma viagem de inclusão – estabelece função social do turismo e garantia de acesso às pessoas com deficiência no turismo.
Programa Viaja Mais Melhor Idade	2007	Programa de incentivos de viagem ao público idoso.
A Lei nº 11.771 – Lei Geral do Turismo	2008	Inclusão de pessoas, fomento de demandas especiais para idosos, jovens e as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Plano Nacional dos Direitos da PCD – Viver sem limites Decreto nº 7.612	2011	Equiparação de oportunidades para PcDs em diversos eixos (Saúde, Inclusão social, acessibilidade) – Exigência de acessibilidade urbana nos eventos de copa e olimpíadas
Plano Nacional de Turismo 2013–2016	2013	Promoção e apoio a estudos e pesquisas acerca da oferta e da demanda turística segmentada, especialmente os idosos, os jovens, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Menciona necessidade de segurança nos atrativos turísticos
Programa Turismo Acessível	2014	Incentivo para fomentar estruturas, capacitação profissional de destinos turísticos acessíveis. Fomento de inserção do PcD como trabalhador das áreas ligadas ao turismo.
Lei nº 13.146	2015	Estatuto da Pessoa com Deficiência – direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades
Guia de atendimento Ministério do Turismo	2016	Instruções para atender bem clientes com deficiência denominado - Cartilha Dicas para atender bem turistas com deficiência.

Fonte - Adaptado de Sassaki (2003a); Brasil (2014; 2017b) por Nascimento, 2018.

O quadro demonstra um moderado número de ações voltadas ao desenvolvimento de turismo acessível. Ademais, as intervenções apresentadas até o início dos anos 2000, são pontuais para áreas específicas e não abrange os diversos campos que agregam o produto turístico, como transporte, hospedagem, alimentações, atrativos. Este cenário de planejamento modifica-se a partir de meados da década de 2000 com o Plano Nacional do Turismo 2007–2010, que possui em sua construção um amplo grupo de intervenções, tendo como principal objetivo a inclusão de pessoas na atividade do turismo. As realizações em prol do turismo acessível estendem-se ao longo dos anos até se estacionar em 2016 (BRASIL, 2014; 2017b).

Com relação à eficácia das ações do turismo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em pesquisa sobre o Programa Turismo Acessível (BRASIL, 2014) do governo federal lançado em 2014, constatou-se como resultados que o mesmo apresenta demasiadas falhas operacionais do sistema de mapeamento pelo

site ou aplicativo de telefone celular que dispõe de informações dos locais que ofertam turismo acessível. Os equívocos são relacionados à discrepância e aos erros nas informações, dados incorretos ou incompreensíveis. (NASCIMENTO; UVINHA, 2016).

Caminha-se para uma nova realidade a inclusão de pessoas com deficiência no turismo, esta afirmação apesar das mazelas sofridas pelos PcDs quando em viagem, começa a tornar um fato por conquistas de direitos e por visão de mercado pelas empresas, ambos casos estudados anteriormente ao longo da pesquisa.

Um exemplo destas mudanças refere-se a uma reportagem do jornal Folha de São Paulo de outubro de 2017, que apresenta uma matéria intitulada “Turista com deficiência ganha novas aventuras”, que menciona a oferta de turismo de aventura para o público com e sem deficiência participarem em conjunto de forma inclusivo. Na reportagem, uma pessoa entrevistada proprietária de uma agência de viagens dirigidas ao público com deficiência comenta que a falta de preparo de estruturas e treinamento de pessoas fazem com que um grande número de pessoas deixe de viajar (FERRASOLI, 2017).

Este material vai de encontro com as sugestões de Sasaki (2010) que descreve a inclusão no turismo ocorre de forma real e ampla quando as pessoas com deficiência puderem atuar em igual condição que as pessoas sem deficiência, sem segregação.

Para ilustrar esse cenário da pessoa com deficiência como consumidor de produtos turísticos, uma pesquisa foi desenvolvida no Brasil pelo Ministério do Turismo com a intenção de elaborar um perfil do turista com deficiência brasileiro. Para tanto foram entrevistados grupos de turistas com deficiência reais- aqueles que já participam de atividades ligadas ao turismo e turistas potenciais – grupo de PcDs que pretendem se tornar consumidores de produtos e serviços turísticos. (BRASIL, 2013).

Nesta dissertação, optou-se por associar os estudos sobre motivações de Swarbrooke e Horner (2002) para realizar uma comparação entre os dois públicos. Na ausência de menção no trabalho de Swarbrooke e Horner sobre pessoas com deficiência como turista, subentendeu-se, então, que os autores tratam neste caso, de turistas sem deficiência, possibilitando assim uma contraposição entre estes.

As entrevistas sobre o perfil do turista com deficiência foram realizadas nas principais cidades do Brasil e apresentou o seguinte perfil disposto no quadro comparativo abaixo:

Quadro 8 – Comparativo dos motivadores de viagem

Motivador de viagem	Motivadores pesquisa perfil turista PcD	Motivadores turista pela visão de Swarbrooke e Horner
	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer novos locais, culturas e novas paisagens; • Busca de algo novo e surpreendente - novidades • Conhecer um lugar famoso e fora de sua realidade; • Férias, descanso e diversão com família; • Ir à praia; • Ir a eventos; • Viajar a trabalho ou prestar algum concurso; • Visitar parentes e familiares; <ul style="list-style-type: none"> • Visita a parentes e familiares adoecidos; • Estar com amigos residentes em outras cidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer locais de interesse; • Experiências com outras culturas; • Aumentar o conhecimento; • Aprender algo novo; • Banho de Sol; • Nostalgia; • Relaxamento; • Romance; • Aventura; • Escapismo; • Fantasia; • Visitar amigos e parentes; • Fazer novos amigos;

Fonte – Extraído de Brasil (2013, p. 21); Swarbrooke e Horner (2002, p. 86), adaptado por Nascimento, 2018.

Neste quadro, percebe-se que os estímulos para a viagem do turista com deficiência são similares do turista sem deficiência. Ao resgatar conceitos sobre a prática do turismo na sociedade contemporânea como a busca do novo, saída do cotidiano, entre outros, pode-se afirmar que os anseios do turista PcD se enquadra também neste aspecto. Na pesquisa do Ministério Turismo, há também a menção daqueles que afirmam sobre o desejo em viajar, entretanto não o fazem com receio de não encontrar estruturas e serviços dotados de acessibilidade (BRASIL, 2013).

Sobre os fatores que influenciam na escolha de um destino visitado, os entrevistados comentam que os locais que possuem maior acessibilidade são os mais procurados pelos turistas com deficiência, sendo que estes destinos devem possuir as características definidas na pesquisa como práticas e funcional como dispostas no quadro abaixo:

Quadro 9 - Fatores de acessibilidade na escolha do local de vista pelo PcD

Fatores de acessibilidade na seleção de um local pelo PcD	<ul style="list-style-type: none"> • Hotéis com acessibilidade em todas áreas; • Eventos culturais e artísticos; • Comércio local próximo ao hotel com acessibilidade e adaptações; • Transportes público acessíveis • Calçadas planas e bem cuidadas; • Existência de praias e parques para a diversão dos filhos; • Presença de intérpretes nos locais mais necessários; • Piso tátil, braile e demais recursos que podem orientar a pessoa com deficiência visual; • Ser na temporada (férias com a família) ou baixa temporada (locais mais vazios, melhor atendimento e preços menores);
--	--

Fonte – Brasil (2013, p. 27), adaptado por Nascimento, 2018.

Os anseios dos turistas com deficiência sobre as estruturas dispostas com acessibilidade relacionadas acima, na maioria destes fatores, vêm ao encontro da legislação que regulamenta sobre locais acessíveis, o que explicita a necessidade de estruturas dotadas de acessibilidade (BRASIL, 2015; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Para atender ao público com deficiência, algumas preocupações devem ser acatadas para que a PcD sinta-se incluso na atividade turística. Evidenciadas pela pesquisa de Brasil (2013), como as três dimensões de prestação de serviços (a,b,c abaixo), quando estas são cumpridas ou combinadas em sua totalidade gera-se um bom atendimento. Se parcialmente cumprida caminha para um médio atendimento e finalmente para um atendimento inadequado se o mesmo cumprir de forma razoável. Para melhor entender a composição destas dimensões, estas são mostradas no quadro abaixo:

Quadro 10 – Dimensões para atendimento as pessoas com deficiência

<p>Dimensões para prestação de um serviço ideal pela visão da PcD</p>	<p>a) conhecer as especificidades de cada deficiência (limitações e potencialidades);</p> <p>b) conhecer, do ponto de vista legal, todos os direitos das pessoas com deficiência e todos os seus deveres para com eles;</p> <p>c) possuir algumas características pessoais e habilidades essenciais: ser atencioso, paciente, prestativo, ter iniciativa, ser educado, gentil, cordial etc.</p>
--	---

Fonte – Brasil (2013) adaptado por Nascimento, 2018.

O quadro mostrado, mais uma vez, chama a atenção sobre a acessibilidade atitudinal como fator de grande valia para a prática do acesso às pessoas a produtos e serviços. Mescla também com os conceitos de hospitalidade, espaços e cidades hospitaleiras no que tange ao acolhimento de turistas como relatados anteriormente por Grinover (2007) e Camargo (2004; 2006; 2008).

Entende-se, desta forma, que as expectativas relacionadas ao público de deficiência, um nicho de mercado ainda não explorado, devam fazer parte do pensamento de todos os gestores envolvidos: o Estado por atender uma demanda de inclusão do cidadão e a iniciativa privada por atender a legislação pertinente e com pensamento de maior lucratividade, dado o volume de pessoas com deficiência contraponto com a carência na oferta de produtos e serviços para estes.

Este cenário de atendimento para PcD, é percebido também pela agência de viagens e consultoria de turismo de inclusão denominada de Turismo Adaptado, que presta atendimento, consultorias, palestras e cursos, além de possuir rico material sobre turismo acessível disposto em livro e material na internet. Segundo a instituição, há uma grande dificuldade em deparar com profissionais capacitados para o atendimento de PcDs, contudo há sinais de mudança ocorrendo com o aumento no número de empreendimentos em diversas cidades do Brasil preparados para receber o turista com deficiência (TURISMO ADAPTADO, 2017). Parte desta realidade, a cidade de Socorro no interior de São Paulo que destaca-se por possuir uma gama de atrativos turísticos acessíveis, tornando cidade modelo de acessibilidade, assim como objeto de estudos (SOCORRO, 2017).

Sobre a oferta de turismo acessível, Loi e Kong (2015) relatam que este serviço não é somente proporcionar aos usuários estruturas com ausência de barreiras, mas sim capacitar pessoas tornando-as perceptíveis às necessidades coletivas da turista deficiente, transformando o turismo acessível em uma boa experiência. Ainda sobre esta abordagem, Westcott (2004) em material para o turismo de inclusão europeu, afirma que para a oferta de serviços acessíveis devem dispor de equipes treinadas que saibam atender as pessoas com deficiência, pois “[...]acesso não é apenas sobre cadeiras de rodas[...] A falta de informação pode levar a erros e desapontamento que pode arruinar um feriado em família (WESTCOTT, 2004, p. 5, tradução nossa)²⁴. Por fim, o relatório afirma que há um grande número de pessoas com deficiência e seus familiares com interesses em viajar nos próximos anos, e anseiam por estruturas preparadas e que clientes com deficiência é um público fiel, retornando sempre ao local que tem qualidade nos serviços de turismo acessível.

Ao resgatar conceitos anteriores sobre a pessoa com deficiência como consumidor de produtos e serviços, insere-se aqui o turismo acessível como possibilidades de lucratividade. Loi e Kong (2015) mencionam que quando uma empresa de turismo decide ofertar destinos para pessoa com deficiência, além de atuar em um mercado com objetivo na lucratividade, ainda atende uma obrigação legal.

Como visto no estudo referente a turismo acessível, verifica-se que é uma área do turismo que se forma mediante a um aumento do número de ações em prol da inclusão de PcD nos últimos anos, por intermédio de conquistas de direitos e com isso maior visibilidade no cenário socioeconômico. Por meio de percepção dos anseios das pessoas com deficiências em participar da atividade turística, o poder público desenvolve propostas a fim de inserir o grupo de PcDs na atividade de um turismo acessível, e estas ações voltadas às acessibilidade e Desenho Universal nas estruturas como forma de acolhimento nas cidades e atrativos turísticos.

Acessibilidade de modo geral e turismo acessível são conceitos relativamente recentes, carecendo de uma análise sobre o conhecimento sobre estes temas. Desta forma, com base nos estudos do turismo do próximo tópico, esta pesquisa prossegue para saber sobre a produção da acessibilidade no turismo.

²⁴ Access is not just about wheelchairs [...]Lack of information can lead to mistakes and disappointment that can ruin a family holiday

3.6 O turismo como objeto de estudo

Como mencionado anteriormente, o fenômeno turístico é constituído por uma ampla movimentação de pessoas que provoca impactos financeiros e sociais. Historicamente as pesquisas sobre turismo são realizadas por outras áreas do saber como antropologia, geografia, economia e outras esferas principais das ciências humanas e sociais entre outros. Este processo de conhecimento multifacetado do turismo é explicado por Rejowski (2003, p. 18): “[...] Por ser um fenômeno de muitas facetas, penetra em muitos aspectos da vida humana, quer seja de forma direta, quer indireta. Consequentemente, tem-se desenvolvido utilizando métodos e técnicas de várias disciplinas”.

O texto acima reafirma sobre a complexidade ligada ao estudo do turismo e o quão abrangente este pode ser no campo acadêmico, que pode vislumbrar estudos multi e interdisciplinares do ramo do conhecimento. Para ilustrar essa fala, Rejowski discorre que quando um estudo se faz por disciplinas distintas, porém com olhar específico da própria área do conhecimento produzindo pesquisa de forma fragmentada e diversificada, constitui-se então as abordagens multidisciplinares. Sobre os estudos com base na interdisciplinaridade o turismo é pesquisado por diversas disciplinas bem como pesquisadores distintos, que relacionam seus estudos e contribuições a fim de promover conhecimento sobre um objetivo (REJOWSKI, 2010a).

Panosso Netto, Noguero e Jäger (2011) apontam que as primeiras pesquisas relativas ao turismo, iniciaram-se na Europa em meados do século XIX, com abordagens técnicas-científicas e filosóficas em turismo, sendo fortalecidas antes mesmo da passagem para o século XX, porém para os autores esses dados não são reconhecidos por outros pesquisadores, que somente creditam o início da pesquisa com abordagem turística para o período que antecede a primeira guerra mundial.

Estas pesquisas, inicialmente, contemplavam o turismo por duas visões: a econômica e a social separadamente, sendo esta interpretação suplantada pela publicação de uma teoria que abordava a atividade do turismo de forma unificada, como um fenômeno socioeconômico. Denominada como Tratado de uma Teoria Geral do Turismo, esta hipótese foi elaborada por Hunziker e Kraft em 1942, inovando o estudo do turismo, com abordagens interdisciplinares, “[...] mais fortemente

amparados nas ciências e com visão e abrangência mundial, holística e mais próxima da realidade” (PANOSSO, NETTO, 2010, p. 26 -27).

Apesar do desenvolvimento de estudos do turismo ser considerado recente em comparação a outras áreas de pesquisa, há um irromper de pesquisas sobre esta temática que se desenvolve a partir de grupos de autores, que procuram elaborar uma base de conhecimentos com o propósito de explicar ou tentar explicar teoricamente o fenômeno turismo.

Panosso Netto e Trigo (2009) relatam que estes autores estão divididos em três grupos e em fases distintas, a primeira fase – Pré-paradigmática tem como características o início dos estudos, voltados para a construção de um modelo inicial teórico do turismo. Na segunda fase – Paradigma Sistema de Turismo, os autores utilizam-se da Teoria Geral dos Sistemas, que observa e analisa a atividade turística de forma integral, esta considerada até o momento a melhor representatividade do turismo, porém com dificuldade de entendimentos de alguns elementos. A terceira fase – Novas Abordagens é representada pelos tratamentos inovadoras diferenciando das visões anteriores, pois evidenciam o indivíduo como ator central na cadeia do turismo. Entre as fases, há as existências de estudos com autores que fazem um trânsito entre as teorias com menções que formam pontes de ligação de uma fase para a outra.

A fala dos pesquisadores sobre diversos posicionamentos e diferentes olhares, demonstra uma lacuna nos estudos da atividade turística, uma vez que uma teorização do turismo ainda não foi elaborada. Panosso Netto (2010) destaca os principais obstáculos que não permitem uma teorização do turismo, atribuindo: o fato da atividade turística ser um campo recente de pesquisa em relação a outras áreas do conhecimento; em virtude dos diversos conceitos relacionados ao turismo adotados por diferentes regiões, criando-se entendimentos diferentes; a não valorização ou preconceitos dos estudos do turismo pelas outras áreas acadêmicas, devido à restrição dos conhecimentos produzidos a grupos fechados ou demora no compartilhamento dos estudos; pela argumentação com conceitos fracos em razão da ausência de um olhar crítico sobre o turismo, que pelo autor é gerado pelas imperfeições nas formações acadêmicas.

Um modo de saber o andamento das pesquisas sobre determinada área do conhecimento é realizar investigações sobre sua produção acadêmica elaborada a respeito do tema. No cenário de pesquisa da produção acadêmica acerca do turismo,

há trabalhos como o de Rejowski (1993; 2003) que, em pesquisa feita em 1993, elenca, analisa a produção do turismo de 1975 a 1992 e relata as dificuldades e tendências do setor. A autora, em um segundo momento, faz uma nova análise para “[...] demonstrar as particularidades da sua comunicação, produtividade e posicionamento, com base em teses de doutorado e publicações delas decorrentes [...]” (REJOWSKI, 2010a, s/p) no período compreendido entre 1990 a 2005.

Trabalhos como de Momm (2009) e Lima (2011), similarmente, seguem o mesmo traçado de pesquisa comentado acima e por intermédio de um levantamento de investigações defendidas nos cursos de pós-graduação em determinado período sobre a temática turismo em instituições de ensino, produz dados sobre estes trabalhos, assim como traça um perfil das instituições, pesquisadores e orientadores.

Estas pesquisas sobre o conhecimento além de mapear e saber a quantidade do material produzido, principais temas abordados, resultados entre outros, também sinalizam em qual direção determinada área de conhecimento está seguindo e propõe orientações para novas pesquisas (HADDAD, 2002).

Historicamente, o estudo sobre o turismo no país inicia-se, após a década de 1970, com curso de graduação em turismo, porém o modesto número de investigadores e o foco do ensino em sua maioria para o cunho profissionalizante, enfraquece a pesquisa até meados de década de 1990. (REJOWSKI, 2003). Com relação à pesquisa em pós-graduação brasileira a mesma inicia-se no princípio da década de 1990, com o crescimento de pesquisas e publicações, entretanto um dos principais entraves da época tratava-se do acesso ao material acadêmico das fontes externas, devido aos custos de assinatura agravada pelo fato do material ser apresentado em idiomas estrangeiros. Atualmente, mediante a investimentos do governo brasileiro, torna-se possível o acesso às publicações internacionais eletronicamente, para as academias de ensino superior (LEAL; PADILHA, 2008).

Inteirando-se do cenário de pós-graduação (“stricto sensu”) da atualidade, informe da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mostra que as Instituições de Ensino Superior no Brasil agregam cinco programas de Doutorado e treze de Mestrado em turismo e áreas afins, distribuídos em universidades públicas e privadas (CAPES, 2017). Paralelamente a oferta de dos cursos de pós-graduação no turismo, lazer e hospitalidade, aumenta-se o número de revistas científicas sobre turismo e outras áreas produtoras, bem como o número de

produções dirigida para a temática turismo, haja vista essa área estabelecer diversas possibilidades de alinhamento com outros campos de conhecimentos.

Isto posto, o turismo observado como um fenômeno passa a ser estudado por inúmeros domínios do saber, pois forma interfaces com diversas áreas do conhecimento, fato que transcende as abordagens econômicas e estabelece o homem como protagonista central da atividade turística. Assim, com base em inclinações praticadas no turismo social, a atividade turística da contemporaneidade busca incluir de forma mais abrangente os grupos até então suprimidos da sociedade como negros, velhos, obesos, pobres, e outros, aqui em destarte, as pessoas com deficiência por intermédio de estruturas com acessibilidade, requisito este, fundamental para a inclusão das PcDs em qualquer local ou atividade, em destaque, o turismo, escopo desta pesquisa.

Sabendo que os estudos do turismo apresentam-se de forma recente na academia de pós-graduação bem como a produção de conhecimentos na área, torna-se necessária uma investigação sobre a produção de conhecimentos que circundam o turismo emparelhado com conceitos de acessibilidade, este último termo recente no cenário de inclusão. Deste modo, convém uma análise sobre a produção acadêmica no Brasil acerca do tema turismo e acessibilidade, como proposto no objetivo desta pesquisa.

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho faz parte de uma pesquisa descritiva-explicativa, valendo-se de uma análise de conteúdo entre as teses e dissertações produzidas em instituições brasileiras no período de 1987 a 2016, e intenciona-se a criar um estado da arte sobre o tema turismo e acessibilidade no que concerne a estes trabalhos, dado sua relevância na produção de conhecimento em cursos de pós-graduação do Brasil.

Nomeia-se descritiva, pois faz parte de um estudo analítico e busca conhecer e observar os dados sem interferir na realidade dos mesmos. Permite por outro lado ser explicativa pois registra, analisa, interpreta os dados e identifica as possíveis causas, desta forma, esta investigação pode ser considerada tanto de natureza quantitativa pelo mapeamento dos estudos, quanto qualitativa pela análise das informações obtidas (REJOWSKI, 2010a).

O desenvolvimento dessa investigação parte de uma revisão de bibliografia já existentes com o intento de desvendar e atualizar os estudos com material já publicado relacionados aos temas proposto no escopo da pesquisa a saber: pessoas com deficiência, acessibilidade, turismo e estudos do turismo. Pela fala de Dencker (2007, p. 85) “[...] Nenhuma pesquisa se inicia do nada”, incitando sobre a necessidade de se observar o material já existente e utiliza-se de investigações correlatas para compor referencial teórico de forma analítica e crítica com atenção voltada para as lacunas existentes nos estudos anteriores para construção de uma nova pesquisa.

Veal (2011) esclarece que a revisão de material já publicado é uma tarefa de extrema importância, pela atualização e comparação de informações, todavia este processo nem sempre é simples por sua complexidade e cuidados para se pesquisar material que tenha consistência e que esteja em consonância com os propósitos da pesquisa.

Fonseca (2002) traz dois aspectos sobre o levantamento bibliográfico, um modo utilizado como elemento de construção inicial em todos os estudos acadêmicos e de outra forma como método de pesquisa estritamente de cunho bibliográfico, com foco a análise aprofundada sobre investigações publicadas com intento de mapear os trabalhos, averiguando-os sobre distintas perspectivas:

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 31-32).

Ao empregar estes conceitos mencionados anteriormente ao escopo desta investigação, procura-se a princípio inteirar-se sobre as percepções históricas, legislações e conquistas sobre pessoa com deficiência assim como conceitos sobre acessibilidade, para atualizar os dados com o cenário contemporâneo, e construir desta forma, uma base inicial consistente, para posteriormente avançar nos estudos sobre a produção de conhecimentos a respeito dos temas abordados

Embasado com os conhecimentos teóricos pertinentes, a presente investigação foi conduzida para um levantamento de material, por meio de exame das publicações, contidas no acervo documental de teses e dissertações dispostas no *site* de internet da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²⁵,

Dencker (2007), afirma que as pesquisas com uso da tecnologia são o modo mais utilizado pelos investigadores na contemporaneidade, uma vez que se trata de um amplo campo de buscas de material literário, com um esforço reduzido e em sua maioria de forma gratuita. A autora completa que em relação a CAPES, esse é um abundante banco de recursos de investigações defendidas.

Em vista do material exposto, este trabalho foi realizado por meio de um apuramento de material conceitual e posteriormente partiu-se para uma pesquisa sobre a produção de conhecimento entre teses e dissertações realizada através de buscas no banco da CAPES (2017), com a utilização dos descritores específicos mencionados a seguir, neste capítulo. Para a análise do material, valeu-se de uma análise documental com objetivo de localizar, organizar e separar o vasto material obtido.

Em sucinto enfoque sobre uma análise documental, Bardin (2016) pontua que esta técnica objetiva a organização e o armazenamento de modo resumido, simplificado e compreensível de documentos para consultas e citações futuras. “[...]”

²⁵ **Disponível em:** <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 22 setembro de 2017.

é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (BARDIN, 2016, p. 52). Ao mencionar sobre os materiais disponíveis para a análise, a autora exemplifica estes como: “[...] os resumos ou *abstracts* (síntese do documento segundo certas regras) ou a indexação, que permite, por classificação em palavras-chave, descritores ou índices, classificar os elementos de informação dos documentos de forma bem simples (BARDIN, 2016, p. 52-53).

Partindo destas orientações, a seleção do material levantado foi realizada por meio de leitura do conjunto: título do trabalho, palavras-chave e resumo. As publicações selecionadas foram dispostas em uma planilha, com a utilização do software Excel. Foram organizados os dados pelo: título do trabalho, nome do autor, tipologia do trabalho (dissertação ou tese) área de conhecimento, resumo, as palavras-chave, o ano de defesa, a região onde foi defendida e finalmente o nome da instituição.

Um fato importante diz respeito à composição dos itens: títulos, resumo e palavras-chave, que quando elaborados de modo padronizado, tornam mais ágil e segura a condução de uma pesquisa bibliográfica. Volpato (2007) explica que o título de um trabalho acadêmico deve conter uma escrita que cause interesse ao leitor e que há um descarte inicial dos leitores diante de títulos mal elaborados. Em relação aos resumos, o autor menciona que estes devem ser objetivos e abreviados para não se afadigar durante a leitura e finalmente indica que as palavras-chave devem mostrar a essência da escrita, pois exercem a função de “bússola” e facilita ao encontro de uma publicação em determinado banco de dados.

Com o pensamento na importância dos resumos nas pesquisas acadêmicas, estes cumprem a função de condensar as ideias apresentadas em trabalhos acadêmicos, como informado por Ribeiro (2006, p. 76) que menciona:

A função do resumo acadêmico é ser um texto autônomo, que recupera de forma concisa o conteúdo do texto lido numa espécie de equivalência informativa que conserva ou não a organização do texto original. [...] serve como eficiente instrumento de estudo dos inúmeros textos teóricos e científicos que tem que ler [...].

A consulta em catálogos acadêmicos pode se tornar uma tarefa árdua para o pesquisador, uma vez que em muitos casos, os títulos dos trabalhos são generalizados sem conceber informações precisas sobre o tema. O que pode ser

reforçado pela voz de Ferreira (2002, p. 264) que faz alusão às dificuldades com material de pesquisa da seguinte forma “[...] os resumos das dissertações e teses presentes nos catálogos como lugar de consulta e de pesquisa, é que sob aparente homogeneidade, há grande heterogeneidade entre eles [...]”. Desta maneira, durante a fase de levantamento de material, foi feita uma leitura mais acurada para que nenhum trabalho passasse despercebido, em função de problemas com títulos, palavras-chave e resumos.

Espera-se com este estudo que se desenvolva um mapeamento das temáticas e que elabore um estado da arte sobre os temas turismo, acessibilidade e pessoa com deficiência sobre as teses de dissertações defendidas na IES. O estado da arte são pesquisas utilizadas em diversas averiguações nos últimos anos, com a finalidade de contribuir para entender o desenvolvimento do campo teórico de determinada área de conhecimento, como relata Ferreira (2002):

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações emanais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Haddad (2002) confirma os conceitos sobre estado da arte e acrescenta a importância de um recorte de período nas investigações que utilizam esta tipologia de análise:

Os estudos de tipo estado da arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura (HADDAD, 2002, p. 9).

Romanowski (2002), em pesquisa apontada para área de educação elenca os passos a serem seguidos para uma investigação com características de um estado da arte da seguinte forma:

- Estabelecer os descritores ser utilizados para saber o tipo de material a ser encontrado;
- Definir o local onde será apurada a pesquisa. Ex: Banco de Teses e Dissertações da Capes;
- Estipular os critérios para a triagem que irá compor o “corpus” da pesquisa;
- Fazer o levantamento do material (teses e dissertações);
- Seleção das teses e dissertações apuradas durante o levantamento;
- Leitura do material pesquisado com elaboração levando em conta se o escopo do trabalho levantado vai ao encontro da proposta de sua pesquisa;
- Sistematizar os estudos em forma de relatório;
- Diagnóstico e elaboração dos primeiros resultados (ROMANOWSKI, 2002, p. 15-16) adaptado por Nascimento, 2016.

Em relação aos resultados do estado da arte em uma pesquisa, Messina revela que estes podem proporcionar uma nova e melhor percepção sobre os temas estudados e que em outro momento encontravam-se incompreensíveis:

Um estado da arte é um mapa que nos permite continuar progredindo; é também uma possibilidade de alinhar discursos que, à primeira vista aparecem como interrompidos ou contraditórios. Em um estado da arte a possibilidade de contribuir para a teoria e prática de alguma coisa sempre está presente²⁶ (MESSINA, 1998, p. 1, tradução nossa).

Entende-se, portanto, a importância de um estudo denominado como estado da arte como ferramenta que fornece importantes contribuições para elaboração de teoria e direcionamentos para determinadas áreas de conhecimento.

Desta forma, sob esta expectativa, busca-se traçar uma análise sobre a produção nos cursos de pós-graduação no que tange a produção de teses e

²⁶ Un estado del arte es un mapa que nos permite continuar caminando; un estado del arte es también una posibilidad de hilvanar discursos que en una primera mirada se presentan como discontinuos o contradictorios. En un estado del arte está presente la posibilidad de contribuir a la teoría y a la práctica de algo.

dissertações nas IES, que abarcam os temas turismo e acessibilidade nos últimos vinte e nove anos.

4.1 Estruturação do *corpus* da pesquisa

A obtenção do material de pesquisa foi cometida por intermédio de uma pesquisa de produção de conhecimento, valendo-se de publicações acadêmicas dispostas no catálogo de teses e dissertações da instituição CAPES, que compreende o período de 1987 a 2016. Teoricamente esta plataforma deveria acomodar todas as publicações existentes contendo em sua composição todos os dados referentes ao trabalho como resumo, data e local de defesa e acesso ao trabalho na íntegra, todavia foi constatado que somente as pesquisas com data posterior a 2013 disponibilizam esses dados em sua totalidade. (CAPES, 2017).

Para o acesso a trabalhos com os dados necessários na construção dessa dissertação, optou-se em utilizar um banco de dados com as teses e dissertações que abrange o período de 1987 a 2012 cedido, gentilmente, pela Profa. Dra. Mirian Rejowski, para realizar desta forma uma pesquisa emparelhada com ambos os bancos de materiais.

Em síntese, os trabalhos pesquisados de 1987 a 2012, foram levantados por meio de um banco de dados particular e o período entre 2013 a 2016, foram apurados pela plataforma Capes/Sucupira²⁷.

Em um primeiro momento de pesquisa no banco de dados, deparou-se com o surpreendente número de 43.465 resultados para o turismo em teses e dissertações, quando inserido o descritor “turismo” no campo de buscas. Após uma apuração com maior afinco, percebeu-se um grande desarranjo na exposição dos resultados com temas sobre “estudos da plantação de soja”; “a estabilidade do coeficiente beta” entre muitos outros temas, enredados com os resultados do turismo.

Sabendo das multifaces do turismo com outras áreas do conhecimento, bem como generalização do termo e possíveis falhas na busca dos dois bancos de dados foram utilizados “filtros” para realizar um recorte específico com a realidade da pesquisa. Como não houve um retorno satisfatório no número de material optou-se em acrescentar à pesquisa o descritor “Acessibilidade”, termo que, por sua vez torna-se primordial o acesso de todos e, principalmente, a PcD no ambiente turístico como

²⁷ Disponível em: < <https://sucupira.capes.gov.br/>>. Acesso em 23 nov. 2017.

citados por Coronel e Panosso Netto (2016). No que se refere à acessibilidade, foi delimitado somente trabalhos que contemplassem a acessibilidade voltada às pessoas com deficiência.

4.2 Construção dos dados

O levantamento das teses e dissertações foi realizado na busca em um banco de dados em um período de vinte e nove anos. Por ser um considerado um tempo consideravelmente longo, disposição do banco de dados de 1987 a 2012 já fracionados e um grande volume de material, optou-se em fragmentar o período de pesquisa em cinco blocos de anos deste modo: de 1987 a 1997; de 1998 a 2008; de 2009 a 2012; de 2013 a 2015 e 2016.

De 1987 a 1997:

Ao inserir o descritor “turismo”, surgiram (123) trabalhos, porém ao aplicar os filtros: “acessibilidade, deficiência, pessoas com deficiência, pessoa portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais e turismo acessível” nos resultados desse descritor não foram encontrados nenhum trabalho. Ao colocar o descritor “acessibilidade”, despontaram (45) dissertações, que após a leitura dos seus resumos somente (1) trabalho foi selecionado deste conjunto de anos.

De 1998 a 2008:

Ao inserir “turismo” como descritor, emergem (1.847) trabalhos, após a aplicação dos filtros: “acessibilidade, deficiência, pessoas com deficiência, pessoa portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais e turismo acessível” nos resultados da palavra turismo emergem (43) trabalhos, dos quais (10) foram selecionados para o trabalho. Na inserção do descritor “acessibilidade”, neste período, despontam (155) investigações os quais somente (19) foram aproveitados para o escopo dessa pesquisa.

De 2009 a 2012:

Com o descritor “turismo”, descobre-se (577) pesquisas publicadas. Ao aplicar nas pesquisas sobre turismo os filtros “acessibilidade, deficiência, pessoas com deficiência, pessoa portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais e turismo acessível”, mostram-se (12) investigações, sendo que (9) foram utilizadas

nesta pesquisa. Na utilização do descritor “acessibilidade” observa-se (511) trabalhos com este tema, são utilizados (35) trabalhos.

De 2013 a 2015:

Foram encontrados (720) trabalhos com a temática turismo. Ao inserir os filtros acessibilidade, deficiência, pessoas com deficiência, pessoa portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais e turismo acessível” sobre estes resultados, obtém-se (15) trabalhos, destes, (03) foram aproveitados para o trabalho. Ao utilizar o descritor “acessibilidade” isoladamente surgiram (215) pesquisas, destas (03) foram utilizadas nessa investigação.

O ano de 2016:

O ano de 2016 foi acrescentado à pesquisa por se tratar de um período de jogos paraolímpicos no Brasil, tornando proveitoso um olhar sobre este ano. Destarte, quando na inserção do filtro turismo isoladamente surgem (3727) trabalhos, um número bem amplo dado pertencer a área que engloba: administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo no banco de dados da CAPES. Na tentativa de delimitar o volume de material obtido, realizou-se um filtro voltado para área de conhecimento do turismo e com isso o número cai para (112) pesquisas, todavia nenhuma pesquisa foi aproveitada para compor este trabalho. Ao inserir somente o descritor “acessibilidade” no banco de dados, houve um retorno de (508) trabalhos sendo (18) destes utilizados na pesquisa que dentro do conjunto de anos 2013 – 2016 somam-se (24) pesquisas aproveitadas neste período para este trabalho.

Cabe relatar que a opção por utilizar o descritor “acessibilidade” de forma isolada, dá-se por duas razões. A primeira mencionada no Capítulo 2, sobre a acessibilidade como fator de grande relevância para o acesso e consequentemente a inclusão do indivíduo com ou sem deficiência em qualquer atividade, destarte nesta investigação, a atividade turística. O outro fato, é que durante as pesquisas preliminares dos trabalhos no banco de dados da CAPES, deparou-se com um grande volume de trabalhos que discorriam sobre acessibilidade como acesso às cidades, parques museus e outros, sem, no entanto, conceber entendimento sobre oferta turística, todavia sem mencionar a palavra turismo no corpo do trabalho.

Acrescenta-se que os diversos trabalhos que foram descartados durante o levantamento de dados possuíam como aspectos principais em sua construção:

resumos mal elaborados, títulos divergentes com as palavras-chave, após leitura dos seus resumos.

Em suma, foram empregadas um total de 98 trabalhos (teses e dissertações) para compor o escopo deste estado da arte, sendo que no período de 1987 a 1997 foi aproveitado (1) trabalho. De 1998 a 2008 foram (29) pesquisas utilizadas; entre os anos de 2009 a 2012 foram (44) estudos empregados; no período que compreende 2013 a 2015, (06) estudos foram selecionados e finalmente no ano de 2016 houve (18) investigações adicionadas para este estudo como disposto no quadro abaixo:

Quadro 11- Súmula das pesquisas de 1987 a 2016.

Período	1987- 1997		1998 – 2008		2009 – 2012		2013 – 2015		2016	
Descritores	Pesquisadas (P)	Utilizadas (U)	P	U	P	U	P	U	P	U
Turismo Geral	123		1.847		577		720		112	
Turismo + Acessibilidade Deficiência Pessoas com Deficiência Portadora de Deficiência Portadoras de Necessidades Especiais Turismo Acessível	0		43		12		15			
Acessibilidade	45	01	155	19	511	35	215	03	508	18
Total de trabalhos aproveitados	01		29		44		06		18	

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

Percebe-se no quadro apresentado um número menor de pesquisas selecionadas no período de 1987 a 1997 assim como em 2013 a 2015, retornando ao crescimento no ano de 2016. Entre o ciclo de 2009 a 2012, houve um aumento significativo de materiais pesquisados e em relação ao período de 2013 a 2015 o qual mostra uma significativa queda no número de produções. Finaliza-se com análise do ano de 2016 que demonstra um considerável acréscimo de material produzido.

4.3 Apresentação dos resultados sobre da produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de 1987 a 2016

A figura 1 abaixo demonstra um gráfico com a quantidade de produções utilizadas nesta pesquisa até este momento da investigação, distinguidas entre teses (10) e dissertações (88) compreendendo o período de 1987 a 2012. Observa-se que há uma maior concentração de trabalhos de mestrados em detrimento ao de doutorados na análise elaborada.

Figura 1 – Tipologia de trabalhos acadêmicos produzidos de 1987 a 2016

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

A figura 2 expressa o número de teses e dissertações defendidas em grupos de anos entre os anos de 1987 e 2016. Percebe-se que entre os anos de 1987 a 2000 foram elaboradas (5) dissertações e nenhuma tese. Os anos entre 2001 a 2005 ainda apresentam baixa produção sobre esta temática com apenas dissertações (8), seguido dos anos 2006 a 2010, há um aumento significativo no número de

dissertações (34) e apresentam (3) teses. O último bloco de anos de 2011 a 2016, mostram (41) dissertações de mestrado e (7) teses de doutorado.

Figura 2 – Número de teses e dissertações defendidas por grupo de anos

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018

Resgatando conceitos dos Capítulos 2 e 3 desta dissertação que mencionam que as ações com maior relevância elaboradas pelo poder público voltadas para acessibilidade e turismo acessível no Brasil são de um período mais recente, torna-se possível confirmar este fato na figura acima pelo reflexo causado na academia na quantidade de pesquisas desenvolvidas no período de 1987 até 2005.

Por outro lado, há um aumento no número de dissertações e teses após o ano de 2006, fato que pode ser relacionado a quantidade de ações voltadas a acessibilidade e ao turismo acessível iniciado nos anos anteriores como demonstrado anteriormente.

Com relação sobre o gênero dos pesquisadores, evidencia-se que a maioria das investigações foram realizadas por pesquisadoras mulheres (66), contraponto (32) teses e dissertações defendidas por homens.

Figura 3 - Gênero dos pesquisadores.

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

A respeito das Instituições de Ensino (IES), estas somam-se (46) pesquisadas em seu total, as quais teses e dissertações foram defendidas. A figura 4 demonstra que a Universidade Federal de Santa Catarina detém o maior número de pesquisas, representando 11% do total de produção seguida ela Universidade Brasília com 8%. A figura abaixo, revela que há um alto volume de Instituições de Ensino que debatem acerca desta temática, porém os trabalhos estão dispersos em um número elevado de instituições, sendo que seis academias produziram somente (4) trabalhos cada, quatro organizações de ensino produziram (3) pesquisas, nove IES apresentam (2) investigações e por fim vinte e duas instituições mostram (1) trabalho que foi aproveitado nesta pesquisa.

Figura 4 - Volume de dissertações e teses por IES

Fonte - Elaborado por Nascimento, 2018.

No tópico referente as instituições de ensino as quais foram extraídas as teses e dissertações, são constituídas entre públicas (27) e privadas (19) totalizando 46 academias de ensino superior:

Figura 5 – Âmbito das IES das dissertações defendidas

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

NA referência à abordagem espacial, a figura 6 apresenta os quinze estados apurados nas pesquisas onde estão localizadas as Instituições de Ensino Superior as quais foram defendidas as produções. Os estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul (1) produção cada, seguidos por Espírito Santo e Pernambuco com (2). Os estados do Pará e Rio Grande do Norte demonstram (3) defesas, enquanto no Ceará constam (5), o Paraná conta com (4) e a Bahia com (5) trabalhos defendidos. Minas Gerais possui (6) investigações, o Distrito Federal aponta (7) produções, seguido do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul ambos (10). O estado de Santa Catarina apresenta (15) investigações. O quadro se finaliza com o Estado de São Paulo com um quadro de (24) teses e dissertações defendidas, como demonstrado abaixo:

Figura 6 - Produção de teses e dissertações de 1987 a 2016 por estado

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

Observando a figura anterior percebe-se que há uma contribuição acadêmica de quinze estados representando 55% do total do território brasileiro. Para melhor ilustração, a figura abaixo demonstra a participação de instituições com trabalhos acadêmicos por região brasileira, destaca-se a região Sudeste agrega o maior número de investigações (42), 43%, seguido da região Sul com (29), 30%. Observa-se a pequena participação de IES na região Centro-Oeste com apenas (1) contribuição para este trabalho.

Figura 7 – Região dos trabalhos pesquisados

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

Como comentado ao longo deste capítulo a presente pesquisa foi realizada com utilização de amplo material de pesquisa armazenado em um banco de dados. Por intermédio de descritores estabelecidos, observou-se dentre outros fatores como título e leitura do resumo que as palavras-chave possuem grande importância na pesquisa científica, pois em virtude desta, acessa-se os principais conceitos abordados na investigação e que facilita a localização de material em futuras pesquisas (VOLPATO, 2007). Assim, o quadro abaixo determina qual o número de incidência das principais palavras-chave nos (98) trabalhos apurados para essa análise e que vão ao encontro dos descritores utilizados na varredura dos bancos de dados.

A acessibilidade apresenta-se em número maior entre as palavras-chave (74), validando o conteúdo dos trabalhos pesquisados em relação para a construção desta investigação. O mesmo ocorre com a palavras inclusão que emerge (18) vezes, seguida por deficiente/deficiente físico/visual (17). A palavra-chave turismo apresenta-se em um total de (16), assim como mobilidade em um número de (12), logo em seguida a atual nomenclatura Desenho Universal que desponta 8 vezes na pesquisa, acompanhada o termo direito (7) e cidade (6). A terminologia atualizada Pessoa com Deficiência (3), as palavras: espaço urbano e hospitalidade afluem em (2) ocorrências,

hotelaria, legislação, turismo inclusivo e portadora de necessidades especiais (1). As outras palavras chave não são mencionadas nesta tabela, pois não possuíam ligação direta na construção desta investigação:

Tabela 2 – Incidência das principais palavras-chave nos trabalhos pesquisados

Palavra-Chave	Número de incidência
Acessibilidade	74
Inclusão	18
Deficiente/ deficiente físico /visual	17
Turismo	16
Mobilidade	12
Desenho Universal	8
Direito	7
Cidade	6
Pessoa com Deficiência	3
Espaço urbano	2
Hospitalidade	2
Hotelaria	1
Legislação	1
Portadora de Necessidades Especiais	1
Turismo inclusivo	1

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

Para supervisionar, realizar avaliações periódicas a fim de mensurar a qualidade do ensino superior, sistematizar e acondicionar as investigações por áreas em seu banco de dados, entre diversas ações, a CAPES (2017) distribui os campos de estudos em diferentes áreas de conhecimento e avaliação. Nesta investigação, através trabalhos apresentados percebeu-se um diversificado número de áreas de conhecimentos a saber: A área referente a arquitetura, urbanismo e design obteve o maior número de pesquisas (22), seguido pelo campo de administração, ciências contábeis e turismo (14). A somatória das diversas tipologias de engenharia resultou-se em (25) trabalhos e a área de engenharia civil contribuiu com (10) temas. O campo do direito obteve (7) investigações apuradas. Psicologia mostrou (5) trabalhos, seguidos por outras áreas com números menores, variando entre o total de (3), (2) ou (1) pesquisa.

Figura 8 – Abrangência da pesquisa por área de conhecimento

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

CAPÍTULO 5 - PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA SOBRE O TURISMO E ACESSIBILIDADE DE 1987 A 2016: ANÁLISE TEMÁTICA POR CATEGORIAS

Durante a leitura dos resumos pesquisados, bem como na elaboração dos capítulos teóricos deste trabalho, percebeu-se que diversas abordagens possuíam características semelhantes e que poderiam ser agrupadas em tipologias de acordo com temas apresentados. Assim, optou-se em elaborar categorias destes temas para entender o conteúdo das dissertações, formando cinco categorias temáticas distintas para serem analisadas, sendo estas: espaços urbanos, legislação e direitos, infraestruturas turísticas, transporte e outros.

5.1 Categoria de análise: espaços urbanos

A categoria espaços urbanos agrupou um total de 44 trabalhos, somando-se 45% do total de investigação apurada, como exibida no quadro abaixo.

Quadro 12 – Pesquisas levantadas relacionadas na categoria espaços urbanos

Ano	Título do trabalho	Palavras-chave
1995	A incompatibilização da cidade para cidadãos deficientes de locomoção: uma questão de cidadania.	Deficientes Físicos; Locomoção; Cidadania
1999	Acessibilidade, identidade e vida cotidiana urbana de pessoas com dificuldade de locomoção: o caso do projeto Rio- Cidade.	Espaço Urbano, Mobiliário Urbano, Rio-Cidade
2000	Acessibilidade na Arquitetura de Terminais de Passageiros no Aeroporto Internacional Hercílio Luz: Estudo de Caso.	Acessibilidade; Desenho Universal; Deficientes Físicos;
2002	Diagnóstico preliminar das condições de acessibilidade para portadores de baixa visão no Aeroporto Internacional Hercílio Luz.	Engenharia de Produção; Internacionais; Sinalização; Visual; Avaliação Deficientes Visuais

2003	Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana.	Pedestres; Acessibilidade; Qualidade das Calçadas; Arquitetura e Deficientes Físicos.
2005	Acessibilidade física ao meio edificado do Campus Universitário da UFES: discussão, diretrizes de projetos e propostas de ações.	Acessibilidade; Pessoas Portadoras de Deficiência; Barreiras
2006	Diagnóstico da Oferta de Acessibilidade para as Pessoas com deficiência e Mobilidade reduzida no Centro Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes.	Mobilidade Urbana; Deficientes; Transporte Coletivo
2006	As Pessoas com Deficiência Física ou Visual e a Acessibilidade Urbana em Santo André-SP.	Acessibilidade; Deficiente; Urbano; Direito
2007	Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para Pessoas com Deficiência: um olhar multidisciplinar.	Acessibilidade; Inclusão Social; Pessoas com Deficiência; Edifícios Públicos Tombados.
2008	Elaboração e Validação de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física em Locais de Lazer.	Acessibilidade; Lazer; Pessoas com Deficiência Física;
2008	Caracterização da acessibilidade em espaços públicos: a ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais: estudo de casos.	Acessibilidade; Ergonomia; Desenho Universal.
2008	Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade.	Acessibilidade; Inclusão; Museu; Pessoas com Deficiência
2008	Planejamento da circulação de pedestres no espaço turístico urbano: Uma análise no centro histórico do Pelourinho.	Acessibilidade; Turismo; Pedestre.
2008	Pisos táteis: Proposta de diretrizes para a acessibilidade nas calçadas urbanas.	Acessibilidade; Calçada; Desenho Universal; Pisos Táteis;
2009	Acessibilidade no meio urbano: um estudo de caso no Jardim Universitário em Maringá-PR.	Acessibilidade; Inclusão; Barreiras Arquitetônicas
2009	Avaliação das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em edificações em Brasília: estudo de casos.	Arquitetura, Acessibilidade, Deficiência Visual

2009	Avaliação da aplicação do desenho universal em vias públicas: modelo e estudo de caso.	Cidadania; Mobilidade; Espaço Público; Desenho Universal.
2009	Os espaços de uso público e a acessibilidade: o caso do parque da maternidade da cidade de Rio Branco.	Espaço de uso Público; Acessibilidade; Inclusão Social
2009	Diretrizes para Acessibilidade em Edificações Históricas a partir do estudo da Arquitetura Eclética em Pelotas-RS.	Arquitetura Eclética; Acessibilidade Espacial; Pessoas com Deficiência
2009	Um estudo sobre deslocamento de pedestres em vias públicas da região metropolitana de Belém/PA.	Infraestrutura de Transporte; Acessibilidade; Mobilidade Urbana
2010	Acessibilidade em praças públicas: uma proposta para avaliação de rampas.	Praças Públicas; Acessibilidade; Rampas; Inclusão
2010	Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade.	Mobilidade; Acessibilidade; Pedestres; Pessoas com Deficiência; Pessoas com Restrições; Mobilidade
2010	O itinerário da cidadania: a acessibilidade das pessoas com deficiência visual ao Centro Histórico de São Luís – Maranhão.	Acessibilidade; Urbanidade; Cidadania
2010	Acessibilidade em espaços públicos: o caso do Centro de Maceió.	Acessibilidade; Desenho Universal; Espaços Públicos
2010	Locomover-se de cadeira de rodas em Capão da Canoa: narrativa de três gerações.	Acessibilidade; Deficiente Físico; Inclusão
2011	Avaliação da acessibilidade em edifícios públicos em Fortaleza.	Arquitetura; Acessibilidade; Deficiência Física
2011	Patrimônio cultural e acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005.	Patrimônio Cultural; Acessibilidade; Autenticidade
2011	Da cidade planejada ao lazer para todos: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo, a união faz a força.	Cidade Planejada; Âmbito do Lazer; Grupo A União Faz a Força

2011	Dedos de ver: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual.	Museologia; Deficientes Visuais; Museu Inclusivo
2011	Proposição de método para escolha de rotas urbanas acessíveis considerando os critérios de micro acessibilidade e as pessoas com deficiência física motora.	Mobilidade Urbana; Acesso Deficientes; Espaços Públicos; Pedestres
2012	Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física.	Pessoas com Deficiência Física; Acessibilidade Urbana; Inclusão Social; Aspectos Psicossociais
2012	Acessibilidade para deficientes visuais nos pontos e terminais de ônibus da cidade de Joinville: avaliação das barreiras arquitetônicas.	Acessibilidade; Transportes Urbanos; Barreiras
2012	Acessibilidade nos bens culturais imóveis: possibilidade e limites nos museus e centros culturais.	Bens culturais; Limites nos museus; centros culturais
2012	Acessibilidade urbana nos Centros Históricos brasileiros: realidade ou utopia?	Acessibilidade; Desenho Universal; Desenho Acessível
2012	Análise da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e para cadeirantes no centro urbano da cidade de Macaé.	Deficiente Físico; Acessibilidade e Mobilidade; Inclusão Social
2012	Análise da acessibilidade urbana em Manaus/AM: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para a pessoa com deficiência.	Acessibilidade; Cidade; Espaço
2014	Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo.	Acessibilidade; Desenho Universal; Edifício Público de Cultura; Pessoa com Deficiência
2016	A experiência artística das pessoas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas: uma análise pragmática.	Pragmatismo Cultural; Acessibilidade; Acessibilidade; Deficientes Visuais; Acessibilidade
2016	A NBR 9050 e o Design Universal: um estudo sobre o banheiro.	Acessibilidade; Design Universal; NBR 9050; Banheiros.

2016	Caminhar na cidade: uma reflexão sobre o uso das calçadas em Fortaleza como estrutura de mobilidade do pedestre.	Mobilidade Urbana; Pedestre; Caminhar; Acessibilidade; Políticas Públicas
2016	Condições de acessibilidade urbana em passeios: análise em recorte da área central de Curitiba-Paraná.	Acessibilidade Urbana; Passeios; Curitiba; Área Central
2016	Calçada social sustentável: uma proposta para a cidade do Rio de Janeiro.	Calçadas Sustentáveis; Mobilidade Urbana; Acessibilidade; Rio de Janeiro
2016	Design para experiência multissensorial em museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual.	Acessibilidade; Fruição; Museus; Experiência Multissensorial; Pessoa com Deficiência Visual
2016	Ambientes acessíveis, um direito prioritário: estudo realizado com alunos e funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida no Centro de Artes e Comunicação.	Acessibilidade Espacial; Pessoa com Deficiência; Ergonomia. Barreiras Arquitetônicas

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

Por ser uma categoria com grande número de contribuições autorais, bem como para observar melhor os trabalhos pesquisados de cada autor, optou-se em distribuir os autores sobre os assuntos defendidos em suas investigações. Assim o tema áreas urbanas geral, o qual menciona espaços da cidade de forma geral foi abordado pelos autores (FRANCA, 1995; COHEN, 1999; SILVA, 2006; MASSARI, 2006; FREGOLENTE, 2008; MACHADO, 2008; BARDI, 2009; LANVERLY, 2010; HESSEL, 2010; CAMPELO, 2011; LIRA, 2012; LIMA, 2012; SANTOS, 2012; CARNEIRO, 2012).

Nas abordagens sobre calçadas, trataram sobre o tema (ORLANDI, 2003; MELO, 2008; ÁVILA, 2009; NUNES, 2009; AGUIAR, 2010; ALMEIDA, 2010; AZEVEDO, 2016; MUZILLO, 2016; SILVA, 2016); e no que tange a edifícios públicos e privados emergem trabalhos dos autores (PEIXOTO, 2005; GABRIELY, 2007; MENDES, 2009; ANDRADE, 2009; LANDIN, 2011; FERREIRA OL, 2011; GOMES, 2014; SILVA, 2016). A temática museus é representada por (SARRAF, 2008; FERREIRA AFBC, 2011; ASSIS, 2012; CARDOSO, 2016).

Praças e parques foram pesquisados por (ARAÚJO, 2009; GONCALVES, 2010; CASSAPIAN, 2011), para o tema aeroportos a contribuição se faz pelas pesquisas de: (LOCH, 2000; CASTRO, 2002); locais de lazer foi pesquisado por (RIBEIRO, 2008; VIGATA, 2016), terminal de ônibus (ARNS, 2012) e por fim o tema banheiro pelo autor (LIMA, 2016).

Nas investigações apresentadas é possível verificar que o termo acessibilidade manifesta-se (37) vezes demonstrando que o tema é amplamente discutido nos trabalhos pesquisados. Franca em pesquisa da área de enfermagem trata das barreiras com as quais as pessoas com deficiência deparam ao acessar instalações públicas, o que torna um impedimento para que estas possam viver com qualidade. A autora menciona as recomendações da ONU e sugere que ações e adaptações nos espaços em prol da PcD:

O texto apresenta a questão da acessibilidade aos espaços públicos relacionada com as dificuldades de locomoção apresentadas pelas pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou visuais. Discorre sobre as barreiras físicas encontradas nos espaços públicos urbanos, de circulação e estar, e suas implicações no cotidiano das milhares de pessoas que vivenciam o problema; entendendo-se que a acessibilidade, no caso, não pode ser um conceito enclausurado dentro do simples processo do poder entrar e sair de determinados espaços físicos, mas sim, a acessibilidade que dá “cor” à vida das pessoas, às suas relações sociais e de produção, conformando-se como elemento importante do processo de urbanidade e exercício natural de cidadania[...] inicia-se com a identificação de pessoas portadoras de deficiência que necessitam ter o espaço aparelhado convenientemente para o seu uso, tomando-se como referência, as definições estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (FRANCA, 1995, s/p)

Percebe-se que com o material mencionado, que há uma preocupação com a oferta de estruturas acessíveis no sentido amplo de ofertar qualidade de vida às pessoas, o que denota uma carência de estruturas. Este fato é evidenciado por Cohen (1999) em entrevistas a um grupo de 103 pessoas com dificuldade de locomoção que ratificam a carência de estruturas preparadas para o acesso de PcDs.

Peixoto, pensando no futuro, avalia em sua investigação a acessibilidade em edifícios públicos no intuito de “[...] traçar diretrizes de projetos para futuras edificações [...]” (PEIXOTO, 2005, s/p), o autor menciona que há um longo caminho a ser percorrido no que concerne à disposição de acessibilidade nos locais investigados. Já o trabalho de Machado (2008), enfoca a dificuldade de acessibilidade para todos no centro histórico de Salvador, trazendo o debate sobre a necessidade de se ter

estruturas preparadas para todos, principalmente em locais de grande circulação de pessoas.

Sobre a acessibilidade Lima (2012) amplia este conceito para além das estruturas físicas e enfoca a necessidade de um conjunto de fatores que proporcionam a quebra das diversas barreiras e condicionam a relação inclusiva das PcDs nos espaços urbanos:

As principais repercussões psicossociais da acessibilidade urbana identificadas foram: a apropriação do espaço urbano e a vivência do sentimento de autonomia x dependência; os aspectos referentes à falta de acessibilidade física e atitudinal e suas relações com sentimentos de insegurança, indignação e supervalorização do que seria direito; os limites e superação: constrangimentos, restrições e aceitação como estratégia; e a importância da acessibilidade urbana para o processo de inclusão social: realidade e perspectivas das PcDF. Também foi identificada a dificuldade que as PcDF têm em diferenciar aspectos físicos e sociais, demonstrando os impactos positivos, negativos e desdobramentos da acessibilidade urbana ou falta da mesma na vida psicossocial das PcDF (LIMA, 2012, s/p).

Com as informações apresentadas acima é considerável afirmar que a acessibilidade promove sentimentos de integração nas áreas urbanas, e quando ocorre o contrário, percepções de segregação.

O termo “Desenho Universal”, ferramenta essencial para estruturas acessíveis (UNITED NATIONS, 2013), aparece 8 vezes na categoria “espaços urbanos”, trazidos por Loch (2000) como parâmetro para tornar espaços acessíveis. Posteriormente, é utilizado como parâmetro para analisar a acessibilidade aos bens e serviços urbanos, na pesquisa de Silva (2006) e para medir a qualidade dos passeios públicos da Ilha de Santa Catarina. Teve como parâmetro na análise das vias públicas no trabalho de (NUNES, 2009), assim como as pesquisas de Lanverly (2010), Campelo (2011), Assis (2012) e Azevedo (2016). E por fim, Arns (2012) traça um olhar da utilização do Desenho Universal como ferramenta de desenvolvimento da acessibilidade em estruturas de transporte.

Com relação ao Desenho Universal na maioria das pesquisas os autores confirmam a eficácia dos princípios quando aplicado em estruturas de acesso, como observado por Melo (2008) na afirmação sobre a necessidade de idealizar projetos pensados com princípios de universalidade na construção de calçadas com facilidades de acesso.

Em um alerta, Nunes em pesquisa sobre aplicação do Desenho Universal em vias públicas, informa que a ausência de entendimento sobre o mesmo pode gerar a ineficácia na elaboração de projetos com acessibilidade pois “[...] Dentre os resultados, percebeu-se que há pouca compreensão sobre o conceito do Desenho Universal [...]” (NUNES, 2009, s/p).

Percebe-se que ao longo da leitura do material desta categoria, um consenso de todos os autores no sentido de que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida almejam estruturas urbanas acessíveis, assim como, há um significativo número de legislações que estabelecem estas ações, todavia esta é uma realidade que ainda não ocorre segundo as conclusões de trabalhos aqui selecionados.

Franca ainda que, em 1995, defende em sua conclusão de trabalho sobre a necessidade de espaços acessíveis para as pessoas com deficiência, assim como soluções que vão além da melhoria das vias públicas para que a vida da PcD tenha maior inclusão:

Conclui, portanto, que a inacessibilidade da malha urbana é apenas uma, dentre as muitas questões para a atuação negligente das diversas instâncias (política, administrativa, educacional, dentre outras) do País, no que diz respeito à realização das necessidades dessa parcela da sociedade (FRANCA, 1995, s/p).

Esta afirmação corresponde ao mesmo olhar de Cohen que no fechamento do seu trabalho acrescenta que além de estruturas físicas acessíveis, é necessário um olhar ampliado além das diversas questões que envolvem a inclusão das PcDs:

Nossas conclusões mostraram que o espaço físico não é o único condicionante da acessibilidade e que a exclusão de pessoas com dificuldade de locomoção da cidade é um produto da cultura e mentalidade de uma sociedade e do desconhecimento de políticos, administradores e profissionais de diversas áreas sobre a questão (COHEN, 1999, s/p).

Observa-se por este prisma, o conceito de acessibilidade toma uma maior dimensão enfatiza para uma responsabilidade um grupo maior de envolvidos, a fim de proporcionar não só estrutura físicas equipadas e sim atender as diversas dimensões que compõe a acessibilidade tal como a econômica, atitudinal e as demais discutidas anteriormente nessa dissertação.

Na mesma linha de pensamento relatado acima, Azevedo trata do distanciamento entre o que é proposto pelo planejamento da acessibilidade com a realidade verificada com resultado de sua pesquisa, da seguinte forma:

[...] observou-se haver forte incoerência entre os conceitos e o que de fato acontece nas vias de circulação da cidade, tendo em vista a não observância dos parâmetros mínimos da legislação e normas vigentes que, reforçados pelo frágil controle municipal e ausência de políticas públicas que priorize o pedestre, agrava ainda mais a situação encontrada (AZEVEDO, 2016, s/p).

Santos acrescenta, que o grupo com deficiência demonstra uma insatisfação com a ausência de estruturas com acessibilidade ofertadas pelos espaços públicos que os impende de acessar e usufruir tais espaços de forma plena.

As informações coletadas diagnosticaram o descontentamento da população deficiente, principalmente devido às barreiras arquitetônicas e à necessidade de ações públicas que promovam a inclusão social estabelecendo uma arquitetura inclusiva para a cidade, além do cumprimento das leis que possibilitam o desenvolvimento social permitindo que questões como o estigma e a invisibilidade sejam superadas ou minimizadas e que se garanta a todos os cidadãos o direito à cidade e a cidadania (SANTOS, 2012, s/p).

Esta afirmação vai ao encontro do material exposto nos Capítulo 2 e 3 desta pesquisa que demonstra que parte do grupo de pessoas com deficiência hoje são mais atuantes em relação aos seus direitos, possuem maior autonomia econômica e buscam por estruturas acessíveis, porém deparam-se com a ausência destas estruturas, fato decorrentes em grande parte pelas mazelas do poder público e da iniciativa privada.

A categoria apresentada acima pode ser considerada a mais relevante quando se trata de turismo acessível e abordado por diversos autores durante a escrita deste trabalho como a normatização NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015), as recomendações da ONU (UNITED NATIONS, 2013), legislações pertinentes (BRASIL, 2015) e material de autores como (SASSAKI, 2009; 2010) que trazem considerações sobre concepções de locais públicos preparados para acesso a todos. Também inclui neste material pesquisado as abordagens de Desenho Universal como parte essencial para adaptação ou construção de locais urbanos providos de acessibilidade.

Cita-se também, como parte cultural de uma sociedade, a responsabilidade, a construção de um olhar voltado ao acolhimento da pessoa com deficiência, com base na acessibilidade atitudinal (COHEN, 1999; LIMA, 2012), evocando os conceitos de hospitalidade e cidades hospitaleiras dos autores Grinover (2007) e Camargo (2008) e comentados no Capítulo 3 deste trabalho.

Nos trabalhos apresentados e discutidos na categoria espaços urbanos foi possível constatar que apesar da legislação que requisita estruturas nos espaços urbanos com acessibilidade há um desconhecimento da lei por grande maioria, assim como o descumprimento desta pelos setores públicos e iniciativas privadas.

5.2 Categoria de análise: legislação e direitos

Como estudado anteriormente a legislação no Brasil cumpre amplo papel no que concerne a ações voltadas à acessibilidade por intermédio de legislação que teoricamente deve assegurar direitos às PcDs (BRASIL, 2015). Isto posto, foram apuradas um total de (14%) investigações voltadas à categoria “legislação e direitos”, deparando-se com um modesto número de trabalhos levantados que vão ao encontro do corpo desta pesquisa, em contraste com o volume de material produzido pelos órgãos públicos e o papel que a legislação no tocante à acessibilidade.

Quadro 13 – Pesquisas relacionadas com a categoria legislação e direitos

Ano	Título	Palavra-chave
2003	O direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia.	Cidade, legislação; acessibilidade; deficientes físicos
2003	Acessibilidade ao patrimônio cultural: políticas públicas e desenvolvimento sustentável.	Acessibilidade; Patrimônio Cultural; Desenvolvimento Urbano
2005	Acessibilidade dos parques municipais da cidade de São Paulo: um estudo exploratório.	Pessoas em Cadeira de Rodas; Parques; Acessibilidade
2008	Surdez e cidadania: um olhar sobre inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico.	Surdez; cidadania; turismo

2008	Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano.	Acessibilidade; transporte público urbano; pessoa com deficiência, Uberlândia, Brasil
2008	Os direitos humanos de acessibilidade e locomoção das pessoas com necessidades especiais: a realidade paraense, com ênfase em Belém/PA.	Direitos humanos; Acessibilidade física; Direitos fundamentais; Estrutura de acesso; Pessoas com deficiências; Belém – PA
2009	Acessibilidade, Desenho Universal e a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência Física.	Acessibilidade; Desenho Universal; Pessoa. Deficiência; Direito
2010	Cidade acessível para as pessoas com deficiências.	Acessibilidade; Pessoas com Deficiências; Plano Diretor
2011	Acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual: discussão e contribuições para a NBR 9050/2004.	Acessibilidade espacial; Deficiência visual; Norma Técnica
2011	Acessibilidade espacial e o meio urbano construído: estudo de caso no município de Limeira/SP.	Acessibilidade; avaliação; Passeios Públicos; Leis e Normas
2012	A efetividade dos direitos da pessoa com deficiência à luz da Constituição Federal.	Pessoa com Deficiência; Dignidade Humana; Direitos Humanos.
2012	Acessibilidade e locomoção da pessoa com deficiência e seus direitos constitucionais.	Pessoas com Deficiência; Acessibilidade; Locomoção; Igualdade
2012	Intervenções urbanísticas em Salvador e o direito à cidade das pessoas com deficiência: o caso da Avenida Centenário.	Acessibilidade; Direito à Cidade; Direito Urbanístico
2016	A proteção constitucional das pessoas com deficiência na sociedade de consumo: a acessibilidade como instrumento de inclusão nas relações de consumo.	Deficientes; Proteção Constitucional; Brasil; Deficientes; Direitos Fundamentais; Brasil; Deficientes; Integração Social

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018

O quadro anterior aborda a acessibilidade pelo olhar da legislação, normas e direitos. Resende (2003) propõe um estudo analítico da legislação, direitos sociais e

as necessidades das pessoas com deficiência. Por meio de entrevistas constatou-se que as barreiras existentes poderiam ser superadas, caso existissem programas de planejamento urbano segundo a legislação pertinente. O autor também considera que as pessoas devem estar engajadas na busca de melhorias no que se refere ao cumprimento da legislação sobre acessibilidade:

[...] para isso, é necessário que as pessoas saibam que fazem parte deste processo, na condição de sujeitos ativos e que só por meio da articulação entre os diversos agentes sociais é que será assegurado um lugar para todos da cidade (RESENDE, 2003, s/p).

Este trabalho mencionado permite uma reflexão sobre o papel da sociedade no que concerne à reivindicação do cumprimento da legislação, todavia este é um longo caminho a ser trilhado, conforme os diversos fatores que normalmente estão alheios à vontade da população com ou sem deficiência, mas sim pela boa vontade do poder público e iniciativa privada em colocá-los em prática, o que é enaltecido pelas palavras de Opperman (2005), que na conclusão de sua investigação enuncia:

Percebeu-se que o conteúdo das leis e normas em vigor não é colocado em prática pela falta de fiscalização, dificultando o acesso de pessoas em cadeira de rodas que deixam de ter uma possibilidade de realizar atividades de lazer e de usufruir seus benefícios (OPPERMAN, 2005, s/p)

Ainda sobre esse tema, Almeida pesquisa sobre o cumprimento da legislação em prol da PcD sobre o direito ao lazer, por meio de análise de discurso e conclui que “[...] Tais discursos reproduzem práticas sociais excludentes e não vislumbram o sujeito em suas especificidades. Trata-se aqui da observação não mais sobre a deficiência, mas sim sobre a Diferença” (ALMEIDA, 2008, s/p), caracterizando nesta fala o preconceito que permeia o grupo com deficiência. Como demonstrado no Capítulo 2, as ações de inclusão para pessoas com deficiência iniciam-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo o cenário dos direitos fundamentais como pano de pesquisa, Raiol traz material de pesquisa voltada à garantia de direitos dos PcDs nos espaços públicos e meios de transporte coletivos:

[...] como o assunto é tratado no plano internacional e como está substanciado em normas constitucionais nacionais e estaduais, nas leis orgânicas municipais e na legislação infraconstitucional específica nos níveis

federal, estadual e municipal, bem assim em normas técnicas [...] aponta a precariedade das estruturas físico-ambientais (RAIOL, 2008, s/p).

O autor também faz alusão aos preceitos legais que envolve os direitos em prol da pessoa com deficiência, porém com uma ampla fragilidade em sua atuação. Percebe-se com as pesquisas apresentadas um amplo material legislativo que assegura os direitos das pessoas com deficiência como Alves (2009) que discorre sobre os direitos das pessoas com deficiência e atua como instrumento de acessibilidade ao utilizar-se de ferramentas como Desenho Universal. O estudo e o aprimoramento das normas de Acessibilidade em estruturas urbanas previstas na (NBR 9050/2004) são mencionadas na pesquisa de Brandão (2011); Sisco (2011); Carvalho (2012) como referência para construção de locais acessíveis.

Entretanto, há um outro aspecto evidenciado em grande parte das investigações apresentadas concluindo que na sua aplicabilidade, a legislação não opera em sua totalidade, como vislumbrado nos trabalhos de (OPPERMANN, 2005; Almeida, 2008; RAIOL, 2008) citados acima e confirmados pelos trabalhos de Leite (2010) que avalia a legislação voltada à acessibilidade dentro de um Plano Diretor, e discorre sobre um grande volume de garantias de legislações publicadas, porém ainda é algo corriqueiro se deparar com a existência de locais inacessíveis em muitas cidades do Brasil, provando a inaplicabilidade de forma total da lei.

No mesmo posicionamento, encontra-se a pesquisa de Santos que estudou a implementação da legislação em determinado espaço urbano e comprova que:

[...] chegou-se à conclusão que a Avenida Centenário não possui acessibilidade e que não existe em Salvador política pública voltada para o tema. Tal constatação demonstra o descaso com um assunto de grande importância para a consolidação da inclusão social das pessoas com deficiência (SANTOS, 2012, s/p).

Sobre a eficácia das políticas públicas para à PcD, Noleto (2012) informa sobre a necessidade de ampliação e reestruturação das políticas públicas existentes para as PcDs a fim de “ [...] cumprir os direitos das pessoas com deficiência, dando aos mesmos, acesso a cidadania e a dignidade (NOLETO, 2012, s/p). Aqui cabe uma interpelação sobre a recente promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015 que propõe de forma inovadora uma ampla abrangência legal e social para

peessoas com deficiência e mobilidade reduzida como uma forma de atualização da legislação na atualidade (BRASIL, 2015). Concerne, porém, novas investigações para aferir seu cumprimento e eficácia.

Finaliza-se a análise desta categoria, registrando a fala de Nishiyama, que em tese de doutorado estuda a proteção constitucional das PcDs para seu direito à inclusão na sociedade de consumo e revela a responsabilidade das instituições no papel de provedor e aplicador de mecanismos legais de inclusão das pessoas com deficiência:

O que falta são políticas públicas para que a inclusão se concretize. No âmbito sistêmico, a acessibilidade deve ser o instrumento de inclusão na sociedade de consumo, cotejando-se com as normas existentes. As políticas públicas desenvolvidas pelos Poderes Legislativo e Executivo tornam-se relevantes na medida em que as normas de acessibilidade na sociedade de consumo não dependem apenas de leis, mas também de sua concretização por meio de políticas públicas eficazes. Essas políticas públicas devem ser executadas pelos Poderes Executivos federal, estadual, distrital e municipal. Cabe também ao Poder Judiciário a concretização de políticas públicas voltadas à proteção o das pessoas com deficiência nas relações de consumo quando os demais poderes do Estado forem omissos ou se recusarem a cumprir o mínimo existencial que é o direito do acesso (NISHIYAMA, 2016, s/p).

Ao verificar nos estudos dos trabalhos apresentados nesta categoria, assim no exposto sobre este tema nos capítulos 1 e 2 desta pesquisa, que há um amplo material legislativo promulgado (BRASIL, 2017), bem como um grande número de ações propostas pela Organização das Nações Unidas, entretanto como mencionado na categoria temática anterior, é possível afirmar a ausência do cumprimento das legislações e recomendações para a acessibilidade.

5.3 Categoria de análise: infraestruturas turísticas

Na categoria Infraestruturas turísticas foram selecionadas (23) pesquisas de um total de (98) trabalhos que compõe esta investigação como disposto abaixo.

Quadro 14 – Pesquisas relacionadas com a categoria: infraestruturas turísticas

Ano	Título	Palavra-chave
2000	O Turismo e a pessoa portadora de necessidades especiais.	Turismo; Portador de Necessidades Especiais;

2004	Acessibilidade na hotelaria: uma questão de hospitalidade.	Acessibilidade; Deficiente Físico; Hotelaria; Hospitalidade Comercial; Inclusão Social
2006	Significados da prática do turismo para portadores de esclerose múltipla em seu tempo de lazer.	Turismo, Processo Turístico; Lazer; Esclerose Múltipla
2007	As viagens e o turismo pelas lentes do deficiente físico praticante de esporte adaptado: um estudo de caso.	Turismo; Viagem; Deficiência Física; Esporte Adaptado; Barreiras Arquitetônicas
2008	Deficiência física e atividade turística em Minas Gerais.	Inclusão Social; Acessibilidade; Turismo Inclusivo
2008	Turismo e Inclusão social para cadeirantes.	Turismo; Inclusão Social; Pessoa com Deficiência Física; Cadeirante; Qualidade de Vida.
2007	Hotel universal: diretrizes projetuais e de acessibilidade.	Acessibilidade Espacial; Pessoas que Sofrem Restrições; Hotéis
2009	O papel da inclusão de idosos e de portadores de necessidades especiais no desenvolvimento do turismo ecológico.	Gestão; Inclusão; Planejamento; Sustentabilidade; Turismo Ecológico.
2009	Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro – SP.	Turismo; Acessibilidade; Deficiência; Socorro
2009	Turismo de aventura e deficiência visual.	Turismo de Aventura; Deficiência Visual; Percepção
2009	Acessibilidade para a pessoa com cegueira em trilhas.	Deficiência Visual; Acessibilidade; Cegos.
2010	Acessibilidade de turistas com necessidades especiais ao transporte aéreo.	Acessibilidade; Transporte Aéreo; Turismo
2010	Acessibilidade para Pedestres com Deficiência em Espaços Turísticos Urbanos: a situação da área central de Balneário Camboriú (SC).	Acessibilidade; Pedestres; Espaços Turísticos Urbanos; Análise Situacional; Área Central; Balneário Camboriú (SC)

2011	Percepção e estratégias redutoras de risco percebido um estudo da experiência do turista deficiente físico.	Risco Percebido; Estratégias Redutoras de Risco Percebido
2012	Abordagem da ergonomia para análise da acessibilidade a hóspedes com deficiência visual em hotéis: soluções de inclusão de pessoas cegas e com baixa visão.	Pessoas Com Deficiência Visual; Acessibilidade; Inclusão; Hotéis; Ergonomia
2012	Um índice de acessibilidade de aeroportos que incorpora usuários com diferentes restrições de mobilidade.	Acessibilidade de Aeroportos; Índice de Acessibilidade; Restrições de Mobilidade; Indicadores de Acessibilidade
2013	Avaliação da acessibilidade em hotéis: métodos de mensuração.	Avaliação da Acessibilidade; Avaliação de Hotéis; Idosos; Deficientes
2014	Hospitalidade pública: um estudo sobre a acessibilidade nos espaços turísticos de Balneário Camboriú/SC direcionada a pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência.	Turismo; Hospitalidade Pública; Acessibilidade; Espaço Turístico; Balneário Camboriú/SC
014	Acessibilidade espacial para idosos em zonas turísticas balneares costeiras: estudo de caso em Balneário Camboriú/SC.	Arquitetura e Urbanismo; Acessibilidade Espacial; Idosos; Turismo; Zonas Balneares.
2015	Turismo e inclusão: a viagem de um autista.	Turismo; Autismo; Inclusão; Pessoas Autistas
2015	Gestão de design na hotelaria com foco na acessibilidade.	Design; Indústria Hoteleira; Gestão de Design, Acessibilidade
2016	Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria: na perspectiva do consumo coletivo.	Acessibilidade; Direito; Deficiência; Meios de Consumo Coletivo; Hotéis
2016	Certificado de acessibilidade em hotéis na cidade de São Paulo – 2004 a 2016.	Acessibilidade; Pessoa com Deficiência; Desenho Universal; Certificado de Acessibilidade; Selo de Acessibilidade; Hotéis; Inclusão Social

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

Para melhor visualização, o conjunto de pesquisas desta categoria sobre estruturas turísticas foi distribuída em: turismo com (13) pesquisas; hotelaria com (8) trabalhos e transporte aéreo com (2) trabalhos apresentados.

No turismo, a acessibilidade é comentada por Santini (2006) que estuda a prática do turismo, lazer e qualidade de vida para realidade da PcD. Os resultados apontam melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, quando em atividades de turismo e lazer. No que está relacionado às percepções de viajantes com deficiência. O trabalho de Goulart (2007) aponta que a prática o turismo como melhoria de qualidade de vida para as PcDs, todavia a ausência de estruturas acessíveis forma barreiras que dificultam a participação do turista com deficiência no turismo.

Nessa mesma visão, a pesquisa de Holleben (2009) investiga grupo com deficiência no turismo de aventura conclui que a atividade propicia aspectos positivos de qualidade de vida, porém é observada a carência de estruturas para receber o turista com deficiência, fato que foi evidenciado pelo turismo em trilhas pelo estudo de Ramos (2009) alegam que a utilização de material de baixo custo “ [...] a utilização de uma linha-guia, plaquetas informativas e uma sinalização sonora, acionada pelo toque da bengala, ou seja, materiais de baixo custo, é possível oferecer uma trilha acessível [...]”(RAMOS, 2009, s/p), para orientar as pessoas com deficiência visual é o suficiente para ofertar trilhas seguras para os praticantes desta modalidade de turismo com deficiência.

Este mesmo aspecto é observado por Reis (2008) que analisa a participação de pessoas com deficiência na atividade turística e que por meio de entrevistas apontam que a acessibilidade arquitetônica e financeira são os principais entraves para inserção da PcD no turismo. No que tange à hospitalidade, que pode ser entendida como acessibilidade atitudinal e cidades hospitaleiras através de estruturas públicas acolhedoras como visto no Capítulo 3. Frazen (2014), em pesquisa, investiga a acessibilidade e a hospitalidade na orla de uma praia e apresenta:

Como resultados, de forma geral, pode-se dizer que a maior parte do espaço turístico analisado apresenta-se inacessível para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, pois alguns equipamentos e infraestruturas distribuídas neste espaço não estão adaptados para este público-alvo. Por meio da análise da acessibilidade, conclui-se que o espaço turístico analisado não se encontra hospitaleiro, desta forma, administração pública e a

comunidade local precisam se unir para tornar este espaço de circulação acessível, com autonomia e segurança para toda a população, turística e de moradores (FRANZEN, 2014, s/p).

Em uma análise aproximada Fantini (2014) estuda a orla de uma cidade evocando os conceitos de acessibilidade, no intuito de se obter dados para melhoria de inclusão, elabora diretrizes de melhoria na acessibilidade nas áreas turísticas pesquisadas.

O trabalho de Alves (2009) propõe uma ação em conjunto com os diversos *stakeholders* envolvidos para melhoria no planejamento e oferta de produtos e serviços turísticos. Barros (2015) trata em seu trabalho sobre a inclusão de pessoas autistas no turismo e sugere diversas ações por parte do poder público, iniciativa privada e população em geral para pessoas autistas. O autor também vislumbra o mercado acessível como uma oportunidade de mercado ainda não explorado.

Neste sentido de carência de estruturas, o trabalho de Serpa (2009) que ao estudar uma cidade considerada referência em acessibilidade, depara-se naquele período que as ações ocorriam de forma isoladas. A autora recomenda um maior volume de políticas públicas de turismo acessível, para atendimento do turista com deficiência e seus acompanhantes. Santos (2010) debate o tema acessibilidade nas cidades para pedestres com deficiência e conclui que o turismo acessível é impraticável no objeto estudado, uma vez que os ambientes urbanos não são pensados pelo aspecto de acesso universal.

Um outro olhar da pessoa com deficiência participante do turismo é mostrado por Mendes (2008) que menciona que as principais dificuldades apontadas pela PcD numa atividade turística estão ligadas a fatores pessoais:

Os principais resultados demonstram que a dificuldade dos cadeirantes em participar do turismo refere-se, primeiro, à não aceitação da própria deficiência; segundo, à própria insegurança em demonstrar suas dificuldades a outras pessoas; e terceiro, a falta de apoio familiar e da sociedade “não preparada para essa convivência (MENDES, 2008, s/p).

Os trabalhos indicados que trazem contextos acerca da acessibilidade – estruturas acessíveis na hotelaria são apresentados por Boia (2000), que faz abordagens sobre este tema, recorrendo de uma análise do discurso a grupos de PcDs, em um hotel com o intuito de identificar as estruturas do mesmo com

indicadores de acessibilidade física e atitudinal, além de conhecimentos destes conceitos pelo grupo de trabalhadores. Como resultados a autora aponta que:

Os dados da pesquisa revelam que a inclusão do turismo P.N.E. é pouco ou nada pensada entre os profissionais e estagiários que atuam no hotel-escola; talvez por se tratar de uma proposta inovadora que desafia o turismo e seus profissionais. Tendo como linha mestra o questionamento sobre qual a imagem que os sujeitos entrevistados têm da pessoa P.N.E., o estudo obteve dados que apontam para a falta de conhecimento do assunto. Consequência direta deste desconhecimento são as imagens estereotipadas e atitudes preconceituosas em relação à pessoa P.N.E. (BOIA, 2000, s/p).

Cabe lembrar que P.N.E – Pessoa Portadora de Deficiência era o antigo termo utilizado para mencionar a atual nomenclatura pessoas com deficiência como abordado no Capítulo 2 dessa dissertação. É possível observar nas conclusões do trabalho que o desconhecimento sobre as práticas de acessibilidade atitudinal remete a realidade da cultura da instituição e que refletem em seu grupo de trabalhadores.

Na sequência dos trabalhos que abordam a hotelaria Sansiviero (2004) estuda as questões relacionadas à acessibilidade sobre a ótica da hospitalidade – acolhimento nos hotéis, que aponta as principais barreiras encontradas pelas PcDs durante a sua permanência no local. Santos faz um estudo sobre o acesso às instalações para PcDs utilizando-se de observações, entrevistas e utilização da norma técnica brasileira NBR 9050 e uso técnicas interacionais e observacionais, como filmagens, registros fotográficos, ações conversacionais e protocolos de observação. Como resultados, Santos (2012, s/p) constatou que:

Os resultados do mapeamento evidenciaram que, dos 16 hotéis de 4 e 5 estrelas estudados na cidade de Natal-RN, apenas 7 atingiram 50% dos itens do protocolo, enquanto nenhum deles chegou a 70% dos itens. Sobre os resultados verificados nas atividades simuladas e analisadas a partir da ATC, vimos que o hotel onde foi realizada esta etapa apresenta uma carência em atender adequadamente o hóspede com deficiência visual.

Na continuação deste debate, Pinto investiga o conceito de hotel acessível e “[...] propor soluções e diretrizes para a hotelaria, servindo de instrumento para ações empresariais e governamentais, que auxiliem na reformulação dos ambientes hoteleiros e criação de novos espaços verdadeiramente acessíveis (PINTO, 2007, s/p). A autora estudou por meio de visitas, passeios com grupos de pessoas com deficiência, diversos hotéis com a hipótese de que os mesmos não estão adequados

para receber a PcD. Como resultados, foram apontadas diversas soluções e desenvolvido um conceito de hotel universal que possa ser utilizado pelos empreendimentos hoteleiros.

No pensamento de design como ferramenta para a hotelaria acessível, Goulart desenvolveu uma pesquisa com objetivo “[...] de identificar ações da gestão de design nos três níveis de atuação- estratégico, tático e operacional que possam contribuir com a acessibilidade na hotelaria (GOULART, 2015, s/p) e possibilitar com os resultados a elaboração de um mapeamento de modo que cada nível de atuação estudado possa fornecer parâmetros para adequações em projetos hoteleiros atuais ou empreendimentos futuro.

Um estudo atual é o de Pereira (2016) que aborda a oferta de estruturas hoteleiras acessíveis, tendo em vista a pessoa com deficiência como consumidor destes serviços, bem como dos gestores privados e públicos que possuem como premissa a oferta de estruturas dotadas de acessibilidade:

Os resultados mostram que a falta de conhecimento tanto por parte das pessoas com deficiência quanto por parte dos gestores hoteleiros relativamente às leis e normas de acessibilidade favorece a não implementação da acessibilidade no ambiente hoteleiro, assim como a falta de fiscalização e efetivação das leis pelos atores públicos. À medida que a análise se aproxima dos hotéis de pequeno porte, os meios técnicos de acessibilidade se encontram gradualmente mais inadequados do que nos de médio e grande porte, considerando o que estabelece a norma de referência (NBR 9050) no atendimento das demandas dos deficientes físicos e sensoriais. Conclui-se que a lógica que fundamenta a relação Estado / mercado conduz os gestores públicos e hoteleiros a não compreenderem as pessoas com deficiência como sendo potenciais consumidores plenos de direitos e, por conseguinte, a não investirem em acessibilidade na hotelaria (PEREIRA, 2016, s/p).

A investigação de Feitosa debate a temática acessibilidade nos hotéis, comparando “[...] os hotéis com certificado de acessibilidade com aqueles que não possuem e oferecem dormitórios acessíveis aos hóspedes, mas que não atendem plenamente as legislações pertinentes e a norma NBR 9050 da ABTN” (FEITOSA, 2016, s/p). Uma argumentação que o autor faz em sua conclusão é que há uma discrepância entre as legislações no que tange à regulamentação hoteleira na cidade, uma vez que:

As Leis Federais 10.048/2000 e a 10.098/2000, através do Decreto Federal 5.296/2004, houve a obrigatoriedade de adequação a acessibilidade arquitetônica e urbanística em edifícios e nas cidades. Em São Paulo, o Decreto Municipal 45.122/2004 dispõe sobre a adequação das edificações à

acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e determina que os usos especificados no decreto, como estabelecimentos de hospedagem com capacidade de lotação com mais de 600 pessoas, possuam o “Certificado de Acessibilidade” para comprovação de condições de acessibilidade e para obtenção do novo Auto de Licença de Funcionamento. O Decreto Municipal 45.122/2004 estranhamente não atende ao Decreto Federal 5.296/2004 que exige adequação para edificações de uso público, coletivo e privado, sem considerar a capacidade de lotação da edificação e uso, sendo anterior em 112 dias da legislação federal e não apresenta nenhuma alteração posterior relacionando o decreto municipal com o federal (FEITOSA, 2016, s/p).

Na avaliação de acessibilidade nos hotéis o trabalho de Gualberto Filho (2013) utilizou como ferramentas aplicação das Normas Técnicas adotadas no Brasil e exterior, como resultado o autor valida a eficácia de se medir, comparar e propor melhorias em hotéis no que se refere à acessibilidade, ao fazer uso das normas técnicas vigentes. E por fim Santos (2012) traz estudos sobre a utilização dos espaços hoteleiros pelas pessoas com deficiência com a intenção avaliar a conformidade dos hotéis com a legislação pertinente. Como resultados foram poucos estabelecimentos hoteleiros que conseguem cumprir as metas propostas pela legislação.

O trabalho de Coelho (2012) sobre acesso nos principais aeroportos do Brasil, teve um olhar que transcende a pessoa com deficiência e trata da acessibilidade como direito de todos os passageiros e registra como resultados a necessidade de melhorias em muitos aspectos relacionados à acessibilidade dos aeroportos brasileiros. Castro (2010) avalia a acessibilidade de PcD no setor aéreo e procura compreender as reais necessidades dos mesmos nos terminais aeroportuários. Nos resultados, o autor discorre sobre a necessidade de todos envolvidos nas estruturas aeroportuárias, desde sua concepção, atendimento e gestão “ [...] ouvirem a voz desses clientes, a fim de prestar o serviço que estes desejam receber e que lhes é garantido por lei ” (CASTRO, 2010, s/p). Um acréscimo sobre as investigações acerca de transporte aéreo é que não foi constatada nenhuma investigação entre os temas deficiência e o serviço prestado pelas empresas de aviação comercial o que denota uma carência de estudos sobre este assunto.

Durante a análise desta categoria evidenciou-se, assim como nas outras apresentadas, uma grande carência de oferta de produtos e serviços acessíveis voltados ao público com deficiência. Percebe-se uma grande dificuldade da iniciativa privada, bem como do poder público em fazer valer da legislação pertinente para ações que resultem na garantia dos direitos daqueles que buscam locais acessíveis.

Um fato a ser evidenciado é a preocupação de alguns trabalhos em elaborar diretrizes que possam ser seguidos por todos os *stakeholders* no sentido de elaborar projetos com foco à acessibilidade. Por fim, foi possível verificar que em parte a não utilização das estruturas de turismo parte da hesitação do próprio indivíduo com deficiência o que pode ser atribuído pela insegurança quando na utilização em atividades de turismo.

5.4 Categoria de análise: transportes

Esta categoria apresenta-se com (7) trabalhos identificados por se tratar da acessibilidade ligada diretamente aos meios de transporte como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 15 - Pesquisas relacionadas a categoria: transportes

Ano	Título	Palavra-chave
2005	Desenho Universal, acessibilidade e integração modal: estudo exploratório no transporte coletivo no Rio de Janeiro	Acessibilidade; Integração Modal; Transporte Público; Arquitetura; Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida
2008	Acessibilidade e mobilidade de cadeirantes no transporte público urbano de Maringá	Transporte Público Urbano; Cadeirantes
2012	Análise de acessibilidade de pessoas com deficiência em aeronaves comerciais	Acessibilidade; Aeroporto; Aeronave; Pessoa com Deficiência; Deficiência
2012	Acessibilidade espacial no transporte público urbano: estudo do caso em Joinville SC.	Deficiência; Acessibilidade Espacial
2012	Disposição ergonômica para acomodação de pessoas com deficiência física em transporte coletivo	Acessibilidade, Ergonomia; Transporte Coletivo; Patente
2012	Lugar de cadeirante é em casa? Mobilidade, acessibilidade no transporte coletivo e o espaço da diferença em São Luís	Pessoa com Deficiência; Cadeirante; Mobilidade; Acessibilidade; Transporte Público; São Luiz (MA)
2016	Avaliação da Acessibilidade nos Veículos Rodoviários Urbanos para Transporte Coletivo de Passageiros em Cadeira de Rodas: Estudo de caso do sistema Bus Rapid Transit (BRT).	Acessibilidade; Ônibus Articulado; Pessoa Em Cadeira De Rodas

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018

Esta categoria apresenta trabalhos com temas que abrangem o transporte e a acessibilidade. Como parte essencial do turismo, o transporte equipado com estruturas acessíveis cumpre a prerrogativa do deslocamento pela pessoa com deficiência entre locais com segurança e autonomia. Foram descobertas e aqui elencadas investigações que abordam transporte aéreo com (1) pesquisa e o transporte urbano público com (6) trabalhos. Sobre este último meio de transporte, entende-se que o transporte coletivo pode ser de utilização de todos, inclusive indivíduos quando em uma atividade turística.

No debate do Desenho Universal em meios de transporte Carvalho (2005) aborda a elaboração de projetos de terminais e veículos acessíveis a todos e elabora um plano de propostas de melhoria no transporte coletivo da cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo senso, Mercado (2008), pesquisa, compara as normas vigentes e o sistema de transporte público de Maringá/PR e constata que os serviços prestados apresentam algumas inconformidades com as recomendações legais.

Silveira (2012) elabora uma pesquisa sobre a composição da mobilidade urbana pelo transporte público e o deslocamento a pé no que concerne à orientação, a utilização, locomoção e comunicação. Como proposta de conclusão, a autora enumera um número de possíveis ações para melhoria da acessibilidade no transporte público urbano:

Por fim, a partir do estudo realizado, são propostas recomendações para calçadas, abrigos de ônibus, ônibus e terminais, a fim de melhorar o desempenho das atividades realizadas pelos usuários em cada elemento, atendendo aos requisitos de acessibilidade espacial quanto aos seus componentes: orientação espacial, deslocamento, comunicação e uso. O componente orientação destaca-se, uma vez que o sistema de informação ao usuário encontra-se escasso e até inexistente nos elementos analisados. Espera-se que as recomendações sirvam não apenas para a cidade de Joinville, mas também possam contribuir para que sistemas de transporte público similares em outras cidades tornem-se mais acessíveis espacialmente (SILVEIRA, 2012, s/p)

Observando o transporte coletivo como ferramentas de mobilidade em São Luís, sob o ponto de vista da pessoa com deficiência através das narrativas sobre “[...] transporte público, cidade, deficiência física e discriminação estiveram presentes” (CUNHA, 2012, s/p). O autor conclui o trabalho com recomendações sobre o estabelecimento de políticas públicas eficazes, para a melhoria e inclusão de todos.

Ao utilizar do conceito de que o transporte coletivo possui condições inadequadas de acessibilidade na cidade do Rio de Janeiro, Almada (2012) realizou uma investigação com intuito de entender as dificuldades das PcDs no transporte coletivo urbano, bem como apontar soluções para melhoria de qualidade na acessibilidade dos mesmos. O autor verifica que apesar da legislação vigente e aplicabilidade em partes pelos setores públicos e privados, ainda são pertinentes adequações nas normas estabelecidas. O resultado demonstra que os veículos investigados apresentam 70% de conformidade com os itens avaliados, porém há necessidade de implementação de conceitos de Desenho Universal nas calçadas onde percorrem as PcDs nas vias da cidade.

Um trabalho similar aos estudos é apresentado por Ferreira (2016) que avalia a tipologia de ônibus articulado na cidade do Rio de Janeiro e verifica o cumprimento no que concerne as normas técnicas vigentes.

Para complementar esta categoria de análise, um estudo de Benassi (2012) analisa o fator acessibilidade em uma aeronave de um fabricante do Brasil, observando as algumas deficiências para a verificação da viabilidade de acessibilidade. Como finalização dos estudos o autor projeta material de referência para futuras modificações e estudos de viabilidade funcional e econômica para o fabricante do avião.

Observa-se que nesta categoria a grande maioria dos trabalhos são relativos ao transporte coletivo urbano constatando com isso, a necessidade de investigações com olhar para outros meios de transporte turísticos mencionado por (PITA, 2009; PANOSSO NETTO, 2010; BRASIL, 2013) como essenciais para acesso às pessoas aos locais. Entretanto o número reduzido de pesquisas nesta área pode ser atribuído ao escasso volume de trabalhos sobre a temática meio de transporte acessível no turismo, como expresso em único trabalho sobre avaliação de acessibilidade em aeronave comercial com abordagens acerca de conceitos técnicos e mecânicos.

5.5 Categoria de análise: outros

Nesta categoria de análise, somou-se as teses e dissertações que possuíam o perfil voltado ao escopo desta pesquisa, todavia não se enquadravam diretamente nas outras categorias de análise apresentadas.

Quadro 16 – Relação de trabalhos da categoria de análise: outros

Ano	Título	Palavra-chave
2000	Acessibilidade na Internet para Deficientes Visuais	Acessibilidade; Deficientes Visuais; Internet
2009	Design de produto integrado ao projeto urbano: Avaliação de Tecnologia Assistiva “bengala longa eletrônica” e sua contribuição para a inclusão do deficiente visual em espaço urbano aberto.	Acessibilidade; Tecnologia Assistiva; Espaço Urbano
2012	Qualidade de vida de adultos com deficiência visual da grande Florianópolis	Pessoas com Deficiência Visual; Qualidade de Vida
2016	Levando os direitos das pessoas com deficiência a sério: um olhar sobre a acessibilidade nos portais do poder legislativo brasileiro	Acessibilidade; Governança Eletrônica; Igualdade; Inclusão Digital; Pessoas com Deficiência; Sociedade em Rede.
2016	Desenvolvimento de aplicativo de acessibilidade a pontos de lazer, cultura e esporte da cidade de Uberlândia, MG	Acessibilidade; Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida; Aplicativo para Telefone Celular; Uberlândia, MG
016	Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: A apropriação da Solução Assistiva no Contexto das Organizações Brasil – Espanha RS	Pessoas com Deficiência; Inclusão No Mercado de Trabalho; Tecnologia e Acessibilidade; Soluções Assistivas.
2016	Clientes com deficiência física: uma investigação sobre seus valores e sobre sua coprodução no consumo hedônico.	Comportamento do Consumidor; Clientes com Deficiência; Valores Pessoais; Coprodução de Serviço; Praia Para Todos
2016	Inclusão deficiente	Deficiência; Inclusão; Mercado de Trabalho
2016	Empregabilidade da Pessoa com Deficiência: um caso brasileiro à luz da teoria da aprendizagem social para a sustentabilidade	Aprendizagem Social para Sustentabilidade; Empregabilidade; Pessoa com Deficiência

2016	Modelo de apoio à navegação em calçadas para pessoas com deficiência visual	Visão Computacional; Processamento de Imagens; Acessibilidade; Detecção de Obstáculos; Deficiente Visual; Piso Tátil
------	---	---

Fonte – Elaborado por Nascimento, 2018.

A categoria de análise apresentada no quadro anterior é composta por uma diversidade de trabalhos que estão voltados para cinco temáticas distintas. No que diz respeito à tecnologia, apresenta-se (5) investigações, mercado de trabalho para pessoa com deficiência advém-se (3) pesquisas. Os trabalhos nas áreas de qualidade de vida e consumo despontam com uma pesquisa cada, somando-se no total (10) trabalhos.

Rodrigues (2000), faz uma pesquisa sobre como era a relação internet e a pessoa com deficiência e propunha a utilização das regras existentes no período mostrando uma preocupação com páginas de internet acessíveis. Na investigação sobre sites de internet, Oliveira (2016) estuda a acessibilidade nos portais do poder legislativo brasileiro, tendo como base a legislação atual. Como resultados o autor relata que há avanços na legislação, porém a mesma ainda não é cumprida em relação à acessibilidade nos sítios de internet do governo:

Constatou-se que a internalização da Declaração sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência provocaram avanços e mudanças na legislação brasileira, porém quanto aos resultados da observação direta, sistemática e não participativa demonstra um descaso com a necessidade de aplicação da acessibilidade dos portais do Poder Legislativo Federal, no qual deve ser feito investimentos para a implementação da normatização da Governança brasileira (OLIVEIRA, 2016, s/p).

Com relação os trabalhos que envolvem tecnologia, Silva (2009) apresenta conceitos de Tecnologia Assistiva com uso de bengala eletrônica para pessoas com deficiência visual, no que tange à transposição de barreiras físicas. O estudo identifica o funcionamento eficaz do utensílio e que este promove a inclusão da PcD no espaço urbano.

No que diz respeito à utilização de tecnologia para localização de pontos de lazer, cultura e esportes, Borges (2016) traz estudos sobre a utilização de aplicativos em telefones celulares no que tange à acessibilidade na cidade de Uberlândia, MG. Como resultado, foi desenvolvido um mapa com informações sobre a acessibilidade na cidade. Esse conceito de mobilidade com a utilização de tecnologia é apresentado na recente pesquisa de Ghilhardi (2016) que validou a eficácia de um modelo de navegação, que com base na visão computacional, detecta barreiras urbanas e alerta antecipadamente a pessoa com deficiência sobre o obstáculo existente por meio de recurso de voz eletrônica.

Nas pesquisas sobre o trabalho e a pessoa com deficiência, Pereira (2016) em tese apresenta uma comparação entre empresas brasileiras e espanholas que se utilizam de recursos da Tecnologia Assistiva para inclusão de pessoas no mercado de trabalho. Nos resultados, foram informados pontos de progressos, mas com possíveis soluções de melhorias a ser acatadas pelas instituições:

Por fim, mesmo que tenha se observado a invisibilidade ou a carência de alguns processos de adaptações, entende-se que este estudo contribui para a identificação de soluções assistivas, demonstrando a sua potencialidade para um processo de mudança cultural (PEREIRA, 2016, s/p).

Com foco no tema mercado de trabalho para PcDs, Silva (2016) faz uma abordagem sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho apoiando-se na legislação de inclusão a fim de identificar os pontos positivos e negativos pela visão da PcD. Por meio de entrevistas, a autora menciona que há dificuldade de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho devido à escassez de incentivos e qualificação profissional, assim com a falta de um plano de carreira para o trabalhador com deficiência.

Na relação da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho, Notaroberto (2016, s/p) traz uma alusão sobre como a PcD e os denominados atores sociais: “[...] governo, escolas, organizações não governamentais, empresas [...] se relacionam no que corresponde à empregabilidade”. Os resultados demonstram que esta é uma situação ainda considerada recente e que a ausência de acessibilidade, seja esta física ou atitudinal dificulta o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho:

Os resultados mostram que se trata de uma situação complexa e nova. Os diversos atores sociais ainda estão socialmente aprendendo a lidar com ela, pois envolve o convívio diário com fatores restritivos, cooperativos e alavancadores. Os fatores restritivos envolvem o tipo de deficiência, as limitações de cada deficiência, falta de acessibilidade nas cidades e, principalmente no ambiente de trabalho, preconceito, despreparo, percepção inadequada, ações de assédio moral dos recrutadores, empregadores e futuros colegas de trabalho, comportamento inapropriado de ambos os lados: empregadores e PcDs, alocação inadequada das PcDs às funções de trabalho e pouca voz na tomada de decisões (NOTAROBERTO, 2016, s/p).

O material que trata de qualidade de vida para as PcDs é apresentado por Scherer (2012) que faz uma análise sobre a qualidade de vida em grupos com deficiência, percebeu-se no estudo que são vários fatores que influenciam a qualidade de vida (q.v.) da pessoa com deficiência:

A percepção de q.v. apresentou uma tendência quando analisada sob o período de incidência da deficiência. Quanto mais tarde as pessoas adquiriram a d.v., menor foi sua percepção positiva com relação a q.v. As mulheres jovens, sem companheiros, com nove anos ou mais de estudo, que trabalham, foram as que apresentaram melhor percepção de q.v. entre os adultos com d.v. Deve-se pensar em estratégias de promoção para saúde, com viés de melhorias na q.v. dos adultos que apresentaram uma prevalência maior para a percepção negativa (SCHERER, 2012, s/p).

Felizardo Junior (2016) trata sobre as pessoas com deficiências como clientes consumidores e através de suas percepções participam como coprodutores de produtos e serviços no projeto Praia para Todos. Nas conclusões do autor, os seguintes resultados são:

No que diz respeito à coprodução de serviço, foi observado vários estímulos utilizados pelos membros da equipe do projeto, que extrapolam os aspectos técnicos da prestação de serviço, motivando o alcance dos valores encontrados pelos usuários gerando a cocriação de valor. Sendo assim, esse estudo vem corroborar com as práticas profissionais pouco vistas no mercado, auxiliando no processo de investigação dos valores do cliente com deficiência que são levados em consideração no processo de consumo de lazer, intermediado pela coprodução de serviço

Esta pesquisa traz um novo olhar para a inclusão de pessoas com deficiência como colaboradores que vão além de receber um produto ofertado, mas também de intervir como coadjuvante com um olhar mais acurado no desenvolvimento de produtos e serviços, que esteja em consonância com as suas reais necessidades.

Nesta categoria de análise, observou-se temáticas distintas, todavia com abordagens sobre assuntos recentes e atuais. Sabidamente o uso da tecnologia cumpre um papel de facilitador da rotina diária de todos e pode ser visto como grande auxílio para pessoas com deficiência, como visto por World Wide Web Consortium (2005); Brasil (2015); Web para Todos (2017) nesta pesquisa. Entretanto, elabora-se aqui uma menção importante sobre um apontamento feito no Capítulo 2, que relata a carência da tecnologia como ferramenta presente na vida das PcDs, haja visto que ainda em 2017, somente 5% dos sites brasileiros são disponibilizados com recursos de acessibilidade (WEB PARA TODOS, 2017).

Nas investigações a tecnologia por via de aplicativos se destaca como potencial no que se refere a ser um facilitador da inclusão de pessoas com deficiência e denota um certo grau de eficácia no que concerne à locomoção de PcDs, carecendo somente de parcerias entre as iniciativas públicas e privadas.

Com relação ao trabalhador com deficiência, os estudos apresentados apontam que esta é uma realidade recente e enfatizam a necessidade de intervenções de todos envolvidos para que possa se tornar uma realidade, dado o aumento da busca por inclusão social e acessibilidade financeira por parte dos PcDs.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica neste trabalho teve grande valia para inspecionar, entender e até mesmo retificar conceitos no que concerne à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência para então elaborar um paralelo com a atividade turística, traçando uma trajetória histórica destas concepções até os dias contemporâneos. Na direção de associar os estudos do turismo com a acessibilidade, trilhou-se primeiramente pelo conhecimento histórico sobre a exclusão dos grupos com deficiência para enxergar e entender a relevância da inclusão dos mesmos por meio desta relevante ferramenta, a acessibilidade e suas diversas dimensões.

Deste modo, evidenciou-se no levantamento bibliográfico que, saindo de um passado de segregação, descarte e exclusão, as pessoas com deficiência passam a contar com uma gama de direitos estipulados por recomendações das agências como a ONU e legislações pertinentes, elaboradas pelo poder público. Considerada como o mais importante instrumento que possibilita o indivíduo com deficiência alcançar, adentrar, usufruir, sair com segurança e autonomia, a acessibilidade é possuidora de várias dimensões sendo que, as consideradas de maior relevância, são as ligadas às estruturas: financeira e atitudinal.

Pensando nos conceitos de acessibilidade financeira, esta é vista na literatura, como um importante elemento que possibilita o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho e conseqüentemente maior poder aquisitivo, levando a PcD a ser um potencial consumidor de produtos e serviços, incluindo o turismo. Mas não é uma realidade para todos, já que grande parte das pessoas possuem nenhum ou baixo rendimento financeiro, sendo essa uma realidade no Brasil.

Instrumentos essenciais para a existência da acessibilidade nos espaços, o Desenho Universal e a Tecnologia Assistiva possibilitam que as estruturas e produtos possuam, em seu planejamento ou adequação, recursos de acessibilidade para que um maior volume de pessoas, com deficiência ou não, possam usufruir de forma plena, segura e independente de espaços e serviços. Esta mesma concepção se aplica ao turismo pensado com conceitos de acessibilidade em todas as fases da atividade turística.

Em relação ao turismo, observou-se, que o homem é o personagem principal deste fenômeno, uma vez que os atrativos turísticos são formulados pelo e para o indivíduo. Deste modo, o turismo nos dias atuais passa a cumprir o papel que reflete

na qualidade de vida das pessoas, fato mais frequente nos grandes centros urbanos. Similar a este pensamento, verificou-se durante a revisão de literatura que o grupo de pessoas com deficiência, parecido aos indivíduos sem deficiência, buscam a inserção na prática do turismo, tendo como base os conceitos de acessibilidade, Desenho Universal na sua concepção, denominado como turismo acessível.

A priori, quando há menção sobre pessoas com e sem deficiência, pensa-se em dois grupos distintos. Este fato somente terá uma paridade quando ocorre a inclusão das PcDs, por intermédio de estruturas concebidas de padrões de acessibilidade e acesso universal.

Imerso neste acervo de informações, a revisão bibliográfica cumpriu o papel de aprofundar estudos destas temáticas e, depois, conectou-as. Posteriormente, esses temas em forma de teses e dissertações foram identificados, sistematizados, inventariados, analisados e finalmente tiveram seus resultados apresentados neste trabalho.

Isso posto, esta dissertação teve como objetivo geral elaborar uma análise da produção teórica nos cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) no Brasil, considerando os temas turismo e acessibilidade entre os anos de 1987 a 2016. Como fonte de pesquisa este trabalho valeu-se de um banco de teses e dissertações, onde se extraiu um vasto material sendo este, posteriormente, recortado para 98 teses e dissertações utilizadas para construção do corpus de pesquisa.

Ao analisar o material percebeu-se uma baixa produção até final dos anos 2000 sobre o tema acessibilidade, sendo as pesquisas realizadas na maior parte pelo gênero feminino e voltadas em sua maioria para as áreas de arquitetura, urbanismo e design.

Durante a leitura dos resumos dos trabalhos deparou-se com temas distintos que foram dispostos em categorias de análises temáticas sendo estas: espaços urbanos, legislação e direitos, infraestruturas turísticas, transporte e a categoria outros. Constatou-se também que apesar de os temas abordarem áreas de conhecimentos e assuntos múltiplos, é comum deparar nos trabalhos que estudam a acessibilidade com abordagens muito similares, como legislação, espaços públicos, inclusão entre outros, fato que posiciona a acessibilidade como um tema de associação entre outras áreas dos saberes.

Com a averiguação da categoria espaços urbanos, verificou-se que os conceitos sobre acessibilidade começam a ser estudados após o ano 2000, mesmo

período em que a legislação estabelece conceitos de acessibilidade e Desenho Universal Lei Nº 10.098 de 2000 (BRASIL, 2016). Esta categoria apresenta um grande número de pesquisas relacionadas a calçadas, determinados “espaços” públicos e privados dissertando em sua maioria a legislação brasileira. Verificou-se também que as primeiras investigações apontam falhas no cumprimento da legislação e propõe mudanças para os setores investigados.

Em relação ao acatamento da legislação sobre acessibilidade, este dado é apontado nos primeiros trabalhos selecionados, assim como nas investigações mais recentes no ano de 2016, evidenciando que depois de vinte e um anos, a oferta de acessibilidade continua a sofrer com as mazelas das partes responsáveis no que envolve a aplicabilidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Constatou-se na análise da legislação e direitos que o material apresenta investigações voltadas para estruturas urbanas públicas e privadas, direitos sociais, normas para construção e adequação de espaços. Expõe sobre a exclusão de PcDs e que a acessibilidade é direito de todos e dever dos setores público e privado, incitando as pessoas reivindicarem seus direitos de inclusão. Nesta análise percebe-se uma fragilidade no cumprimento das normas de acessibilidade, denotando mais uma vez o descaso com a legislação no tocante acesso e inclusão de todos.

Quando em inspeção da categoria ligadas às estruturas do turismo, confirmou-se a literatura apresentada anteriormente nesta pesquisa (SASSAKI, 2003a; CABRAL; MOURA, 2017), quando discorre sobre o turismo como instrumento de melhoria de vida para as pessoas, reportando a participação de grupos de deficientes em atividades ligadas ao turismo, instalações hoteleiras e áreas de lazer. Constata-se, porém, que a ausência de locais planejados, a falta de tato para lidar com hóspede com deficiência e o descaso que impossibilitam a participação da PcD em atividades ligadas ao turismo, acarreta um sentimento de exclusão entre o grupo de turistas com deficiência.

Um ponto a adicionar é que apesar deste cenário desfavorável, os escassos locais que ofertam as poucas estruturas acessíveis, ainda que de forma incompleta, são bem visitados pelas PcDs, possivelmente pela falta de opção. Sobre o material discutido anteriormente, emergem questionamentos sobre as possíveis razões as quais os gestores privados ainda não conseguem enxergar a PcD como possível consumidor de produtos e serviços, uma vez que há uma legislação de apoio, possibilidades de financiamento para adaptação de melhorias das estruturas turísticas

entre outras ações previstas no Programa Brasil Acessível²⁸ (BRASIL, 2014), viabilizando possíveis oportunidades para que empreendedor não mais negligencie o cliente com deficiência e passe a observá-lo com hospitalidade e como uma oportunidade de negócio.

Visto como importante parte para a existência do turismo, as pesquisas relacionadas a transportes eram pensadas em sua totalidade para transporte urbano, sem aproveitamento das mesmas neste trabalho em um conceito preliminar. Este pensamento foi superado ao observar durante as leituras, que o transporte urbano contribui na locomoção de turistas dentro da cidade visitada. Averiguou-se durante a análise que o transporte se apoia em conceitos recentes sobre Desenho Universal no seu planejamento, conquanto comprou-se de falhas nas estruturas, bem como no tato ao lidar com os clientes com deficiência. Sob este aspecto, importa-se incrementar que a oferta de estruturas para o público PcD devem incluir a acessibilidade atitudinal para lidar com as pessoas evocando desta forma os princípios de locais e estruturas hospitaleiras.

A acessibilidade e a tecnologia foram discutidas sobre *sites* de internet, aplicativo de celular, assim como a utilização de Tecnologia Assistiva em equipamentos conectados à internet. Observou-se que a tecnologia cumpre um grande papel de facilitar as rotinas das pessoas com ou sem deficiência. Na conclusão deste tema, foram apontadas dificuldades de acesso nos sites, porém os equipamentos que utilizam a Tecnologia Assistiva e de navegação cumprem suas premissas, carecendo de conectividade com outras estruturas de informação eletrônica do poder público e privado.

Por fim, os poucos trabalhos apresentados sobre tecnologia na atualidade, revelaram uma surpreendente carência de estudos neste campo, pois sabidamente a tecnologia cumpre um importante papel de facilitador na rotina de vida das pessoas na atualidade.

Ao observar a pessoa com deficiência como coprodutor de produtos e serviços, deparou-se uma nova perspectiva sobre as questões da PcD como consumidor real e também como empreendedor, pois apresenta a pessoa com deficiência atuando como protagonista de um produto que o mesmo auxilia no desenvolvimento e

²⁸ A página da internet do Programa Turismo Acessível encontra-se desatualizada, ainda com logo da gestão anterior, carecendo de verificações sobre a validade das ofertas de benefícios do programa. Disponível em < <http://www.turismoaccessivel.gov.br/ta/index.mtur> > Acesso em 15 dez. 2017.

aperfeiçoamento com um olhar da acessibilidade. Esta é uma abordagem contemporânea e que serve como parâmetro para que outras instituições sigam este modelo: o olhar acurado da pessoa com deficiência coproduzindo produtos voltados ao público com deficiência.

Um modo de facilitar a acessibilidade financeira, é a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Deste modo foi constatado que as relações entre o PcD e os diversos atores no ambiente de trabalho, trata-se um tema recente e com limitações de oferta de acessibilidade em todas as suas dimensões, bem como preconceito, despreparo, assédio moral entre outros, são os principais entraves nas relações entre pessoas com deficiência e seus atores no ambiente de trabalho.

Com base no material exposto, esta dissertação cumpre então seu objetivo geral em fazer um estudo sobre o material acadêmico produzido ao longo de vinte e nove anos nas Instituições de Ensino brasileiras. Em relação aos objetivos específicos foram identificados e sistematizados o volume da produção acadêmica brasileira acerca de acessibilidade e turismo que compreende um período de vinte e nove anos, e representados em gráficos, quadros e tabelas para melhor percepção das diversas informações extraídas.

Durante o levantamento de material no banco de dados, transcorreu uma preocupação de como associar os trabalhos sobre acessibilidade elaborados por diversas áreas do conhecimento com o turismo. Apesar disso, na construção do capítulo teórico foi evidenciado a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade que envolve o turismo com a as outras áreas de conhecimento.

Em contrapartida, a organização dos trabalhos por categorias de análise, possibilitou avistar que a acessibilidade também possui características de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade como o turismo, uma vez que apresenta investigações relacionadas com múltiplas áreas do saber, permitindo assim a possibilidade de relacionar todas as pesquisas levantadas para a realidade do turismo.

Por fim identificou-se neste trabalho que a pessoa com deficiência, pela ausência de acessibilidade, ainda padece de exclusão e preconceitos em diversos âmbitos da sociedade. Este ponto de vista de exclusão pode ser estendido também a pessoa com deficiência quando participante de uma atividade turística, apesar do país apresentar uma gama de normas que possibilitariam a inclusão, mas que em grande parte são ignoradas ou desconhecidas pelos diversos *stakeholders* envolvidos no que concerne às questões que envolvem a acessibilidade.

No que tange ao volume de material produzido nos cursos de pós-graduação nas IES, percebe-se que este tema já possui representatividade significativa pela quantidade de material levantado no período de 1987 a 2016. Apesar deste cenário as produções só despontam recentemente e com grande oscilação de produção em determinados períodos.

Deste modo, confirma-se parcialmente o pressuposto de que “nos últimos anos houve um aumento de produção acadêmica (teses e dissertações) sobre o tema turismo e acessibilidade, simultaneamente com a conquistas das pessoas com deficiência, estando as Instituições de Ensino Superior, acompanhando, desta forma, os avanços neste campo”.

Aponta-se como os maiores obstáculos nesta investigação, a inconstância das informações do banco de teses e dissertações da CAPES que durante o período de pesquisa esteve por diversas vezes inacessível, a impossibilidade de acesso aos materiais na íntegra que contemplam o período antecedente ao ano de 2013 bem como a falta de organização dos trabalhos apresentados nos resultados da busca. Por fim, a composição de resumos e palavras-chave fora de padronização ou mal elaborados, foram percebidos como grandes dificultadores, neste trabalho.

Este é um assunto recente na produção de conhecimento em IES brasileiras e com múltiplas possibilidades de estudos no que concerne às pessoas com deficiência como consumidor de bens e serviços, perfil do turista com deficiência, grau de satisfação da PcD quando em atividade de lazer, as razões pelas as quais a instituições não observam o PcD como um nicho de negócio, bem como o adjacente envelhecimento da população brasileira e seus anseios, são possibilidades de aprofundamento sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

ADAMS, M.; BELL, L. A.; GRIFFIN, P. **Teaching for Diversity and Social Justice**. New York: Taylor & Francis, 2007.

AGUIAR, F. O. **Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

ALMADA, J. F. **Disposição ergonômica para acomodação de pessoas com deficiência física em transporte coletivo**. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2012

ALMEIDA, M. P. S. C. B. S. **O itinerário da cidadania: a acessibilidade das pessoas com deficiência visual ao Centro Histórico de São Luís - Maranhão**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, M. V. Turismo para pessoas com deficiência. In: PANOSSO NETTO, A. ANSARAH.M. G.R. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009.

ALMEIDA, W. G. **Surdez e cidadania: um olhar sobre inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

AMIRALIAN, M. L. T. et al. Conceituando deficiência. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000

ALVES, A.T. **Acessibilidade, Desenho Universal e a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência Física**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, 2009.

ANDRADE, I. F. **Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas RS**. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ARAÚJO, R. M. M. **Os espaços de uso público e a acessibilidade: o caso do parque da maternidade da cidade de Rio Branco**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

ARNS. C. C. **Acessibilidade para deficientes visuais nos pontos e terminais de ônibus da cidade de Joinville: avaliação das barreiras arquitetônicas**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Superior Tupy, Joinville, 2012.

ASSIS, E. P. **Acessibilidade nos bens culturais imóveis: possibilidade e limites nos museus e centros culturais**. 2012. 375 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050 2015: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços**. Rio de Janeiro, 2015.

ÁVILA, P. E. S. **Um estudo sobre deslocamento de pedestres em vias públicas da região metropolitana de Belém/PA**. 2010. 62 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente Urbano) - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

AZEVEDO, M. S. M. **Caminhar na cidade: uma reflexão sobre o uso das calçadas em Fortaleza como estrutura de mobilidade do pedestre**. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BAGLIERI, S.; SHAPIRO, A. **Disability studies and the inclusive classroom: critical practices for creating least restrictive attitudes**. New York: Routledge, 2012.

BAPTISTA, I. Lugares de Hospitalidade. In: DIAS, C. M. M. **Hospitalidade: Reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.

BARDI, T. Q. A. **Acessibilidade no meio urbano: um estudo de caso no Jardim Universitário em Maringá- PR**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa De Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

BARDIN. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2016.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª. edição. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS, L. E. S. **Turismo e inclusão: a viagem de um autista**. 2015. 123 F. Dissertação (Mestrado em Turismo) Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BENASSI, M. **Análise de acessibilidade de pessoas com deficiência em aeronaves comerciais**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Programa de Pós-graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2012.

BENEDITO, A.; MENEZES, D. F. N. Políticas Públicas de inclusão social: o papel das empresas. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, V. 1, n. 16, p. 57-76, 2013.

BERGER, R.J. **Introducing disability studies**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2013.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**, 2013. Disponível em< http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acesso em: 22 de set. 2016.

BOIA, Y. I. K. **O Turismo e a pessoa portadora de necessidades especiais**. 2000. Dissertação. (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do vale do Itajaí, Itajaí, 2000.

BOIS, J. P.; PUIJALON, B.; TRINCAZ, J. Modelos Institucionais de proteção social. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

BORGES, J. C. L. **Desenvolvimento de aplicativo de acessibilidade a pontos de lazer, cultura e esporte da cidade de Uberlândia, MG**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

BRANDÃO, M. M. **Acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual: discussão e contribuições para a NBR 9050/2004**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BRASIL. **Sondagem do consumidor: intenção de viagem**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017a.

_____. **O Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

_____. **Estudo do Perfil de Turistas: Pessoas com Deficiência**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Senado Federal Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

_____. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**. Ministério Dos Direitos Humanos Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

_____. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. **Legislação: Normas Constitucionais**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2016. Disponível em: <<http://goo.gl/czVlRe>>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. **Segmentação do turismo e o Mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Publicações**. Ministério do Turismo 2017b. Disponível em< <http://www.turismo.gov.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017b.

_____. **Guia Turismo Acessível: Um Brasil onde todos podem viajar.** Ministério do Turismo 2014. Disponível em: <<http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/index.mtur>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

BUHALIS, D.; DARCY, S. **Accessible Tourism: Concepts and Issues.** Great Britain: Channel View Publications, 2010.

CABRAL, A. R.; MOURA, A. F. A. O Turismo como fator de inclusão e coesão social. **Revista de educação e humanidades**, Porto, n.11, p. 115 -132, 2017.

CAMARGO, L. O. **Hospitalidade.** São Paulo: Aleph, 2004.

_____. Hospitalidade sem sacrifício? O caso do receptivo turístico. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 11-28, 2006.

_____. A pesquisa em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 15-51, 2008

CAMBIAGHI, S. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Editora Senac, 2007.

CAMPÊLO, A. E. P. **Proposição de modelo para escolha de rotas urbanas acessíveis considerando-se os critérios de microacessibilidade para as pessoas com deficiência física motora.** 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia dos Transportes) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARDOSO, E. **Design para experiência multissensorial em museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual.** 2016. 590 f. Tese (Doutorado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARNEIRO, C. R. **Análise da acessibilidade urbana em Manaus/AM: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para a pessoa com deficiência.** 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CARVALHO, A. C. W. **Desenho universal, acessibilidade e integração modal: estudo exploratório no transporte coletivo no Rio de Janeiro.** 2005. 259 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, J. R. **Acessibilidade e locomoção da pessoa com deficiência e seus direitos constitucionais.** 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Pós-graduação em Direito, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, 2012.

CASSAPIAN, M. **Da cidade planejada ao lazer para todos: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”**. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

CASTRO, T.C. **Acessibilidade de turistas com necessidades especiais ao transporte aéreo**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COHEN, R. **Acessibilidade, identidade e vida cotidiana urbana de pessoas com dificuldade de locomoção: o caso do projeto Rio- Cidade**. 1999. 319 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

COMISÃO, V. Turismo e Acessibilidade. In: Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo social: diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

CUNHA, H. W. A. P. **Lugar de cadeirante é em casa?: Mobilidade, acessibilidade no transporte coletivo e o espaço da diferença em São Luís**. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CANADÁ. Accessibility for Ontarians with Disabilities Act. **Government of Ontario**. 2005. Disponível em: < <https://www.ontario.ca/laws/regulation/07042>>. Acesso em 12 set. 2016.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Banco de Teses & Dissertações**. 2017. Disponível em: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> > Acesso em; 08 set. 2017.

COMISÃO, V. Turismo e acessibilidade. In: BRASIL. Turismo Social: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

CASTRO, L. P. S. **Diagnóstico preliminar das condições de acessibilidade para portadores de baixa visão no Aeroporto Internacional Hercílio Luz**. 151 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COELHO, L. G. **Um índice de acessibilidade de aeroportos que incorpora usuários com diferentes restrições de mobilidade**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

CORONEL, J. J. I; PANOSSO NETTO. A. Artículos científicos sobre turismo para personas con discapacidad en revistas Iberoamericanas de turismo. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Una propuesta de categorización**. Ciudad del México, v. 14, n. 1, p. 41-58, 2016.

COSTA, P. S.; SONAGLIO, E. K. Reflexões sobre o turismo e a resiliência. In: Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2016. p. 1 -13.

DARCY, S., DICKSON, T. A Whole-of-Life Approach to Tourism: The Case for Accessible Tourism Experiences. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, Austrália, n. 16, 32 - 44, 2009.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. 9ª edição. São Paulo: Futura, 2007.

DEVILE, E.; JESUS, F.; CRUZ, A. O desenvolvimento de turismo acessível na Lousa: perspectivas dos agentes locais do sector do turismo. **Revista Encontros Científicos – Tourism & Management Studies**, Algarve, Special Issue, p. 529-539, 2011.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do turismo**: conceito, normas e definições. São Paulo: Átomo e Alínea, 2002.

DI NASSO, P. **Mirada histórica de la discapacidad**: ensayo. Palma de Mallorca: Ediciones de la Fundació Càtedra Iberoamericana, 2011.

DISABILITY RIGHTS UK. The Evidence - **UK Customer Profile on Disability**, 2016. Disponível em: < <http://businessdisabilityforum.org.uk/customer-experience/the-evidence>>. Acesso em: 27 jun. 2016

DONOVAN, R. Sustainable Value Creation Through Disability. **The Global Economics of Disability - Annual Report**. 2013.

DUARTE, D. **Metodologia para desenvolvimento de portais de relacionamento de suporte a comunidades de prática: uma aplicação para a área de turismo e para pessoas com necessidades especiais**, Tese (Doutorado em Engenharia de produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC (ESCAP). **Takayama Declaration on the Development of Communities-for-All in Asia and the Pacific**. Disponível em:<http://www.accessibletourism.org/resources/takayama_declaration_top-e-fin_171209.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ENZENSBERGER, H. Eine Theorie des Tourismus. **Merkur**, Stuttgart, 12jg., p. 701-720, 1958.

EUROPEAN COMMISSION. European Disability Strategy 2010-2020: A Renewed Commitment to a Barrier-Free Europe. **EURO-Lex Acesso ao direito da União Europeia**. 2010. Disponível em :< <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0636:FIN:EN:PDF>>. Acesso em 12 set. 2016.

FALCÃO, C. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In CARVALHO, C. L. BARBOSA, L. G. M. (Ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

FANTINI, F. **Acessibilidade espacial para idosos em zonas turísticas balneares costeiras**: estudo de caso em Balneário Camboriú/SC. 2014. 376 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FARIA, M. D.; SILVA, J.F. Pessoas com deficiência visual e consumo em restaurantes: um estudo utilizando análise conjunta. In: **XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro 2011. P. 1-17.

FEITOSA, L. S. R. **Certificado de acessibilidade em hotéis na cidade de São Paulo - 2004 a 2016**. 2016. 237 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

FELIZARDO JUNIOR, N. A. **Clientes com deficiência física**: uma investigação sobre seus valores e sobre sua coprodução no consumo hedônico. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

FERNANDES, A.T. Poder local e turismo social. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 12, p. 9-26, 2002.

FERNÁNDEZ. E. C. **Bye Bye Barcelona**. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kdXcFChRpml>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FERRASOLI, B. Z. B. Turista com deficiência ganha novas aventuras. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 out. 2017. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2017/10/1930081-turista-com-deficiencia-ganha-novas-aventuras.shtml>> Acesso em: 21 nov. 2017.

FERREIRA, A. F. B. C. **Dedos de ver**: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 257-272. 2002.

FERREIRA, O. L. **Patrimônio cultural e acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005**. 2011. 335 f Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERREIRA, V. V. **Avaliação da Acessibilidade nos Veículos Rodoviários Urbanos para Transporte Coletivo de Passageiros em Cadeira de Rodas**: Estudo de caso do sistema Bus Rapid Transit (BRT). 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2016.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANÇA, I. P. **A incompatibilização da cidade para cidadãos deficientes de locomoção**: uma questão de cidadania. 1995. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

FRAZEN, L. I. **Hospitalidade pública**: um estudo sobre a acessibilidade nos espaços turísticos de Balneário Camboriú/SC direcionada a pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2014.

FREGOLENE, R. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos: a ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais**: estudo de casos. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Industrial) - Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, Bauru, 2008.

GABRIELY, A. O. **Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para Pessoas com Deficiência**: um olhar multidisciplinar. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Programa: de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

GHILARDI, M. C. **Modelo de apoio à navegação em calçadas para pessoas com deficiência visual**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GOMES, L. **Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de médio porte do estado de São Paulo**. 2014. 295 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

GONÇALVES, C. S. **Acessibilidade em praças públicas: uma proposta para avaliação de rampas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

GOULART, M. C. F. **Gestão de design na hotelaria com foco na acessibilidade**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) em Design - Programa de Pós-graduação em Design e Expressão Gráfica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOULART, R. R. **As viagens e o turismo pelas lentes do deficiente físico praticante de esporte adaptado**: um estudo de caso. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

GRINOVER, L. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

GUALBERTO FILHO, A. **Avaliação da acessibilidade em hotéis**: métodos de mensuração. 2013. 242 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2ª edição. São Paulo: Thompson, 2003.

ISO-AHOLA, S. E. Toward a social psychological theory of tourism motivation: A rejoinder. **Annals of Tourism Research**, Las Vegas, v. 9, n. 2, p. 256-262, 1982.

JAFARI, J.; AASER, Dean. Tourism as the subject of doctoral dissertations. **Annals of Tourism Research**. Menomonee, University of Wisconsin-Stout, v. 15, p. 407-429, 1988.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma compreensão do lazer e das viagens. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2001.

KOTLER, Philip – **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000

LANDIM, C. B. P. **Avaliação da acessibilidade em edifícios públicos em Fortaleza**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LANNA JÚNIOR, M. C. I. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

LANVERLY, L. C. S. **Acessibilidade em espaços públicos: o caso do centro de Maceió**. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

LARAIA, M. I. F. **A Pessoa com Deficiência e o direito ao trabalho**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Manole, 2004.

_____. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri: Manole, 2004.

LEAL, S.; PADILHA, M. A. O Brasil e a América Latina. In AIREY, D; TRIBE, J. (orgs). **Educação Internacional em Turismo**. Senac: São Paulo, 2008.

LEITE, F. P. A. **Cidade acessível para as pessoas com deficiências**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEVÍTICO, 21. In: **A Bíblia Católica**. São Paulo: Vozes, 2002.

LIMA, J. R. **Ensino superior em turismo no Brasil: estudo da produção acadêmica (2000-2009)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade Mestrado e Doutorado, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2011.

LIMA, M. A., **A NBR 9050 e o design universal: um estudo sobre o banheiro**. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LIMA, S. S. C. **Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.

LIRA, K. M. **Acessibilidade urbana nos Centros Históricos brasileiros: realidade ou utopia?** 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

LOCH, M. V. P. **Acessibilidade na Arquitetura de Terminais de Passageiros no Aeroporto Internacional Hercílio Luz: estudo de caso**. 2000. 245 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: Conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012.

LOI, I. K; KONG, H. W. People with Disabilities (PwD) in the tourism industry – concepts and issues. In: **Critical Tourism Studies conference 2015**. Opatija, 2015

HADDAD, S. Introdução. In: _____ **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/Inep/ Comped, 2002.

HESSEEL, A. M. **Locomover-se de cadeira de rodas em Capão da Canoa: narrativa de três gerações**. 2010. Dissertação (Mestrado em Reabilitação e Inclusão) Programa de Pós-Graduação em Reabilitação e Inclusão. Centro Universitário Metodista, Porto Alegre, 2010.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e deficiência visual**. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

MACEDO, M. G. M. **Acessibilidade no turismo: serviços e equipamentos turísticos para as pessoas com deficiência na Avenida Beira Mar em Fortaleza**. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

MACHADO, C. **Planejamento da circulação de pedestres no espaço turístico urbano: Uma análise no centro histórico do Pelourinho**. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental e Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MASSARI, S. A. **As Pessoas com Deficiência Física ou Visual e a Acessibilidade Urbana em Santo André - SP**. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

MAZUI, G. Governo estima fazer 1,2 milhão de perícias em benefícios pagos pelo INSS; 226 mil auxílios-doença já foram cortados. **GLOBO – G1**. São Paulo, 16 Jan. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-estima-fazer-12-milhao-de-pericias-em-beneficios-pagos-pelo-inss-226-mil-auxilios-doenca-ja-foram-cortados.ghtml>>. Acesso em 24 jan. 2018.

MELO, F. R. **Pisos táteis: Proposta de diretrizes para a acessibilidade nas calçadas urbanas**. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MENDES, A. B. **Avaliação das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em edificações em Brasília: estudo de casos**. 2009. 287 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MENDES, B. C. **Turismo e Inclusão Social para cadeirantes**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Programa de mestrado em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2008.

MERCADO, R. G. **Acessibilidade e mobilidade de cadeirantes no transporte público urbano de Maringá**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008

MESSINA, G. Investigación en o investigación acerca de la formación docente: un estado del arte en los noventa. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, n. 19, p. 145-207, 1999.

MOESCH, M. M. **A Produção do saber turístico**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.

MOMM, Cristiane Fabíola. **O conhecimento científico em turismo no Brasil**: curso de pós-graduação (stricto sensu) – período de 2000 a 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, SC: UFSC, 2009.

MUZILLO, P. **Condições de acessibilidade urbana em passeios**: análise em recorte da área central de Curitiba-Paraná. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Construção Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

NASCIMENTO, E. D.; UVINHA, R. R. Programa Turismo Acessível na cidade de São Paulo: reflexões e possibilidades. **Revista Turydes**, Malaga, v. 9, n. jun. 2016, p. 1-18, 2016.

NISHIYAMA, A. M. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência na sociedade de consumo**: a acessibilidade como instrumento de inclusão nas relações de consumo. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Direito, Pontífice Universidade Católica de SP, São Paulo, 2016.

NOGUERO, F. T. El concepto de turismo según la OMT. In: CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. **Espistemología del turismo**: estudios críticos. México: Trillas, 2010.

NOLETO, W. B. P. **A efetividade dos direitos da pessoa com deficiência à luz da constituição federal**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Fortaleza, Fortaleza, 2012.

NOTAROBERTO, L. J. **Empregabilidade da Pessoa com Deficiência**: um caso brasileiro à luz da teoria da aprendizagem social para a sustentabilidade. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas Em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2016

NUNES, C. A. A. **Turismo Acessível**: o caso da Lousã. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em lazer, patrimônio e desenvolvimento) – Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

OLIVEIRA, G. F. **Levando os direitos das pessoas com deficiência a sério**: um olhar sobre a acessibilidade nos portais do poder legislativo brasileiro. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016

OPPERMAN, P. R. V. **Acessibilidade dos parques municipais da cidade de São Paulo**: um estudo exploratório. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2005.

ORLANDI, S. C. **Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana**. 2003. 150 f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2011.

_____; CASTILLO NECHAR, M. Em uma direção a uma perspectiva crítica do turismo. In: _____ (Editores). **Turismo**: Perspectiva crítica: textos reunidos. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

_____; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 3, 2011.

_____; TRIGO, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

PAKMAN, T. E. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. In: XI Seminário 2014 ANPTUR, 2014, Fortaleza. **Annais**, 2014.

PEIXOTO, D. M. G. M. **Acessibilidade física ao meio edificado do Campus Universitário da UFES**: discussão, diretrizes de projetos e propostas de ações. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

PEREIRA, A. C. C. **Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: A apropriação da Solução Assistiva no Contexto das Organizações Brasil-Espanha. 2016. 182f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, J. A. **Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria**: na perspectiva do consumo coletivo. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) Programa de Pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

PINTO, A. C. A. **Hotel universal**: diretrizes projetuais e de acessibilidade. 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PITA, M. P. S. Una aproximación a la accesibilidad turística: por un turismo para todos. **ROTUR/Revista de Ocio y Turismo**, Coruña, n. 2, p. 157-173, 2009.

RABELO, G. B. **Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano**. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

RAIOL, R. W. G. **Os direitos humanos de acessibilidade e locomoção das pessoas com necessidades especiais: a realidade paraense, com ênfase em Belém/PA, Pará**. 2008. 383 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RAMOS, J. J. C. **Acessibilidade para a pessoa com cegueira em trilhas**. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009

REIS, E. R. **Deficiência física e atividade turística em Minas Gerais**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) - Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2008.

REJOWSKI, M. **Pesquisa acadêmica em turismo no Brasil (1975 a 1992): configuração e sistematização documental**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1993.

_____. **Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x situação brasileira**. Campinas: Papirus, 2003.

_____. **Realidade das pesquisas turísticas no Brasil: visão de pesquisadores e profissionais**. São Paulo, 1997. 2v. Tese (Livre Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. **Pesquisa científica em turismo no Brasil: comunicação, produtividade e posicionamento – Fase 2 (1990 a 2010)**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010a. (Relatório de pesquisa – processo CNPq nº 311757/2006-5).

_____. **Produção Científica em Turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil**. **Revista Turismo e Análise**, São Paulo, n. 2. V. 21, p. 224-246, 2010b.

RIBEIRO, A. L. Resumo acadêmico: uma tentativa de definição. **Revista científica da FAMINAS**, Muriaé, n. 1 v. 1 p. 67 – 77, 2006.

RESENDE, A. P. C. **O direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia**. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Design) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Design, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2003.

RIBEIRO, N. M. S. **Elaboração e validação de um instrumento de avaliação de acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer**. 2008. 83 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

RIPOLI, A. **O papel da inclusão de idosos e de portadores de necessidades especiais no desenvolvimento do turismo ecológico.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RODRIGUES, A. S. **Acessibilidade na Internet para Deficientes Visuais.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil:** um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 2002. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 2000.

SANSIVIERO, S. **Acessibilidade na hotelaria:** uma questão de hospitalidade. 2004. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2004.

SANTINI, H. **Significados da prática do turismo para portadores de esclerose múltipla em seu tempo de lazer.** 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-graduação de Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

SANTOS, D. H. **Acessibilidade para pedestres com deficiência em espaços turísticos urbanos:** a situação da área central de Balneário Camboriú (SC). 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.

SANTOS, L. N. **Abordagem da ergonomia para análise da acessibilidade a hóspedes com deficiência visual em hotéis:** soluções de inclusão de pessoas cegas e com baixa visão. 2012. 224 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012

SANTOS, P. R. **Análise da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e para cadeirantes no centro urbano da cidade de Macaé.** 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, P. R. N. **Intervenções urbanísticas em Salvador e o direito à cidade das pessoas com deficiência:** o caso da Avenida Centenário. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SASSAKI, R. K. *Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida*. São Paulo: Aurea, 2003a.

_____, R. K. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 8-11, 2003b.

_____. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SARRAF, V. P. **Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHERER, R. L. **Qualidade de vida de adultos com deficiência visual da Grande Florianópolis**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SERPA, A. B. B. **Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro SP**. 2009. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Turismo) Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Pessoas com deficiência: consumidores que não podem ser esquecidos**. 2013. Disponível em < <http://www.sp.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SP/pessoas-com-deficiencia-consumidores-que-nao-podem-ser-esquecidos,cfe7ff93f418b510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). **Sobre o Turismo Social**. 2017. Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/portal/lazer/Sobre+o+Turismo+Social/> >. Acesso em: 15 mai. 2017.

SNEPENGGER, D; KING, J. et al. Modeling Iso-Ahola's Motivation Theory in the Tourism Context. **Journal of Travel Research**, v. 45, n. 2, p. 140-149, 2006.

SILVA, D. J. C. **Inclusão deficiente**. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SILVA, J. C. R. C. **Diagnóstico da Oferta de Acessibilidade para as Pessoas com deficiência e Mobilidade reduzida no Centro Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes**. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional) - Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2006.

SILVA, L. B. B. **Calçada social sustentável**: uma proposta para a cidade do Rio de Janeiro. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Pontifícia Universidade Católica do RJ, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Y. F.; BOIA, Y. I. K. Turismo e responsabilidade social – Uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. In: RUSCHMANN, D. M.; SOLHA, K. T. (Orgs.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**: a Pessoa Deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, R. F. L. **Design de produto integrado ao projeto urbano**: Avaliação de tecnologia assistiva "bengala longa eletrônica" e sua contribuição para a inclusão do deficiente visual em espaço urbano aberto. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, V. C. P. R. **Ambientes acessíveis, um direito prioritário**: estudo realizado com alunos e funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida no Centro de Artes e Comunicação. 2016. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) - Programa de Pós-Graduação em Ergonomia de Usabilidade do Produto e Produção, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

SILVEIRA, C. S. **Acessibilidade espacial no transporte público urbano**: estudo do caso em Joinville SC. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SISCÃO, M. P. **Acessibilidade espacial e o meio urbano construído**: estudo de caso no município de Limeira/SP. 2011. 239 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Engenharia Civil, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, 2011.

SOCORRO (Prefeitura). Prefeitura Municipal da Estancia de Socorro. **Turismo**. 2017. Disponível em:< <http://www.socorro.sp.gov.br/> > Acesso em: 18 set. 2017.

SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. M.; SOLHA, K. T. (Orgs.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006.

SOUCA, M. L. Accessible Tourism – the Ignored Opportunity. **Annals of the University of Oradea**, n. 2. P .154-1157, 2010.

STOPPA, E. A.; TRIGO, L. G. G.; ISAYAMA, H. F. O lazer do brasileiro no período de férias: representações e concretizações das atividades turísticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 138-154, abr. 2017.

SWARBROOKE, J; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

SWITZER, J. V. **Disabled Rights: American Policy and the Fight for Equality**. Washington, D.C., Georgetown University Press, 2003.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional de turismo**. 4ª edição. Campinas: Papirus, 2000.

TURISMO ADAPTADO. **Acessibilidade em foco**. 2017. Disponível em: < <http://turismoadaptado.com.br/#servicos> >. Acesso em: 21 nov. 2017.

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities [A/RES/61/106]. 2007a. **United Nations Enable**. Disponível em:< <http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf> >. Acesso em 05 de set. 2016.

_____. History of Disability and the United Nations. **United Nations Enable**, 2007b. Disponível em: < <http://www.un.org/esa/socdev/enable/history.htm> >. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Accessibility and Development: mainstreaming disability in the post-2015 development agenda. 2013. **United Nations Enable**. Disponível em: http://www.un.org/disabilities/documents/accessibility_and_development.pdf. Acesso em 05 de set. 2016.

UNITED STATES OF AMERICA. **Nearly 1 in 5 People Have a Disability in the U.S.**, Census Bureau Reports. U.S. 2012. Disponível em: < <https://www.census.gov/newsroom/releases/archives/miscellaneous/cb12-134.html> >. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. **Customers with disabilities mean business**. U.S. Department of Justice - Americans with Disabilities Act ADA, 2005. Disponível em: <<http://www.ada.gov/buisstat.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VIGATA, H. S. **A experiência artística das pessoas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas: uma análise pragmaticista**. 2016. 313 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VOLPATO, G. L. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, Recife, vol. 4, p. 97-115, 2007.

WEB PARA TODOS. Barreiras de navegação enfrentadas por pessoas cegas. **Novidades**. 2017. Disponível em: < <http://mwpt.com.br/novidades/> >. Acesso em 20 dez. 2017.

WESTCOTT, J. Improving information on accessible tourism for disabled people. **European Commission Enterprise and Industry**, 2004. Disponível em: < http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/files/studies/improving_information_on_accessibility/improving_accessibility_en.pdf >. Acesso em: 23 out. 2015.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Accessible Tourism for All: An Opportunity within Our Reach**. Madrid: CEDRO, 2016a.

_____. Resolutions and Recommendations on Tourism Accessibility. **Ethics & Social Responsibility**. 2016b. Disponível em: < <http://ethics.unwto.org/en/content/resolutions-global-code-ethics-tourism>>. Acesso em: 29 Jan. 2016.

_____. UNWTO Tourism Highlights, 2016 Edition. **UNWTO e-library**. 2016c. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418145>>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Manual on Accessible Tourism for All: Principles, Tools and Best Practices**. UNWTO: Madrid, 2016d.

_____. **Panorama OMT del turismo internacional: Edición 2017**. 2017. Disponível em < <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419043>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **What is Web Accessibility?** Web Accessibility Initiative. 2005. Disponível em:< <https://www.w3.org/WAI/intro/accessibility.php>. >. Acesso em: 29 set. 2016.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION) Disability and health. **Fact sheet N°352**. 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs352/en/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, M. (org.) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2005.

APÊNDICE

CATEGORIAS DE ANÁLISE POR ANO DE PUBLICAÇÃO

1. CATEGORIA DE ANALISE: ESPAÇOS URBANOS

FRANÇA, I. P. **A incompatibilização da cidade para cidadãos deficientes de locomoção: uma questão de cidadania.**1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

COHEN, R. **Acessibilidade, identidade e vida cotidiana urbana de pessoas com dificuldade de locomoção: o caso do projeto Rio- Cidade.**1999. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LOCH, M. V. P. **Acessibilidade na Arquitetura de Terminais de Passageiros no Aeroporto Internacional Hercílio Luz: estudo de caso.**2000. 245 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CASTRO, L. P. S. **Diagnóstico preliminar das condições de acessibilidade para portadores de baixa visão no Aeroporto Internacional Hercílio Luz.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ORLANDI, S. C. **Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana.** 2003. 150 f. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

PEIXOTO, D. M. G. M. **Acessibilidade física ao meio edificado do Campus Universitário da UFES: discussão, diretrizes de projetos e propostas de ações.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SILVA, J.C. R. C. **Diagnóstico da Oferta de Acessibilidade para as Pessoas com deficiência e Mobilidade reduzida no Centro Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes.** 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2006.

MASSARI, S. A. **As Pessoas com Deficiência Física ou Visual e a Acessibilidade Urbana em Santo André - SP.** 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

GABRIELY, A. O. **Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para Pessoas com Deficiência: um olhar multidisciplinar.** 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Programa: de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, N. M.S. **Elaboração e validação de um instrumento de avaliação de acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer.** 2008. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

FREGOLENE, R. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos: a ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais: estudo de casos.** 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenho Industrial, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita filho, Bauru, 2008.

SARRAF, V. P. **Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade.** 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, C. **Planejamento da circulação de pedestres no espaço turístico urbano: Uma análise no centro histórico do Pelourinho.** 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental e Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MELO, F. R. **Pisos táteis: Proposta de diretrizes para a acessibilidade nas calçadas urbanas.** 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BARDI, T. Q. A. **Acessibilidade no meio urbano: um estudo de caso no Jardim Universitário em Maringá- PR.** 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa De Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

MENDES, A. B. **Avaliação das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em edificações em Brasília: estudo de casos.** 2009. 287 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ARAÚJO, R. M. M. **Os espaços de uso público e a acessibilidade: o caso do parque da maternidade da cidade de Rio Branco.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, I. F. **Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas – RS.** 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ÁVILA, P. E. S. **Um estudo sobre deslocamento de pedestres em vias públicas da região metropolitana de Belém/PA.** 2010. 62 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

GONÇALVES, C. S. **Acessibilidade em praças públicas**: uma proposta para avaliação de rampas. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

AGUIAR, F. O. **Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. 190 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

ALMEIDA, M. P. S. C. B. S. **O itinerário da cidadania: a acessibilidade das pessoas com deficiência visual ao Centro Histórico de São Luís - Maranhão**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LANVERLY, L. C. S. **Acessibilidade em espaços públicos: o caso do centro de Maceió**. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

HESSEEL, A. M. **Locomover-se de cadeira de rodas em Capão da Canoa**: narrativa de três gerações. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Reabilitação e Inclusão. Centro Universitário Metodista, Porto Alegre, 2010.

LANDIM, C. B. P. **Avaliação da acessibilidade em edifícios públicos em Fortaleza**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERREIRA, O. L. **Patrimônio cultural e acessibilidade**: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005. 2011. 335 f Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CASSAPIAN, M. **Da cidade planejada ao lazer para todos**: as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

FERREIRA, A. F. B. C. **Dedos de ver**: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

CAMPÊLO, A. E. P. **Proposição de modelo para escolha de rotas urbanas acessíveis considerando-se os critérios de microacessibilidade para as pessoas com deficiência física motora**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, S. S. C. **Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.

ARNS, C. C. **Acessibilidade para deficientes visuais nos pontos e terminais de ônibus da cidade de Joinville**: avaliação das barreiras arquitetônicas. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Superior Tupy, Joinville, 2012.

ASSIS, E. P. **Acessibilidade nos bens culturais imóveis**: possibilidade e limites nos museus e centros culturais. 2012. 375 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIRA, K. M. **Acessibilidade urbana nos Centros Históricos brasileiros**: realidade ou utopia? 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, P. R. **Análise da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e para cadeirantes no centro urbano da cidade de Macaé**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, C. R. **Análise da acessibilidade urbana em Manaus/AM**: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para a pessoa com deficiência. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

GOMES, L. **Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de médio porte do estado de São Paulo**. 2014. 295 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

VIGATA, H. S. **A experiência artística das pessoas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas**: uma análise pragmática. 2016. 313 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LIMA, M. A. **A NBR 9050 e o design universal: um estudo sobre o banheiro**. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

AZEVEDO, M. S. M. **Caminhar na cidade**: uma reflexão sobre o uso das calçadas em Fortaleza como estrutura de mobilidade do pedestre. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MUZILLO, P. **Condições de acessibilidade urbana em passeios**: análise em recorte da área central de Curitiba-Paraná. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Construção Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SILVA, L. B. B. **Calçada social sustentável: uma proposta para a cidade do Rio de Janeiro**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Pontifícia Universidade Católica do RJ, Rio de Janeiro, 2016.

CARDOSO, E. **Design para experiência multissensorial em museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual**. 2016. 590 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, V. C. P. R. **Ambientes acessíveis, um direito prioritário: estudo realizado com alunos e funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida no Centro de Artes e Comunicação**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ergonomia de Usabilidade do Produto e Produção, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

2. CATEGORIA DE ANÁLISE: LEGISLAÇÃO E DIREITOS

RESENDE, A. P. C. **O direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia**. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Design, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2003.

SOARES, C. G. F. **Acessibilidade ao patrimônio cultural: políticas públicas e desenvolvimento sustentável**. 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

OPPERMAN, P. R. V. **Acessibilidade dos parques municipais da cidade de São Paulo: um estudo exploratório**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2005.

ALMEIDA, W. G. **Surdez e cidadania: um olhar sobre inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico**. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

RABELO, G. B. **Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano**. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

RAIOL, R. W. G. **Os direitos humanos de acessibilidade e locomoção das pessoas com necessidades especiais: a realidade paraense, com ênfase em Belém/PA, Pará**. 2008. 383 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ALVES, A.T. **Acessibilidade, Desenho Universal e a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência Física**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, 2009.

LEITE, F. P. A. **Cidade acessível para as pessoas com deficiências**. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRANDÃO, M. M. **Acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual: discussão e contribuições para a NBR 9050/2004**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SISCÃO, M. P. **Acessibilidade espacial e o meio urbano construído: estudo de caso no município de Limeira/SP**. 239f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Engenharia Civil, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, 2011.

NOLETO, W. B. P. **A efetividade dos direitos da pessoa com deficiência à luz da constituição federal**. 93f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Fortaleza, Fortaleza, 2012.

CARVALHO, J. R. **Acessibilidade e locomoção da pessoa com deficiência e seus direitos constitucionais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, 2012.

SANTOS, P. R. N. **Intervenções urbanísticas em Salvador e o direito à cidade das pessoas com deficiência: o caso da Avenida Centenário**. 195f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NISHIYAMA, A. M. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência na sociedade de consumo: a acessibilidade como instrumento de inclusão nas relações de consumo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Pontífice Universidade Católica de SP, São Paulo, 2016.

3. CATEGORIA DE ANÁLISE: INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS

BOIA, Y. I. K. **O Turismo e a pessoa portadora de necessidades especiais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do vale do Itajaí, Itajaí, 2000.

SANSIVIERO, S. **Acessibilidade na hotelaria: uma questão de hospitalidade**. 1 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade, Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2004.

SANTINI, H. **Significados da prática do turismo para portadores de esclerose múltipla em seu tempo de lazer**. 163f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação de Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

GOULART, R. R. **As viagens e o turismo pelas lentes do deficiente físico praticante de esporte adaptado: um estudo de caso**. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

PINTO, A. C. A. **Hotel universal: diretrizes projetuais e de acessibilidade**. 213f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

REIS, E. R. **Deficiência física e atividade turística em Minas Gerais**. 98f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2008.

MENDES, B. C. **Turismo e Inclusão Social para cadeirantes**. 136f. Dissertação (Mestrado) – Programa de mestrado em Hospitalidade, Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2008.

RIPOLI, A. **O papel da inclusão de idosos e de portadores de necessidades especiais no desenvolvimento do turismo ecológico**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SERPA, A. B. B. **Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro – SP**. 2009. 112 f., il. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HOLLEBEN, D. **Turismo de aventura e deficiência visual**. 92f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

RAMOS, J. J. C. **Acessibilidade para a pessoa com cegueira em trilhas**. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CASTRO, T.C. **Acessibilidade de turistas com necessidades especiais ao transporte aéreo**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de transportes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, D. H. **Acessibilidade para pedestres com deficiência em espaços turísticos urbanos: a situação da área central de Balneário Camboriú (SC)**. 91 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.

REIS, J. R. **Percepção e estratégias redutoras de risco percebido um estudo da experiência do turista deficiente físico**. 149f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, L. N. **Abordagem da ergonomia para análise da acessibilidade a hóspedes com deficiência visual em hotéis: soluções de inclusão de pessoas cegas e com baixa visão**. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

COELHO, L. G. **Um índice de acessibilidade de aeroportos que incorpora usuários com diferentes restrições de mobilidade**. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

GUALBERTO FILHO, A. **Avaliação da acessibilidade em hotéis: métodos de mensuração**. 242 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FRAZEN, L. I. **Hospitalidade pública: um estudo sobre a acessibilidade nos espaços turísticos de Balneário Camboriú/SC direcionada a pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência**. 180f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2014.

FANTINI, F. **Acessibilidade espacial para idosos em zonas turísticas balneares costeiras: estudo de caso em Balneário Camboriú/SC**. 376 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARROS, L. E. S. **Turismo e inclusão: a viagem de um autista**. 123 F. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GOULART, M. C. F. **Gestão de design na hotelaria com foco na acessibilidade**. 121f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Design e Expressão Gráfica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, J. A. **Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria: na perspectiva do consumo coletivo**. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

FEITOSA, L. S. R. **Certificado de acessibilidade em hotéis na cidade de São Paulo - 2004 a 2016**. 237 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

4. CATEGORIA DE ANÁLISE: TRANSPORTES

CARVALHO, A. C. W. **Desenho Universal, acessibilidade e integração modal: estudo exploratório no transporte coletivo no Rio de Janeiro**. 259f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MERCADO, R. G. **Acessibilidade e mobilidade de cadeirantes no transporte público urbano de Maringá**. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

BENASSI, M. **Análise de acessibilidade de pessoas com deficiência em aeronaves comerciais**. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação

em Engenharia Aeronáutica e Mecânica, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, 2012.

SILVEIRA, C. S. **Acessibilidade espacial no transporte público urbano: estudo do caso em Joinville SC.** 210 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ALMADA, J. F. **Disposição ergonômica para acomodação de pessoas com deficiência física em transporte coletivo.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2012.

CUNHA, H. W. A. P. **Lugar de cadeirante é em casa?: Mobilidade, acessibilidade no transporte coletivo e o espaço da diferença em São Luís.** 213 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

FERREIRA, V. V. **Avaliação da Acessibilidade nos Veículos Rodoviários Urbanos para Transporte Coletivo de Passageiros em Cadeira de Rodas:** Estudo de caso do sistema Bus Rapid Transit (BRT). Dissertação (Mestrado) – programa de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2016.

5. CATEGORIA DE ANÁLISE: OUTROS

RODRIGUES, A. S. **Acessibilidade na Internet para Deficientes Visuais.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

SILVA, R. F. L. **Design de produto integrado ao projeto urbano: Avaliação de tecnologia assistiva "bengala longa eletrônica" e sua contribuição para a inclusão do deficiente visual em espaço urbano aberto.** 195 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHERER, R. L. **Qualidade de vida de adultos com deficiência visual da Grande Florianópolis.** 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, G. F. **Levando os direitos das pessoas com deficiência a sério: um olhar sobre a acessibilidade nos portais do poder legislativo brasileiro.** 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

BORGES, J. C. L. **Desenvolvimento de aplicativo de acessibilidade a pontos de lazer, cultura e esporte da cidade de Uberlândia, MG.** 132f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

PEREIRA, A. C. C. **Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho:** A apropriação da Solução Assistiva no Contexto das

Organizações Brasil-Espanha. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FELIZARDO JUNIOR, N. A. **Clientes com deficiência física**: uma investigação sobre seus valores e sobre sua coprodução no consumo hedônico. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, D. J. C. **Inclusão deficiente**. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

NOTAROBERTO, L. J. **Empregabilidade da Pessoa com Deficiência**: um caso brasileiro à luz da teoria da aprendizagem social para a sustentabilidade. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas Em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2016.

GHILARDI, M. C. **Modelo de apoio à navegação em calçadas para pessoas com deficiência visual**. 83f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.